

REPORTER

AUTÔNOMO INDEPENDENTE

NOVEMBRO 1979 - ANO III - ESPECIAL Nº 1

Cr\$ 20

EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO
2 anos de respeito ao leitor

BOMBAS

NO REPORTER

As 10 reportagens que mexeram a cabeça da moçada

Gang do baralho assalta o palácio

Inferno do metrô visto de dentro

Grupo militar explodiu jornal

Volks aterroriza operários

E MUITO MAIS

TODOS CONTRA A REPRESSÃO

P. 33



A edição 23 do REPORTER foi pras bancas do Rio de Janeiro na quarta-feira, dia 7 de novembro. Em São Paulo, no dia 9. No primeiro dia no Rio, ela vendeu os 25 mil exemplares destinados ao Estado, obrigando-nos a imprimir mais 10 mil. Na verdade recebemos pedido para mais 20 mil — num total de 45 mil exemplares para o

Rio nas duas edições — mas rumores de apreensão nos fizeram reduzir a segunda edição. Em São Paulo, 50,7% dos 15 mil jornais enviados foram vendidos numa manhã. À tarde veio, de Brasília, a notícia que o Ministro da Justiça, usando os poderes concedidos pelo AI-5 e consagrados pela atual Lei de

Imprensa, mandara tirar o jornal das bancas. Nossa editora não recebeu nenhuma comunicação oficial e os jornalistas também, na sua maioria, não receberam os autos de arrecadação, que a polícia é obrigada a entregar quando apreende uma publicação. Quer dizer, REPORTER não foi apreendido nem de acordo com a lei que o governo decretou. Foi sequestrado.

O MELHOR, COM ALGUMAS RESSALVAS

Publicamos nesta edição as melhores reportagens do REPORTER. Elas mostram, como investigação e ineditismo — este foi o nosso critério — um pouco do que fizemos de melhor nesses dois anos. Não incluímos outras por absoluta falta de espaço. E também porque algumas matérias, como *Lésbicas metem o pau na repressão* e *Figueiredo é a Rainha da Inglaterra* provocaram processos por parte do governo que, até o momento de fecharmos este número, não tinham sido resolvidos. Exceção a esta ressalva foi a matéria *Grupo Militar fabrica ação pra provocar AI-5* pela qual uma pessoa, o atual deputado federal pela Arena, coronel Erasmo Dias e não o governo nos acionou na Justiça.

Caro ministro,

nos estranha o fato de Vossa Excelência ter ficado irritado com o palavreado "chulo" contido na reportagem *Suruba ao vivo em Copacabana*, com a palavra *tesão*, aplicada na manchete do jornal e com as brincadeiras de praxe feitas na página central. Tudo isso em relação à última edição do REPORTER, e que teria motivado a sua apreensão em todo o território nacional, como determinou portaria do seu Ministério.

Nos estranha o fato de que o senhor não tenha ficado irritado com a reportagem da página 3 e que mostra ser quase toda a verba para saneamento no Rio de Janeiro destinada à zona sul, ou seja, às pessoas que têm mais dinheiro, às pessoas que formam a elite da sociedade, às pessoas, enfim, que fazem parte da minoria que ganha acima de 5 salários mínimos por mês. A zona norte são destinados, em vez de saneamento, impostos bem maiores do que os da zona sul. E quem diz isso são pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial das estatísticas. Uma incoerência, não acha?

O senhor, ministro, também não se confessou irritado com a reportagem feita na Colônia Juliano Moreira, hospital psiquiátrico do governo onde os loucos vivem pior que animais, ou ainda com as fotos da clínica para doentes mentais em São Paulo, que mantém convênio com o Inamps, também um departamento federal.

Nos espanta que o senhor não tenha corado de raiva com a reportagem documentada documentada publicada na edição número 22 deste jornal em que se provava que o Banco Nacional da Habitação (BNH) financia ilegal e injustamente o grupo das Cadernetas de Poupança Delfin, que deve aos cofres públicos mais de Cr\$ 11 bilhões e não vende nem 1 apartamento de sua propriedade para saldar o débito. Na verdade, senhor ministro, quem paga a conta é o FGTS, do qual vem o dinheiro que o banco manipula. São 2 pesos e muitas medidas para o mesmo problema. Se o mutuário atrasa as prestações, é despejado; se o empresário não paga sua dívida, é financiado.

Nos espanta também que o senhor e o governo não se sintam tocados na sua soberania quando sabem, como mostra ainda a nossa última edição, que o presidente da Delfim telefona para funcionários do BNH — funcionários do governo, ministro — ameaçando-os de demissão se forem rigorosos na inspeção da contabilidade de sua empresa. Um absurdo, não?

Enfim, ministro, o senhor parece que se irrita mais com o grito do que com a dor. Temos certeza que o senhor está a par das péssimas condições de vida e de trabalho do povo brasileiro. Mas o que provoca sua irritação é uma parte desse povo fazer greves, reivindicando melhores salários e uma vida mais digna.

Segundo seu despacho publicado nos jornais, nós fazemos parte de uma minoria descontente que está querendo apenas tumultuar o país, que a maioria quer pacífico e tranqüilo. Nisso, o senhor fala parecido com o seu colega do Trabalho, que também se queixa das conturbações provocadas por metalúrgicos, professores, motoristas, lixeiros, médicos químicos, petroleiros, jornalistas. Tudo para tumultuar. Ah, esses agitadores.

Não pense assim, ministro. Não nos tache de minoria desordeira nem se arvore em porta voz da maioria. Há muito tempo que a maioria neste país não é ouvida. Faz 15 anos. Por isso o senhor não pode falar em nome dela. Nem sobre política, nem sobre moral. A maioria não sabe, por exemplo, se terá eleições diretas para governadores estaduais em 1982. E, quanto a eleger Presidente da República, quando será que isso vai acontecer? Quando o senhor quiser, certo? E o senhor, ministro, desculpe, mas é minoria. Mas uma minoria que tem força. A força de um governo militar.

Sobre costumes, a maioria dos brasileiros também não tem sido muito consultada. Aliás, está até na lei que nem precisa. Basta o senhor achar que a moral dela foi ofendida, que o criminoso é punido. É a Lei de Imprensa. Que não é Lei. É Decreto sobre a Imprensa emitido sob o patrocínio do nem tão morto AI-5. Por ela, quando o senhor



O ministro da
Justiça,
Petrônio Portela

considera que algo transgrediu o tolerável pela moral brasileira, o senhor pode cassar a obscenidade e punir o pretenso obsceno antes do pronunciamento da Justiça. O senhor pode fazer isso com jornais — como fez com REPORTER —, com livros, filmes, peças de teatro. E sem consultar ninguém. Quer dizer, mesmo de costumes, o senhor não fala como a maioria. Porque não a ouviu.

O senhor sabe, ministro, estamos certos que numa democracia a questão moral se resolve na Justiça. No tribunal democrático que, para isso expressa o juízo da sociedade. Ali devem estar representadas as morais que existirem. E do conflito nascerá uma decisão soberana, fruto da vontade da maioria, que a ela submeterá a minoria, sem oprimi-la.

Nós sabemos que leva tempo conseguir esta sociedade moral e politicamente livre, atenta ao sentimento da maior parte do seu povo. Mas nada nos impede de lutar por ela hoje, senhor ministro. Nada nos impede de fazer o futuro. Mesmo porque é o senhor quem convida seus concidadãos a construírem a democracia no Brasil. É isso que estamos fazendo, pondo nossos tijolinhos na grande obra. E é por isso que protestamos contra a apreensão do nosso jornal, contra o controle que o senhor e o governo têm sobre a difusão das informações neste país. Contra o monopólio político e moral que os decretos lhe concedem.

Saudações Democráticas



Registro Civil das Pessoas Jurídicas nº 2000

REPORTER

EDITORES — Alex Solnik, Chico Júnior, Luiz Alberto Bettencourt, Pipsi (Arte)

REPORTAGEM — Rio de Janeiro: Tim Lopes, Marcos Dantas, Clarice Niskier, Vera Lúcia Dias, José Antonio Nonato, Sérgio Danilo, Silvia Duarte, Grice Faria. São Paulo: Rivaldo Chinen, Afanásio Jazadji, Maria José Arrojo. Recife: Eduardo Homem. Internacional: Carlos Comitini

FOTOGRAFIA — Rio de Janeiro: Chiquito Chaves, Roberto Musauer. São Paulo: Amancio Chiodi, Wagner Avancini, Eliana Pastore, João Bittar.

CORRESPONDENTES — Paulo D'Alcantara (Paris), Cristina Duarte (Milão)

ILUSTRAÇÃO — Guidacci, Mauricio Veneza

ARTE — Analuze Estrella, Guidacci, Mauricio Veneza, Maria Rita

REVISÃO — Maria Teresa M. Pinto

CIRCULAÇÃO — Eduardo Curi

PROMOÇÃO E ASSINATURAS — Marco Antônio Vieira Souto

DEPARTAMENTO JURÍDICO — Modesto da Silveira, Luis Celso Araújo, Luiz Eduardo Greenhalg

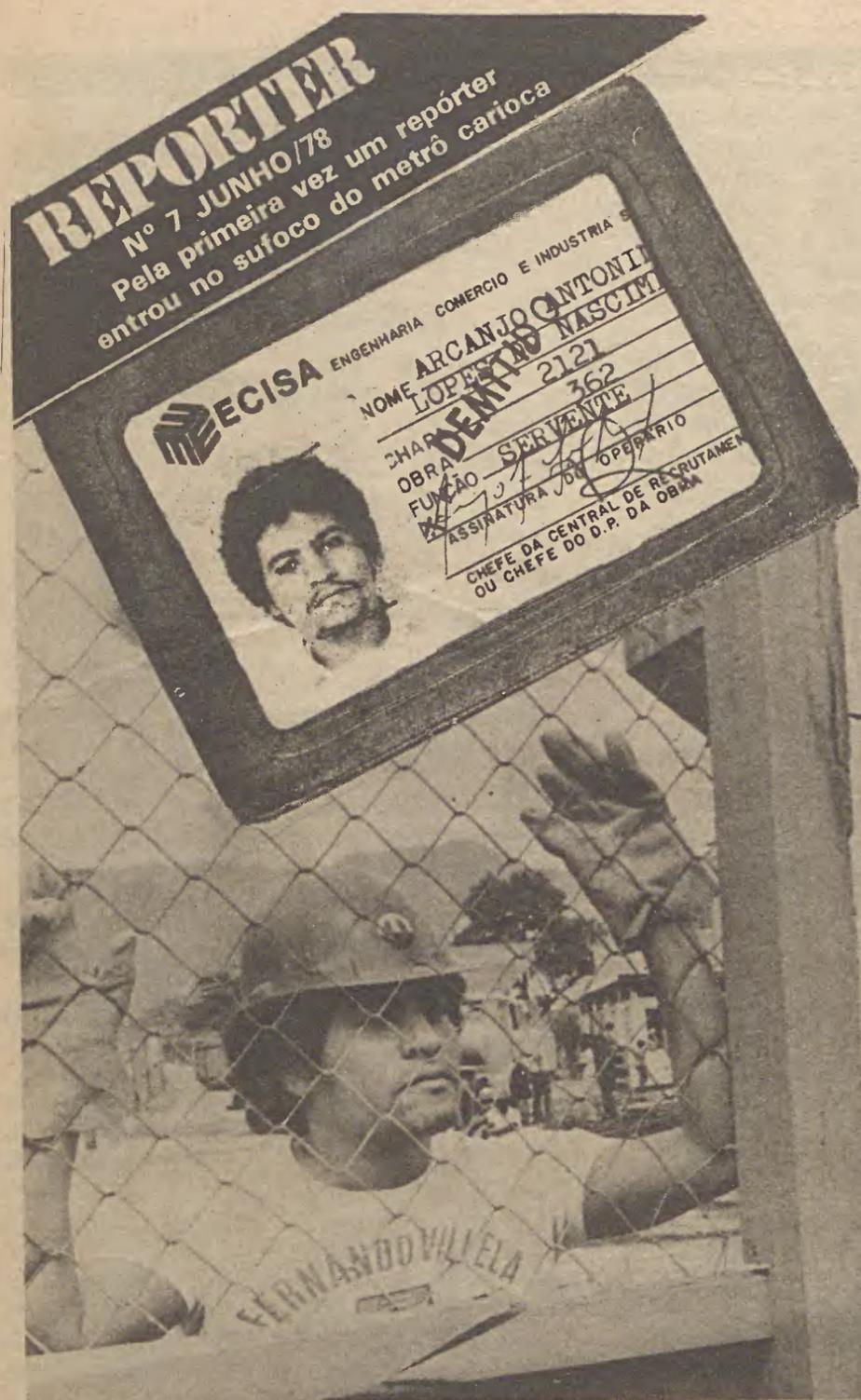
REPORTER Autonomo Independente — Uma publicação da Magem

Editoria e Programação Gráfica Ltda.

Rio de Janeiro: rua Miguel Couto, 134/11º andar, tel. 253-5038. São Paulo: rua Santa Isabel, 33/8º andar, tel. 222-3103.

Composição e Impressão — Editora Mory Ltda. Rua do Resende, 65, Rio de Janeiro, tel. 263-7002.

Distribuição — Fernando Chinaglia S.A. Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro.



**Repórter
faz de conta
que é operário**



PENOU PRA AGUENTAR 2 DIAS NO METRÔ

TIM LOPES ENTROU NA FILA DOS DESEMPREGADOS QUE QUEREM TRABALHAR NA OBRA DO METRÔ CARIOCA. TIROU CARTEIRA DE SAÚDE, TRÊS RETRATOS E EM POUCOS DIAS COMEÇOU A TRABALHAR NO CANTEIRO DA RUA ANA NERI, BEM EMBAIXO DO MORRO DA MANGUEIRA. DORMIU NO ALOJAMENTO, ACOMPANHOU O TRABALHO E AS DIVERSÕES DOS OPERÁRIOS. NAS PÁGINAS SEGUINTE, SEU RELATO, FOTOGRAFADO POR CUSTÓDIO COIMBRA E CHIQUITO CHAVES.

São 5 horas da manhã. Os alojamentos estão numa algazarra geral. Pelo corredor estreito que leva ao banheiro, os "peões" num vozerio, se esbarram apressados disputando torneiras e latrinas. Ninguém quer perder a hora do café. Os rádios ligados em programas sertanejos ou na Rádio Relógio se misturam com a rouquidão, a tosse, espirro, dores de dente, ouvido e çachumba dos operários que trabalham para não perder o dinheiro do dia. Médico? Só na avenida Presidente Vargas, na Central de Recrutamento de Pessoal da Ecisa (construtora), e prá chegar lá o "peão" gasta passagem e tempo.

— O doutor nem espera a gente dizer o que tem, vai dando logo uns comprimidos e manda entrar outro. O que adianta? (um pedreiro se queixando de dores no peito).

Para ser admitido na firma, apresenta-se a carteira de trabalho, carteira de saúde ou protocolo, título de eleitor e certificado de reservista. E 3 fotos 3x4. Depois espera-se o médico. Se o candidato insistir, mesmo sem documento pode arranjar algum servicinho, varrer chão, carregar embrulho. Numa sala os pretendentes tiram toda a roupa e são examinados quase ao mesmo tempo.



Bill tem um irmão na cadeia e vive no Metrô

— Já teve dores nas costas? Na cabeça? Enxerga bem?... Nada? Então chega práli.

Serventes, pedreiros, carpinteiros, apontadores e encarregados, na entrada do alojamento A e B, na Rua Ana Néri — entre as estações de Mangueira e Triagem — vão entregando na guarita as chaves dos quartos e recebendo as plaquetas de identificação das mãos do segurança "Didi." São 56 quartos onde estão alojados 224 dos quase 800 homens que trabalham nas obras da linha 2 do Metrô que liga Triagem a Maria da Graça, na zona suburbana do Rio. Eles trabalham espalhados nos canteiros das centrais de concreto, forma e ferro.

Ainda está escuro e faz um frio que deixa a gente tremendo. A fila do café está grande e à medida que vão entregando as cartelas de refeição, os operários entram na cantina em grupos de 5. Já estão prontos pro batente: bermuda, calção, bota, capacete e cinturão. Nele ficam amarradas caixinhas com alicates, pregos, chaves que fazem barulho ao andar. A cantina fecha às 6 e 30 e quem não tomou café com leite (pouco açúcar) e um pão com gosto de manteiga, trabalha de estômago vazio e ainda aposta uma corrida para ser o primeiro da fila do almoço, às 11 horas.



CHIQUITO ALVES



CUSTÓDIO COIMBRA

O jeito é ficar de fora do alojamento quando o tempo esquenta

"Tô aqui porque não quero mais meter bronca. A liberdade é boa"

(JAÍLTON, QUE VEIO DA LEMOS DE BRITO)

Um caminhão, a "gaiola" (tem cobertura de madeira) sai carregado de "peões" pra central de concreto, na Avenida Suburbana, a "Suburbana", em Bonsucesso. A avenida é perigosa, segundo o operário Jaílton, 22 anos, que puxou uma cana na Frei Caneca, hoje regenerado.

— Quando dá a hora do "rango" sai a paraibada correndo sem ver nada. Às vezes fica um estendido aí no asfalto atropelado.

Ele fala da vida, mostra um tiro na perna esquerda. Obra da polícia, no "Sessenta," no Morro da Providência, há três anos.

— Ô meu chapa, ninguém fica legal numa batalha dessas. Você acha que sou feliz? Não dá, não é? Tô aqui porque não quero mais meter bronca. Quero ficar na minha. A liberdade é boa.

No departamento pessoal em Triagem, às 8 horas da manhã, sete cearenses sem documento embarcam numa kombi para tirar certificados de reservista num quartel próximo. Foram todos mandados por policiais depois que apareceram nos jornais contando que vieram do sertão atrás de emprego.

— Ô rapaz, larga essa de servente. Traz uma carteira de trabalho nova que eu "esquento". É só me dar na mão 300 mil (300 cruzeiros), Passo você para carpinteiro. Tudo assinado, bonitinho.

O funcionário faz o jogo, diz que está na pior e precisa levar um troco para o leite das crianças. Na janela do escritório se debruçam os operários reclamando. Gente pedindo emprego, desistindo, aceitando Cr\$7,50 por hora de trabalho.

— Vou dar com a gata no pau!

Chia um paranaense forte, de Apucarana. Ele quer ir embora e receber tudo que tem direito. Para se garantir diz que vai botar a Ecisa na Justiça. Em frente ao escritório passam operários carregando madeiras e telhas da "Ilha dos Ratos" ou "Sovaco da Irene" um galpão de madeira que serviu de dormitório até a construção dos novos alojamentos.



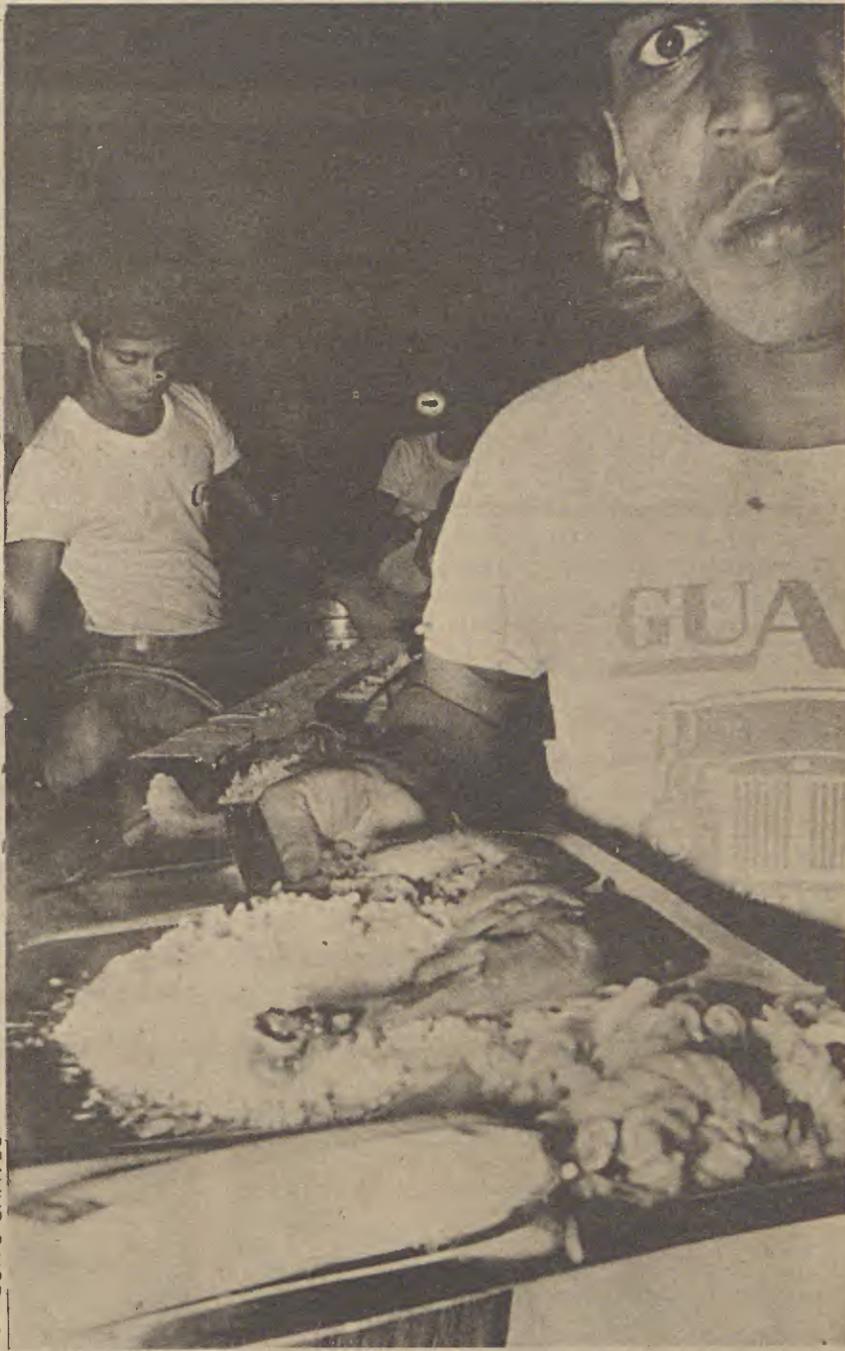
A comida da cantina não engorda, incha.

CUSTODIO COIMBRA



Os novatos esperam condução depois de receberem os colchões

CHIQUITO CHAVES



Arroz, feijão, macarrão, galinha e olhar faminto.

CUSTODIO COIMBRA



Os três dividiram o mesmo quarto pequeno

CUSTODIO COIMBRA

“Meus companheiros voltaram ontem pro Norte. Medo de trabalhar no Rio”

(AGOSTINHO, QUE É ALÉRGICO ÀS BOTAS).

As dez da manhã o ruído das britadeiras, máquinas, caminhões, bate-estacas e britadeiras obriga a falar alto. Aníbal, um “peão” conhecido como Gaúcho (apesar de curitibano) passa e dá um sorriso maroto pedindo cumplicidade para o “nó cego”. É uma maneira de ficar zanzando pelos canteiros sem fazer nada. É questão de levar na conversa ou de dar uma decisão no encarregado. Isso pra quem tem peito. Tudo bem. Cada um trata de si.

— Não tô afim de carregar pedra. Vou ficar rodando.

Aníbal faz o “avião” da rapaziada que gosta de queimar um fuminho. Dá um pulo na Mangueira ou no Jacarezinho, onde vivem 100 mil pessoas. Usa guias de dente no peito e passa a maior parte do tempo no banheiro se olhando no espelho, cuidando

do cabelo e fazendo poses. Tem vontade de ir para a Bahia.

— Sou espírita. Queria conhecer Salvador, fazer a cabeça. Pensar nos meus antepassados.

Aníbal toma comprimidos para os nervos, receitados pelo médico, e vitamina para fortalecer os músculos. Quando não tem jeito de escapar, enfrenta a batalha esperando o sábado, aí o dinheiro da semana sai. É dia de diversão no forró do “Zé Gonzaga”, na Ilha do Governador ou ir para os pardieiros do Estácio, ainda por demolir, que viraram zona. Mas muitos ficam nos quartos escutando músicas economizando o dinheiro pontualmente mandado para a família no Norte.

— Não volto em branco pro norte, não. Já trabalhei no Metrô de São Paulo logo no início e vim para cá arranjar um dinheiro para mandar pra mulher e três filhos lá em Alagoas. Prá sair de casa é preciso ter coragem, os meus companheiros embarcaram ontem mesmo, não ficaram nem dois dias. Ficaram com medo de trabalhar aqui no Rio. Não tenho medo não. Só não conhece quem não vê.

Sentado num colchão, enrolado num cobertor e um lençol que é trocado todas as quinta-feiras, Agostinho pergunta se usam só bota de plástico.

— Não posso usar essas botas porque fico cheio de pirombeira. Meu corpo fica todo vermelho.



Os homens-cores são: azul-apontador, vermelho-servente, marrom- soldador...

(HIERARQUIA DE CAPACETES
NA OBRA DO METRÔ)

O capitão Santos, chefe da segurança do canteiro 362, exibe entre os botões da camisa o cabo branco do revólver que não tira da cintura. Dá ordens ao segurança que fica na guarita. Num canto, dois casquetes e um porrete, pra impor ordem no local. Os avisos de perigo, evitar acidentes, estão pregados nas paredes dos alojamentos e pelos canteiros.

Os capacetes coloridos representam a divisão social dentro do canteiro de obras. Os homens — cores são assim: vermelho — servente, azul — apontador ou encarregado, amarelo — carpinteiro, marrom —

soldador; branco — engenheiro ou visitante. Ao entrar na obra cada operário, recebe um número que o acompanhará até se desligar da empreiteira — pode ocorrer em três meses, uma semana, ou mesmo um dia: diariamente são demitidos e admitidos dezenas de empregados.

Um nuvem de poeira levantada por um caminhão que passa aos solavancos sufoca o "peão". Esfrega os olhos, tosse e segue o caminho com decisão, levando uma sacola de plástico transparente com o capacete vermelho e as botas. Emprego assegurado. É hora do almoço e a qualidade da comida só é comentada depois. (São poucos os que não temem ser despedidos) Forma-se de novo a fila. Dentro da cantina, as cinco mesas estão repletas de operários. Já passaram com as bandejas em frente a quatro panelões. Prato do dia: arroz, feijão, macarrão e galinha. O responsável pela cantina, Rui, entrega pessoalmente uma laranja de sobremesa para cada operário. Fala alto a todo momento:

— Quero ver vocês bem alimentados.

De repente, a comida (descontada no salário) acaba. O pessoal fica agressivo, reclama, xinga. O segurança barrigudo, que controla a porta de entrada dos "peões"

pede calma apenas para justificar a sua função. Ninguém escuta, a fome é mais forte. Meia hora depois chega a Kombi azul com mais comida e o comportamento muda. Jailton ao meu lado destrincha com os dentes estragados uma coxa de galinha.

— Está melhor do que a comida de cadeia. Agora não vem mais naquelas marmitinhas de papel que estragavam à toa.

Acontece de vir uma carne crua, arroz mal feito mas vai se levando. A certeza que eu tenho é que não engorda, incha.

Os últimos a almoçar foram os operários da central de concreto que vieram de Bonsucesso a pé, por dentro da obra. São 12 horas e próximo ao alojamento alguns "peões" estão recostados nos tapumes azuis que indentificam o Metrô, a obra urbana que absorve o maior contingente de mão-de-obra da América Latina. Bill, irmão de Branco, (bandido do morro da Mangueira, que está cumprindo pena de 36 anos na Ilha Grande), diz para aparecer, ou assustar, que passou 6 anos lá na Ilha no tempo do lendário Madame Satã, época em que o compositor Carlos Imperial esteve por lá. Faz dois dias que está trabalhando nas obras se escondendo dos zome.



A diferença é que na cadeia não tem capacete



O único que disfarça a fome é o repórter



O repórter, integrado no trabalho

"Passei 12 anos na cadeia e não tô aqui pra aturar desaforo de capiau"

(DIDI, O SEGURANÇA
DO CANTEIRO)

O movimento no canteiro começa a tomar vulto novamente. O barulho das máquinas funcionando é ensurdecedor. "Didi", o segurança, conversa, conta histórias do presídio da Ilha Grande. Atentos, os "peões" à espera do caminhão para ir ao almoxarifado da avenida Suburbana, ficam boquiabertos. No escritório perto, operários continuam pedindo emprego, reclamando pelos seus direitos.

— Me descontaram o imposto sindical duas vezes. Vão ter que me devolver 60 pratos.

Francisco bate com as mãos no balcão, Furioso.

— Se quiserem me dão as contas. Mas não pensam que vão me passar a perna.

Os funcionários ficam quietos, não perdem o ar de superioridade. Às três horas muitos já estão exaustos, outros diminuem o ritmo de trabalho guardando forças para encarar a batalha até às 22 horas. O "peão" Norato está ali em frente ao alojamento. Quando "Didi" para de contar histórias, ele aproveita e pede para entrar no alojamento. "Didi" sacaneia:

— Gosto desse garoto. Olha a cara dele. Lisinha.

Norato ri sem jeito, nervoso. Em volta, as gargalhadas, o riso debochado de dois

outros seguranças. Gaúcho passa, dá o toque: embaixo do viaduto de Benfica, por onde passa a linha do Metrô, o cigarro roda de boca em boca. Está quase na hora da janta. Um "peão" com feições de nordestino carrega três vergalhões no ombro. Na camisêta suja de pó de ferrugem, a inscrição "Brasil rumo ao tetra"

Em frente da guarita, começam a chegar os primeiros operários. Norato não aguenta mais e manda "Didi" tomar dentro. O segurança sai do seu posto e dá uma bofetada seguida de pernadas e ofensas. Norato levanta e cai mais de uma vez.

— Passei doze anos na cadeia e não tô aqui para aturar desaforo de capiau. Dô pau nele pra parar de gracinha.

O segurança se aproxima da guarita com andar de quem ganhou a briga. Lamenta, com raiva encenada, ter sujado a camisa de gola rolê e arrebetado a corrente do relógio Seiko. Os prejuízos que levou na porrada com o "peão" Norato. Atrás fica uma nuvem de poeira que, ao assentar, mostra olhares atônitos, tensos e medrosos dos "peões" que viram o pau comer no fim da tarde no canteiro de obras 362. Na guarita, o segurança começa a entregar as chaves, em troca das plaquetas de identificação. Todos só pensam no banho. São 17 horas. O clima de agitação provocado pela briga com misto de silêncio nervoso se estende até a noite.



CUSTÓDIO COIMBRA CHIQUITO CHAVES

A briga na obra e seus protagonistas: o guarda Didi e o operário Norato

"Aquela pedra que eu joguei era pra acertar a coluna dele"

(NORATO, O QUE LEVOU A BOFETADA)

Pelo corredor que leva ao banheiro, uma confusão mais animada, apesar do cheiro de suor insuportável. Os 11 chuveiros são disputados quase aos empurrões e ninguém deixa a toalha ou o sabonete dando sopa. Marcou, dança. Os que estão ainda nos quartos, depois de um dia de trabalho, ligam rádios, vitrolas, gravadores ou simplesmente cantam quando têm forças para segurar o violão. O repertório é de Roberto Carlos, Aguinaldo Timóteo, Rosemary, Altemar Dutra e Martinho da Vila. Do quarto 27 vem a voz arranhada da dupla "Tônico e Tinoco". O disco está empenado e roda com dificuldade na vitrola.

Valdir chega, abre a porta devagar, capacete embaixo do braço. Cumprimenta e senta pesadamente na cama beliche: vai falando:

É o primeiro dia? Olha, aqui todo mundo é legal. Ninguém se metê com ninguém. Aí em cima dorme um carpinteiro: se pedirem pra falar, ele fala, senão fica quieto. Não perturba. Aqui na minha frente, um sujeito bom. Pedreiro, tem a vida dele.

Valdir tem 45 anos e todos os sinais de velhice. Sempre trabalhou em obras, uma das últimas a Ponte Rio-Niterói. Está ali como servente há onze meses e às vezes

chega cheio de "goró" (cachaça). Ocupa a cama 1 do quarto 25 com o pedreiro Francisco macacão e o carpinteiro Claudir. Faz força para tirar as botas de couro que custam no almoxarifado 90 cruzeiros descontados no salário. O ar fica impregnado de chulé. Sai caindo para os lados em direção ao banheiro. Na cabeceira de sua cama uma flâmula pregada na parede com a imagem de São Jorge.

A fila da janta está grande. Os que vão até às 22 horas já estão esperando que a Kombi azul desponte no porão da rua Ana Néri. O segurança barrigudo está lá controlando a fila. Na cantina começa ser servido o jantar, o mesmo ritual, a televisão colorida ligada chama pouca atenção dos "peões". Não adianta, têm que comer depressa para dar lugar aos outros. "Rosinha" e "Vanusa", dois "peões", bichas, passam com as bandejas, indiferentes aos galanteios. A partir das 22 horas, o movimento no alojamento toma a mesma proporção das 17 horas. Os chuveiros ocupados e as músicas saindo de quase todos os quartos. Norato, num grupo, comenta baixinho, com ódio:

— Aquela pedra que eu afirei, você viu? Era pra acertar a coluna dele.

As máquinas pararam, o som das músicas some à meia-noite. Tudo fica quieto. Pelo corredor, uma voz ou outra de um operário. Norato tem o rosto vermelho do lado esquerdo, o tapa que levou de "Didi". Promete ir à forra.



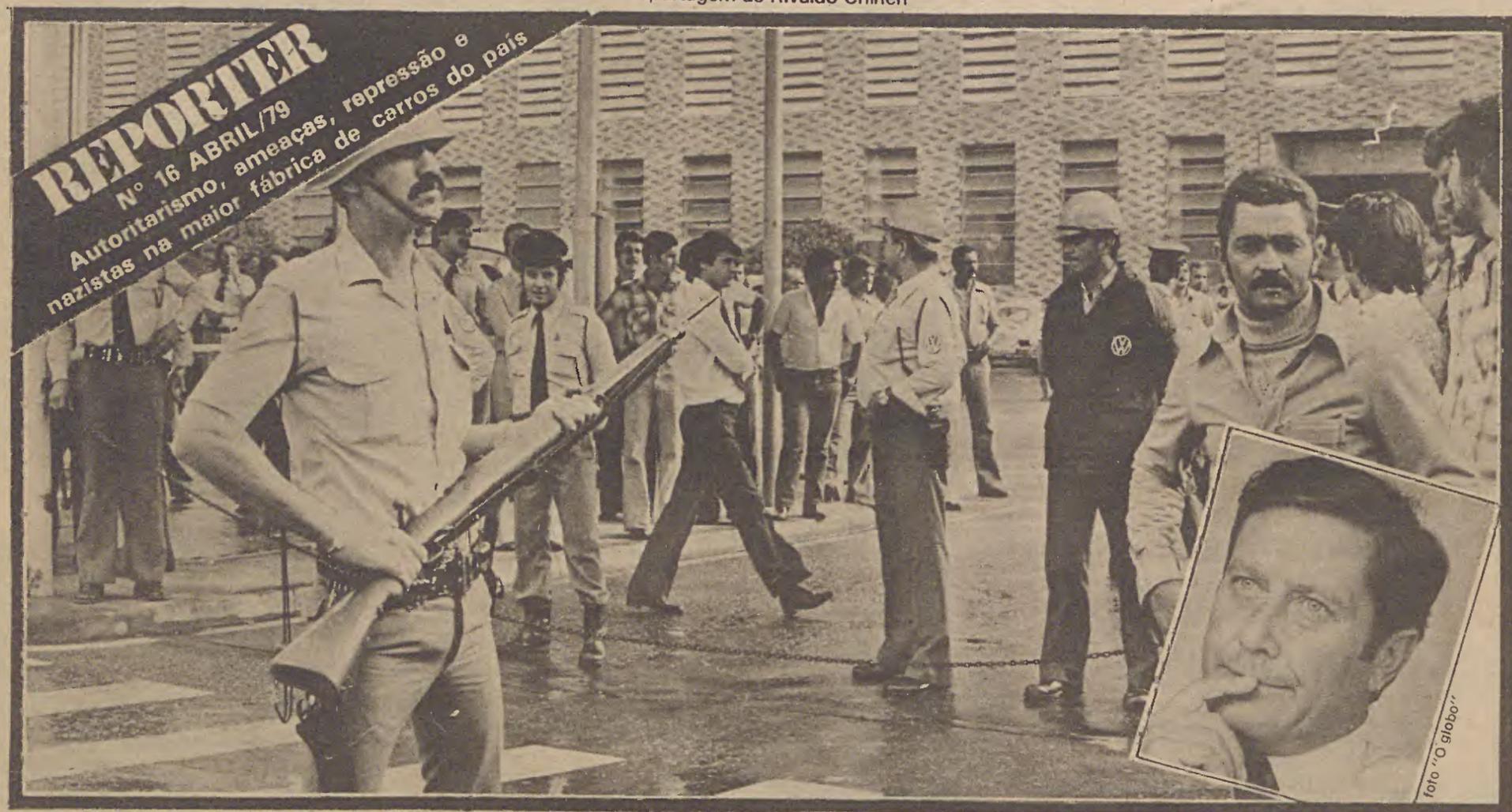
CUSTÓDIO COIMBRA

"Rosinha", debochada, larga o garfo e faz pose



OPERÁRIOS DENUNCIAM NAZISMO NA VOLKSWAGEN

Reportagem de Rivaldo Chinen



Polícia Militar e guardas da segurança protegem a fábrica de São Bernardo, durante a greve de março. A foto pequena, Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen do Brasil.

Foto Jesus Carlos

Câmeras de tv e guardas com binóculos vigiam os 40 mil operários por toda a fábrica, dia e noite. Mais de 300 policiais, fardados e à paisana acompanham de perto os trabalhadores. Qualquer suspeita, falta ou atrito com chefes, eles são escoltados até as salas da segurança, onde os interrogatórios são mais duros do que numa delegacia de polícia. Ameaças de agressão — “você vai pro pau-de-arara” — são frequentes. Outros trabalhadores ficam presos nas salas durante as horas de serviço por até uma semana, como num cárcere privado. Muitos são forçados a confessar roubos que não fizeram. Até crianças, alunos da escolinha da fábrica, são ameaçados pelos guardas. Suspeita-se que esse esquema de segurança tenha sido montado por criminosos de guerra. Um deles, pelo menos, trabalhou quatro anos na empresa, até ser preso. Lula, líder dos metalúrgicos, garante que é a segurança mais policialesca de todas as empresas do setor. Empregados não medem palavras para defini-la: nazista.

Jornal dos metalúrgicos conta crimes da empresa

“Volkswagen reedita Holocausto”: com este título o jornal *Tribuna Metalúrgica* (edição de dezembro de 1978), órgão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, na região do Grande ABC, vizinha de São Paulo, informava: “as cenas do ‘Holocausto’ mostrado na televisão referem-se a acontecimentos de quase 40 anos atrás; mas o ‘holocausto’ da Volkswagen começou muito recentemente, a partir do 3º Congresso, realizado em outubro último”. Dizia mais, que as primeiras vítimas, não os judeus, mas operários brasileiros, foram onze participantes daquele congresso: um a um foram sendo demitidos, pelo fato de se revelarem lutadores e conscien-

tes das mudanças que devem haver no sindicalismo para que nossos direitos sejam melhor defendidos.”

Outros dados importantes nesta edição do jornal editado por Antonio Carlos Felix Nunes: na Volks os acidentes de trabalho não são comunicados com a devida precisão ao Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps). Resultado disso é que o trabalhador fica sem seguro, sem indenização e, em caso de morte, sua família fica sem pensão. Já aconteceram inúmeros casos dessa espécie e alguns até dolorosos, como o do electricista Adilson, vítima de um forte choque na cabeça quando executava seu serviço.

O choque elétrico afetou-o internamente e ele acabou internado num hospital. Desconhecendo os antecedentes, os médicos o consideraram louco. Medicado sem diagnóstico certo, Adilson morreu. A família do acidentado viu-se desamparada, sem direito à pensão do INPS, simplesmente porque este não reconheceu a morte como consequência do acidente de trabalho. E não reconheceu porque a Volks escondeu o fato.

Recentemente a empresa decidiu alterar o horário das refeições, reduzindo-o para 45 minutos. A lei, como se sabe, estabelece 1 hora para as refeições. Ao mesmo tempo em que reduziu o horário das refeições a Volks passou a





exigir que os trabalhadores permanecessem uma hora a mais prestando serviços.

Outra denúncia do jornal dos metalúrgicos: a malandragem da empresa com relação aos aumentos sindicais conquistados com as greves de maio do ano passado, a chamada "greve dos 300 mil". Na mesma proporção dos aumentos previstos no acordo inter-sindical, foram alterados os preços dos serviços que a Volks oferece aos trabalhadores, como alimentação, transporte e cantina interna. Assim, em junho esses serviços passaram a custar mais 5,5%; em agosto, 4,5%; em outubro, 5,5% e deverá haver outro aumento de 4,5%, que é por sinal a parcela do aumento salarial estabelecido no acordo.

A última grande jogada da Volks para tornar perfeito seu "holocausto": cobra uma taxa especial, altamente elevada, para o uso dos seus ônibus, daqueles que adquiriram veículo através do seu sistema próprio de financiamento. Quem compra carro na Volks gozando aquele minúsculo desconto, fica "amarrado" durante seis meses. Isto é, só depois desse tempo, pode se desfazer do carro. Dentro desse prazo, caso o trabalhador deseje utilizar a condução da empresa, arca com uma tarifa especial, ao invés dos Cr\$ 42 mensais atualmente cobrados. Acontece que, depois dos referidos seis meses, a empresa invoca uma série de pretextos para não mais permitir o uso dos seus ônibus pelo trabalhador que adquiriu o carro. Alega que os ônibus já estão com sua lotação completa, e que o trabalhador deve aguardar uma vaga.

A perseguição na Volks é cada vez mais intensa. Basta dizer que 25 trabalhadores foram sumariamente despedidos pelo fato de se oporem a um método desumano de controle de produção. Eles haviam protestado contra o sistema MTM (Movimento-Tempo-Minuto), cujo objetivo é reduzir o número de funcionários nas linhas de montagem, sem prejuízo da produção. Só de uma linha foram demitidos 20, e mais 5 de outra.

Ainda traçando um paralelo com o sistema nazista, o jornal Tribuna Metalúrgica denunciou que segurança e higiene não são coisas que a Volks preza muito. Com relação às refeições (e este já é um problema de saúde), por duas vezes este ano o pessoal foi atacado de desintéria, em virtude da comida estragada que lhe foi servida. Quando

não vem estragada, a comida é de péssima qualidade, ou seja, mal temperada, com sabor pouco agradável.

Agora a Volks está fornecendo a outras empresas seis mil refeições por dia. Para poder fornecer as seis mil marmitas, ela obrigou o pessoal ligado à cozinha a fazer horas extras. Assim, quem entrava em serviço às 15 horas, agora está entrando às 12:30 para sair às 23 horas.

A Tribuna Metalúrgica denuncia ainda a morte do vigilante Luiz Ferreira de Oliveira, ocorrida na noite de 13 de novembro último, no pátio da fábrica. O laudo médico atestou "fratura craniana exposta". O acidente ocorreu, segundo se sabe, pelo excesso de velocidade imprimida ao veículo que transportava o pessoal para a ala 3, onde estaria ocorrendo um princípio de incêndio denunciado pelo sistema de alarme da empresa. O jornal levanta algumas questões: 1) Qual a necessidade que leva os veículos da Segurança Industrial a desenvolverem tamanha velocidade? 2) Não seria lógico e justo que só as ambulâncias e carros do corpo de bombeiros tivessem permissão para ultrapassar a velocidade de 10 quilômetros por hora, estabelecida no regulamento interno da empresa?; 3) Finalmente, quem será o responsável por mais essa morte, resultante de um acidente ocorrido no interior da empresa?

Quanto ao aspecto de higiene e segurança no trabalho propriamente dito, há a registrar a falta de exaustores em diversas alas de produção, notadamente nas de números 2,3,4,5 (porões) e 6. Em consequência, nessas seções se acumula grande quantidade de fumaça, perturbando a respiração e a visão do pessoal. Nem o adicional de insalubridade é pago, por exemplo, para o pessoal do teste de motores, que trabalham numa seção onde não há a mínima ventilação.

Como se vê, são denúncias que poderiam ser estampadas em qualquer jornal diário, não fosse o espaço que a Volkswagen compra em todos eles. Não faz muito tempo uma repórter da sucursal do ABC do jornal O Estado de S. Paulo se propôs a fazer uma reportagem sobre a segurança na Volks. De manhã, como o fazem diariamente, seus chefes mandaram a previsão de matéria para a redação; à tarde veio uma ordem, via telex, para cancelar a reportagem.

Fábrica é cabide de emprego de nazistas

Simon Wiesenthal, o célebre caçador de nazistas, declarou que a Volkswagen, a Krupp e a Siemens são verdadeiros ninhos de nazistas. Revelou que nessas empresas estão instalados centenas de "peixes pequenos", e que existe pelo menos 18 oficiais da SS (Schutz Staffel, tropa de elite de Adolf Hitler) no Brasil.

O comandante de Treblinka — o campo de concentração da Polônia, onde 700 mil judeus foram executados — Paul Stangl, foi preso em São Paulo após ter sido reconhecido trabalhando na Volkswagen, em 1967. O advogado Idel Aronis, da Confederação das Sociedades Israelitas de São Paulo, disse que o nazista foi reconhecido por uma vítima, um judeu que foi pedir emprego na fábrica: "Ao reconhecê-lo, o judeu telefonou para uma delegacia. O delegado me conhecia e me avisou".

Dr. Idel Aronis, é verdade que a segurança da Volks foi



Idel: fábrica persegue judeus

montada e é dirigida por nazistas?

— Sempre ouvi falar disso. Naquela época da prisão do Paul Stangl, em 1967, sempre me aparecia gente contando fatos a esse respeito. Sempre ouvi dizer que a Volks era cabide de emprego de nazista. No ano passado, quando veio a público a prisão do nazista Franz Wagner (sargento da

SS, da Gestapo, a polícia de Hitler, e comandante do Campo de concentração de Sobibor, o homem que fugiu com Paul Stangl para o Brasil), me procuraram novamente, gente que trabalha lá dentro da Volks.

Fizeram denúncias de que tipo?

— Quando a direção identifica algum nazista, este chega a ocupar cargos altos na empresa; quando descobre que o funcionário é judeu, passa a sofrer todo tipo de perseguição. Um judeu me procurou, disse que esteve num campo de concentração, e que não esqueceria nunca mais a cara dos carrascos; pois bem, ele reconheceu na Volks diversas pessoas que eram guardas nos campos de matança. Veja bem, guardas, não chefes. Chefe mesmo era o Paul Stangl, que tinha poder absoluto sobre várias unidades de morte. Depois a direção coube a Franz Wagner.

Chefe de montagem matou 700 mil

O capitão Franz Paul Stangl, 62 anos, responsável pela morte de 700 mil judeus no campo de concentração de Treblinka, trabalhava na Volkswagen, em São Bernardo do Campo, no ano de 1967 como chefe encarregado do setor de montagem. Para não prendê-lo no serviço, os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) o aguardaram em sua casa, no elegante bairro do Brooklin em São Paulo, onde vivia com a mulher e duas filhas solteiras (uma, casada, tinha três filhos).

Antes de Hitler ocupar a Áustria, Stangl pertencia à polícia civil austríaca. Pertenceu ao Serviço Secreto e infiltrou-se no Partido Nazista com o objetivo de denunciar os descontentes com a ocupação e o novo regime. O primeiro campo de concentração de Paul Stangl foi Sobibor, na Polônia, que ele cuidou de aperfeiçoar, antes de ir para Treblinka, onde matou mais de 700 mil judeus, entre elas a menina Anne Frank.

Promovido, ele seguiu para a linha de frente da guerra, para construir as defesas antitanques. Ficou lá até quando a Alemanha começou a cair. Voltou para Berlim, à procura de seu ex-chefe, mas não encontrou ninguém. Foi preso



Stangl trabalhou 4 anos na Volks

e levado a um campo, onde permaneceu durante três anos. Logo que ganhou a liberdade começou a viajar. Esteve na Áustria onde nasceu, na Síria e Itália. Veio então para o Brasil, em 1950, com medo de ser condenado por causa de seus serviços durante a guerra. Trabalhou na Volks quatro anos.

Sob a acusação de ter contribuído, entre os anos de 1941 e 43 para o extermínio de judeus nos campos de concentração de Sobibor e Treblinka, na Polônia, e no Instituto de Hartheim, na Áustria, Paul Stangl foi extraditado por

ordem da Justiça brasileira. O Supremo Tribunal Federal concedeu por unanimidade, no dia 7 de junho de 1967, com prioridade à Alemanha, a extradição do nazista, com o compromisso, nos termos do voto do relator, ministro Victor Nunes Leal, de que a pena fosse transformada de prisão perpétua em temporária e que, posteriormente, o réu fosse entregue à Justiça da Áustria, cujo direito à extradição foi também reconhecido.

Nessa época veio um pedido à embaixada da Alemanha no Brasil para que procurassem localizar Gustav Franz Wagner através de Paul Stangl, porque o procurador daquele país imaginava que onde estivesse Stangl, também estaria Wagner — o que se confirmou em maio do ano passado, quando prenderam Wagner. O Brasil é o segundo país do mundo mais procurado pelo ex-nazistas (o primeiro é a Argentina).

No dia 28 de junho de 1971 Stangl foi encontrado morto, em sua cela, em Dusseldorf, vítima de enfarte, de acordo com os médicos legistas que o examinaram. Com ele foi enterrado uma parte da História, alguns segredos da Volkswagen no Brasil, que ele conheceu tão bem.



Acusado de agitação, sofreu nas mãos da segurança

Mauro Massami, 5 anos de Volks

— É mais do que um órgão de segurança; é um órgão de coação do trabalhador na empresa. Chegam a colocar na cabeça do guarda que ele não é simplesmente um trabalhador, é uma autoridade. Nas outras empresas os guardas até brincam, conversam com os outros trabalhadores, mas na Volks não. É impossível se aproximar de um policial desses.

Quem manda se veste como os outros?

— Embora sejam tenentes, coronéis, sargentos, eles se vestem com uniforme da empresa, não com farda do Exército. Ou se vestem com paletó e gravata, como um funcionário interno. A segurança cria um medo tal no trabalhador que o chefe da seção ameaça o operário da seguinte forma: "se você não se conformar vou levar você à segurança".

Eles estão em toda parte da fábrica?

— Estão em todo lugar. Em qualquer setor há sempre um guarda da segurança que observa a pessoa de tal forma que a deixa constrangida. É na segurança que o empregado sabe que vai embora sem direito, caso tenha cometido algum delito ou feito o que eles acham um ato de indisciplina. Para mim, a segurança da Volks é tipicamente nazista. A gente tá acostumado a ver filme com nazista, não sei se eles pintam demais, eu só sei que é o mesmo estilo

Você tem conhecimento de violência física?

— Não; e mesmo se houver, o próprio elemento é coagido a não comentar com detalhes, porque pode ser dispensado. Pelo esquema que há, a coisa deve chegar a isso, porque dá medo chegar perto da segurança. Até as secretárias se portam de modo polialesco. É um negócio fora do comum. Parece que é o próprio ambiente que torna as pessoas duras.

É verdade que na Volks tem oficiais da SS — as unidades da morte, do Partido de Adolf Hitler — lá na segurança?

— Não sei. Garanto que o esquema de funcionamento é



Mauro: até secretárias são policiais

Fotos Amancio Chio

nazista. Mas quem encabeça são o coronel Ruge, o Cordeiro, coronel ou tenente Vitoria, Carvalho, Medeiros, todos do Exército.

Você já passou pela segurança da Volks?

— Já sim. Eu andava de sessão em sessão para ver se todo mundo estava em greve (Nota de Redação: — a de março, que durou 15 dias e foi reprimida pelo governo, que decretou intervenção no sindicato) e um supervisor me pediu a identificação. Me levou para a chefia e o cara ficou nervoso, eu dizia para ele, "calma, vamos conversar, tenha a santa paciência, pô". Daí fui levado para a segurança, onde precisei me identificar. A pessoa para ir ao restaurante, à assistência médica, a tudo que é setor precisa se identificar. Um absurdo total. Era o tenente Carvalho quem comandava. Fiquei na sala dele, onde estão os painéis de contrôles das câmeras de televisão. Pensei que elas fossem câmeras fixas, mas não são. Elas giram. Tanto faz focalizar para dentro ou para fora da fábrica, pode aproximar as imagens, é algo espetacular. Um tenente chamou o Carvalho pelo interfone, é tudo por código. Fui levado em seguida para o gabinete do tenente Eugenio, que por sinal não estava lá. Entra tenente, sai tenente, entra sargento, sai sargento. Daí chegou o tenente Vitorio que me conduziu ao RI-Relações Industriais, um departamento muito enrolado, pelo menos em termos de relação sindicato/empresa. Daí falaram que eu poderia ser enquadrado em qualquer artigo, que eu estava agitando o pessoal da fábrica, esses absurdos, e me dispensaram. Saí dali aliviado.

Guardas à paisana espionam greve

Devanir Ribeiro, 10 anos de Volks

— Quem manda na segurança da Volks são dois coronéis, têm mais três o quatro tenentes, todos do Exército. Tem um esquema muito bem montado, com circuito interno de televisão, um fichário completo com nomes e demais dados dos funcionários da empresa, tem enfim, aquilo que toda delegacia de polícia tem. Talvez seja até bem mais equipada que uma delegacia de polícia normal. Têm uns 200 guardas, tem o pessoal da chamada segurança interna, que colhe depoimento; se alguém chega atrasado vai lá, se faltou no serviço, vai lá.

Todo mundo anda fardado?

— Nem todos. Os investigadores andam à paisana. Se misturam com o pessoal, se infiltram. Quando os alemães estão sabendo de que vai ter greve, aumentam o número desse pessoal. Em janeiro foram admitidos mais 20; em fevereiro, mais 30.

Seguiram diretor do sindicato por toda a fábrica

Maurício Soares, advogado dos metalúrgicos

É preciso ter algum motivo forte para parar na segurança?

— Nada disso: qualquer questão corriqueira é motivo. Nas outras empresas funcionam as chamadas R.I — Relações Industriais, onde o sujeito é advertido por qualquer questão de disciplina. Mas na Volks, os operários são mandados logo pra segurança, onde falam pra eles: "se você não confessar te entregamos para a polícia".

Tem havido casos de tortura?

— Que eu saiba não. Só tortura psicológica. As reclamações são diárias. Talvez mais do que uma por dia. Na verdade, a segurança da Volks (1000 homens contando guardas, inspetores, bombeiros) é uma espécie de segurança contra a atividade sindical. Nós tivemos diretores nossos que foram seguidos pelo setor de segurança. Para

Conta um tipo de pressão que eles exercem sobre o operário.

— Quando são levados para a tal sala especial para prestar depoimento, nossos colegas ficam impressionados, pois mais tarde são levados para o banheiro, voltam, vão lá de novo, os guardas ameaçam de levar o colega para a polícia, para o Dops. Há pouco tempo uma senhora que trabalhava no laboratório físico, há 12 anos, foi suspeita de ter sumido

com a chave do local de trabalho. Ela era auxiliar, e só ela e o gerente tinham a chave. Acontece que sumiu a platina, material caro. Levaram essa senhora para lá e a interrogaram por duas horas. Ameaçaram-na de várias formas. Não conseguiram nada; depois a mandaram embora, alegando que ela vendia bijuteria para os colegas, talvez querendo insinuar que ela transformava a platina em bijuteria.

E o clima do setor de segurança?

— Quando você entra numa delegacia não sente o ar pesado? Pois é, lá é a mesma coisa. O pessoal trata os outros como se eles fossem da Gestapo mesmo. Anos atrás foi pego um nazista lá dentro. Só sei dizer que os métodos deles são meio atrapalhados pra gente. A gente sempre comenta que a segurança é um campo de concentração dirigido pela Gestapo. Por que sabemos que a orientação vem de cima mesmo.



É como a Gestapo, diz Devanir



Maurício: é uma organização pára-militar

onde quer que ele ia, era acompanhado por um cara da segurança. Era seguido atrás das máquinas e pelos desvãos da fábrica. Ainda recentemente, fomos entregar boletins e os guardas tiraram esses boletins que convocavam os trabalhadores para uma assembléia. São uma espécie de gente que não tolera a organização dos trabalhadores de modo algum.

Dentro do funcionamento da tortura psicológica há alguma particularidade que o sr. poderia contar pra gente?

— Uma das coisas mais odiosas dessa segurança é quando o cara é obrigado a ficar no que já chamaram de "chá de banco". Entra de manhã, fica sentado, chega a hora dele ir embora e não vai. Volta no dia seguinte e assim vai, 4, 5, 6, 7 dias. Quer dizer, isso mortifica o sujeito ali.

Depois desse tempo chega um segurança e diz: "O seu caso tá resolvido, você tá dispensado, pode voltar a trabalhar". Ou então completa: "Tá despedido, pode voltar amanhã pra pagar as contas".

Tem havido confissões forçadas?

— Tem sim. Para se ver livre de uma vez por todas, o cara confessa mesmo. Às vezes ele chega na Justiça e nega tudo, diz que assinou sem ver, sem ler nada.

Como o sr. definiria o serviço?

— Uma espécie de organização para-militar. Que dá verdadeiro pavor no operário. Corre boato de que lá dentro tá cheio de nazistas. A própria organização tende a ser nazista, por ser amplamente repressiva. Tem cores fascistas.



Descem borracha até nos meninos



Fotos Amancio Chiodi

É a fábrica mais policalesca, diz Lula

Tarcísio Tadeu Pereira,
ex-professor da Volks

— O cabeça da segurança da Volks é um tal coronel Ruge. Segundo ele mesmo amigo pessoal do coronel Erasmo Dias. Quando o Erasmo estava em evidência, ele falava de suas ligações, talvez para mostrar que tinha um esquema fora da fábrica. Abaixo dele têm os tenentes, a nível de chefia de seção, têm os executivos e, abaixo, os supervisores. Gente que pertenceu ao Exército e que hoje manda lá.

Você presenciou algum tipo de coação?

— Tem escola do Senai (Serviço Nacional da Indústria) que funciona lá dentro, com 900 alunos. Um guarda viu um deles gastando muito no barzinho da fábrica, e chegou perto dele perguntando: "Você tem tanto dinheiro assim?". Ficou naquele negócio de *é meu, não é*, esse esquema de sempre. Até que chegou a tal ponto que eles disseram: "Bom, esse cara não vai falar nada aqui, vamos descer a borracha. Quem sabe no Dops ele fala".

Quer dizer que eles têm ligações com a repressão?

— Têm e de modo muito claro. Um colega, o *Peruca*, foi levado para a segurança, e foram dizendo pra ele: "Vai tirando a camisa, senta aí que a gente vai fazer um acerto". O *Peruca*, coitado, não sabia de que se tratava. Foi levado para um órgão de segurança em São Paulo. Nem para a delegacia de polícia de São Bernardo ele foi.

Conta como são as câmeras de tv.

— Tem uma sala com circuito interno onde ficam dois caras sentados 24 horas por dia, assistindo tudo. Pegam a entrada e saída dos funcionários. Têm cerca de trinta câmeras. Têm também caras com binóculos no pátio. Se eles pegam alguém saindo e consideram suspeito, mandam parar no portão. São os média-chefia, os mestres, supervisores de seção, que, ao



Tarcísio viu agressão a um aluno

sair no escuro, são vigiados pelos homens de binóculos.

Qual é a impressão que dá ao entrar no setor de segurança?

— A mesma que qualquer órgão ligado à repressão, o mesmo impacto. Logo de cara você vê uns painéis na parede com uma série de objetos, apreendidos segundo eles, de pessoas presas em flagrante. Verdadeiros troféus. Tem guarda para cá e para lá. O infeliz fica no meio do corredor perdido, como se tivesse na berlinda. O escrivão é bem mais treinado que os seus colegas da polícia.

E os outros tipos de serviço que eles prestam?

— Têm os caras que vêm ao sindicato; outros que se inscrevem em congressos, mas geralmente logo a gente descobre e põe para fora. Vou dizer uma coisa: a enfermaria, refeitório e demais serviços não são tão bem estruturados como a segurança. Há até uma certa desorganização.

Cada empregado deu Cr\$10 mil de lucro em 1978

A Volkswagen, sozinha, produziu, em 1978, 50% de todos os veículos (incluindo ônibus e caminhões) do Brasil: 600 mil automóveis. Há 20 anos no país, é a segunda empresa estrangeira mais lucrativa — Cr\$ 400 milhões em 78 — e a maior de todas (estrangeiras, brasileiras e estatais) em número de empregados: 40 mil. Lucrou, portanto, Cr\$ 10 mil por

empregado. Além da fábrica, possui outros negócios, entre os quais uma fazenda de gado de 140 mil hectares, um frigorífico, uma financiadora e uma locadora que já alugou 40 mil carros para grandes empresas. Sua folha de pagamentos representa apenas 16% de seus gastos. Com impostos ao governo ela gasta mais que isso: 18%.

Na Volks se exige atestado ideológico?

— Que eu saiba não, ou pelo menos não tenho conhecimento. Sei que ao admitir um empregado, eles fazem contato com outras empresas. Quer dizer, há um esquema todo preparado para que o sujeito circule entre uma empresa e outra, caso não haja problema. Um esquema que partiu da Volks, montado por um tal Mauro Marcondes, o responsável pela Relações Industriais da empresa. Todo esquema de repressão nas demais fábricas está partindo da Volkswagen, que é a indústria que mais reprime.

Como é que você entrou na Volks?

— Entrei em 1969 como aluno; fiz curso no Senai lá dentro, trabalhei na ferramentaria, no almoxarifado, e daí passei a dar aula no curso profissionalizante.

Como é a escola lá?

— Só aceita alunos das famílias mais pobres. Se o pai de um deles é ferramenteiro, no máximo, o filho tem condições de entrar na Volkswagen. Agora estão adotando alunos da FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, instituição ligada à Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo), e não é porque a Volks está pensando em dar amparo ao menor. É que ela pensa em preparar uma mão-de-obra barata, e depois mandá-los para outros Estados.

Tem havido outro tipo de problema na Volks?

— As mais prejudicadas ainda são as mulheres. Além de serem obrigadas a produzir de 650 a 700 capas por dia, têm de ficar quietas diante das cantadas das chefias, os caras que detêm o poder. Se eles cantam e elas levam a coisa adiante, estão arriscadas a perderem o emprego. Os abusos são muito grandes. Eu namorei uma menina que trabalhava na tapeçaria que me contava coisa violentas, e que dizia que quem reclamava era colocada fora, sem motivo.

Prenderam os barbudos porque um era suspeito

Lula, líder dos metalúrgicos

— A segurança da Volks é um verdadeiro campo de concentração. Lá os trabalhadores, quando suspeitos por qualquer coisa, são submetidos a um depoimento, e a um registro num boletim de ocorrência, como se estivessem prestando esclarecimento numa delegacia de polícia. É o que existe de mais policalesco que nós conhecemos em qualquer indústria de nosso setor.

Quem manda na segurança da Volks?

— É lamentável, mas quem manda são militares: coronéis aposentados, reformados, tenentes, sargentos, todos eles servindo a uma multinacional. Os trabalhadores vêm a segurança da Volks com muito medo; um negócio montado de forma que dá arrepio.

O que fazem lá na segurança?

— Problemas relacionados com questões trabalhistas são às vezes resolvidos na própria Volks. Quando o trabalhador vai para a segurança, toma um verdadeiro chá de cadeira, é ameaçado de ir pro pau-de-arara.

Diante disso o trabalhador vem pedir algum tipo de proteção ao sindicato?

— Sim, diariamente. Teve

um assalto num banco, funciona uma agência bancária lá dentro, e o suspeito era um barbudo. Pegaram todos os barbudos da fábrica. Teve um inspetor de qualidade que ficou como o número 1 da lista de suspeitos. A partir desse dia ele veio aqui no sindicato pedir proteção, porque ele tava vendo a hora de chegar o dia em que a segurança ia sumir com ele.

As seguranças das outras indústrias do ABC são iguais?

— A pior que existe mesmo é a da Volks. Em termos de rigidez, de pressão, de coação, ela ganha longe. As outras têm segurança, mas é algo mais ameno. Me parece que na Mercedes quem manda na segurança é um major; em outras indústrias há sempre uma patente militar responsável pela segurança.

E por que militar?

— Eu não sei (rindo). Ou, na verdade, eu sei. Eu prefiro que não saia da minha boca o porquê de os militares estarem ligados à segurança das multinacionais.

O que vocês do sindicato podem fazer?

— Denunciar as atitudes. Não temos nada contra o fato deles trabalharem neste setor; mas contra a rigidez com que tratam os nossos trabalhadores.

REPORTER
Nº 17 MAIO/79
Entramos no Hospital Souza Aguiar e
ficamos estarecidos: o desleixo é total e completo



Não há enfermeiros para todos os doentes



Funcionários almoçam no banheiro

Souza Aguiar trata mal os doentes e os funcionários

SUJEIRA COME SOLTA NO HOSPITAL DO GOVERNO

Reportagem de Vera Lúcia Dias; Fotos de Custódio Coimbra

Durante três dias, a repórter Vera Lúcia Dias e o fotógrafo Custódio Coimbra percorreram as instalações do Hospital Municipal Souza Aguiar, no centro do Rio de Janeiro, responsável pela maior média de atendimento diário da cidade. O que viram é simplesmente estarecedor. Falta material, falta pessoal, as condições de trabalho são as piores possíveis, funcionários fazem suas refeições pelo chão e ao lado de latrinas cheias de cocô.

Com 420.935 atendidos em 1978 e uma

média de dois mil atendimentos diários, o Souza Aguiar é considerado um dos melhores Pronto-Socorros da América Latina. No entanto, nesse mesmo hospital pacientes não têm enfermeiros que os alimentem, doentes esperam horas para que o médico encontre material de sutura para costurar um ferimento, atendentes são deslocados para serviço de raio-x, falta soro fisiológico, baratas correm pelos banheiros e doentes pernoitam em filas para conseguir atendimento.

A precariedade do hospital Souza Aguiar não é algo que salte aos olhos. Quem percorre os corredores revestidos de pisos de borracha, sente o cheiro de desinfetante e depara com a sofisticação da unidade coronária, não pode imaginar que nesse mesmo hospital falte fios e agulhas de sutura, seringas, tesouras, esparadrapo, sondas nasogástricas (que vão do nariz ao estômago, pela qual o doente se alimenta), sondas viscerais (pela qual o paciente urina), aparelhos de pressão, penicilina, albumina humana, analgésicos, vitaminas, material cirúrgico para operação dos olhos, material de assepsia (sabonetes e esterilizantes), máscaras, gorros, luvas e roupa especial para cirurgias e necrópsias, material de ambulância, roupa de cama e berços em condições para crianças.

Quem se restringe aos corredores não pode adivinhar que as duas estufas de esterelização estão quebradas e

que todos os outros fornos se encontram com defeito. Não pode realmente saber que a falta de sondas faz com que estas sejam transferidas de um doente para o outro, quando só poderiam ser usadas uma vez. Como o processo de esterelização é mais do que deficiente, é muito comum ver uma sonda de um paciente ser utilizada em outro, com resíduos da bexiga do primeiro, em certos casos até areia renal (dos rins). Muito comum também é ver uma luva de borracha que foi usada em um exame ginecológico, ser utilizada em uma cirurgia, depois de passar por uma fervurinha. Isso sem falar nas macas que levam cadáveres para a patologia — local altamente contaminado — e voltam para o pronto-socorro, para serem usadas sem passar pela esterelização, e andam nos elevadores que tanto transportam cadáveres como doentes.

No entanto, driblando o esquema de segurança e

Fachada moderna esconde a realidade do Souza Aguiar



Foto e Chiquito Chaves

penetrando nas enfermarias e outras dependências do hospital, vê-se que, devido à carencia de roupa de cama, os lençóis não são trocados diariamente e que muitos pacientes permanecem com roupas sujas de sangue, urina e fezes.

A limpeza dos corredores não é a mesma de certas salas de atendimento, onde ataduras e luvas de borrachas ficam jogadas nos cantos, onde doentes esperam para serem atendidos, sem o mínimo conforto. Há momentos em que as salas ficam tão cheias que os pacientes esperam deitados no chão. Na radiologia, onde três aparelhos estão quebrados e onde não há médico radiologista, os doentes esperam horas para serem atendidos. O detalhe é que esses pacientes são encaminhados pela emergência, muitas vezes estão em precárias condições de saúde e ficam sozinhos o tempo todo, uma vez que não há um número de auxiliares de enfermagem suficientes no hospital para tomar conta desse setor. Havia no local uma criança que estava há três dias com o braço quebrado e ainda não havia conseguido tirar radiografia. Sua mãe, Alice Moura, disse que teve "que cortar um dobrado" até conseguir constatar na triagem que o caso de seu filho era de emergência.

A improvisação tem presença permanente no hospital. Em um passeio pelo Centro Cirúrgico vê-se que as obras não foram terminadas e que, embora a sala de cirurgia contaminada ainda não tenha sido inaugurada e não tenha nenhum material cirúrgico, estava sendo utilizada no dia 18 de abril para uma operação. Conversando com a auxiliar de enfermagem que saía do recinto, perguntei:

A sala já foi inaugurada?

— Não, não tem nada aqui.

Mas como é que tá operando?

— Ué, com nada. Não tem material nenhum aqui. Tá horrível, a gente tem que pegar tudo na outra sala.

As condições de higiene oferecidas pelo Souza Aguiar são as piores possíveis. Os banheiros são imundos, entupidos e não têm água. Fedem tanto que a sala de espera para o atendimento em ambulatório, onde há dois banheiros de uso público, recende a éter, fezes e urina. Nos corredores próximos à emergência, máscaras sujas de sangue ficam expostas durante horas, isso sem falar na mesa ginecológica, que não tem nenhuma espécie de revestimento, nem mesmo um lençol.

No bar, os ratos e baratas correm de um lado para o outro. Nos "baratões", nome dos refeitórios do hospital

(existe um para o pessoal de nível superior e outro para o de nível médio), os funcionários têm que levar seu próprio talher e comem todos os dias, invariavelmente, feijão, arroz e carne, que às vezes vêm premiados com baratinhas ou cocô de moscas. As bandejas onde a comida é servida são engorduradas e geralmente na segunda rodada de uso vêm com um feijãozinho ou grão de arroz de quem comeu anteriormente. No pátio interno do hospital há um lago onde se despejam resíduos e o lixo fica exposto em frente ao almoxarifado de material médico-cirúrgico, local onde é descarregada a alimentação antes de seguir para a cozinha.

Quando ao atendimento à população, as filas para conseguir números para ser atendido nos ambulatórios começam às quatro da madrugada. Isso para aqueles que buscam somente uma consulta, porque os que estão na batalha de uma cirurgia têm que pernoitar na porta do hospital, já que só são distribuídas duas fichas. Às 7 horas distribuem-se os números e por volta das nove as pessoas começam a ser atendidas. Como há uma média de 40 a 50 pacientes para os ambulatórios mais procurados, a consulta não pode durar muito mais que dez minutos.

As pessoas que não conseguem fichas para o ambulatório ou que não são consideradas como casos urgentes para a emergência são enviadas para o Pronto Atendimento (PA), que só foi criado para acabar com as filas. Na fila do PA, encontra-se casos como o de Raquel Costa Reis, que tem uma gastrite e há mais de três meses chega em crise ao hospital e recebe injeção no Pronto Atendimento. Como Raquel mora em Engenheiro Pedreira e tem filhos pequenos, não pode ir cedo para o Souza Aguiar e batalhar a ficha do ambulatório, mesmo porque teria que sair às três da madrugada de casa.

Nesse setor, o médico se limita a ouvir as queixas do doente e a receitar. No dia 18 de abril, dirigi-me a essa unidade, afirmando ter uma dor de estômago tão forte que não havia conseguido dormir na noite anterior. A médica, perguntando se eu ainda estava sentindo a dor, disse que poderia ser vermes e sem sequer me tocar, receitou gotas contra espasmos para tomar de oito em oito horas. Depois, fui à farmácia do hospital, sendo informada que não tinham aquele remédio no hospital e nenhum similar. Três outras pessoas foram procurar medicamentos, sem conseguí-los.



No subsolo, o pessoal da limpeza é obrigado a comer no chão

Pessoal da limpeza vive na sujeira

No subsolo do hospital, onde funcionam casa de máquinas, manutenção de materiais, lavanderia, rouparia, e a coordenação do pessoal de limpeza, as condições de trabalho e higiene são as mais precárias possíveis.

Na lavanderia, onde cerca de 350 quilos de roupa são lavados diariamente, o clima de insatisfação é visível. A maioria dos funcionários não recebem insalubridade pelo contato com roupa contaminada, não recebem nem mesmo uma luva para protegê-los de contaminação. O forno que ferve as roupas vai a uma temperatura de 210 graus. Não há nenhum exaustor, somente dois ventiladores que de nada adiantam.

Afirma um funcionário que o número de pessoas que adoecem por causa do calor é enorme, e que o acúmulo de trabalho, por causa dessas licenças, é também muito grande, pois a direção do hospital não coloca pessoal substituto.

— Aqui, quem não é surdo, usa óculos ou tem problema de coluna. O que tem de gente com problema de coração e úlcera nervosa também não tá no gibi. Eu mesmo tenho uma. Mas aqui é assim: a gente não tem salário, não tem segurança, só tem trabalho. Doze horas de trabalho por dia.

Segundo os lavadeiros, as máquinas estão completamente obsoletas. Das duas turbinas de torcer roupa que existem no local, uma está com o eixo de segurança frouxo, o que a faz desabar de dois em dois dias. O perigo e tensão são permanentes. Até o momento ninguém se machucou com esses desabamentos, que acontecem há três meses mas sabe-se que no Hospital Miguel Couto um funcionário morreu por causa de uma desabamento desses.

Além disso há as constantes mudanças de temperatura pela qual as pessoas passam para pegar roupa nas secadoras. A temperatura média de uma máquina dessas é de 90 graus

e a temperatura ambiente é de 27 graus, isso significa que cada vez que alguém abre a máquina para colocar ou pegar uma peça está tendo um choque de temperatura de 63 graus.

Em todo o subsolo o ar é sufocante, o barulho ensurdecador e há vazamentos das tubulações de esgotos do hospital. Na sala da coordenação do pessoal de limpeza o vazamento vem do chão, das paredes e do teto. Há dias que chega a um tal ponto que os funcionários não podem fazer uso da sala. Isso sem falar no fedor. Esses funcionários não são contratados pelo Souza Aguiar mas sim pela Dinâmica, empresa que fornece mão-de-obra de limpeza para todos os hospitais do Estado e do Município.

Não têm refeitório próprio, sendo obrigados a guardarem e comerem suas marmitas nos banheiros, todos sujos. Apesar da imundície, as funcionárias da Dinâmica lavam esses banheiros todos os dias, e dizem que se não o fizerem "simplesmente ninguém consegue passar na porta".

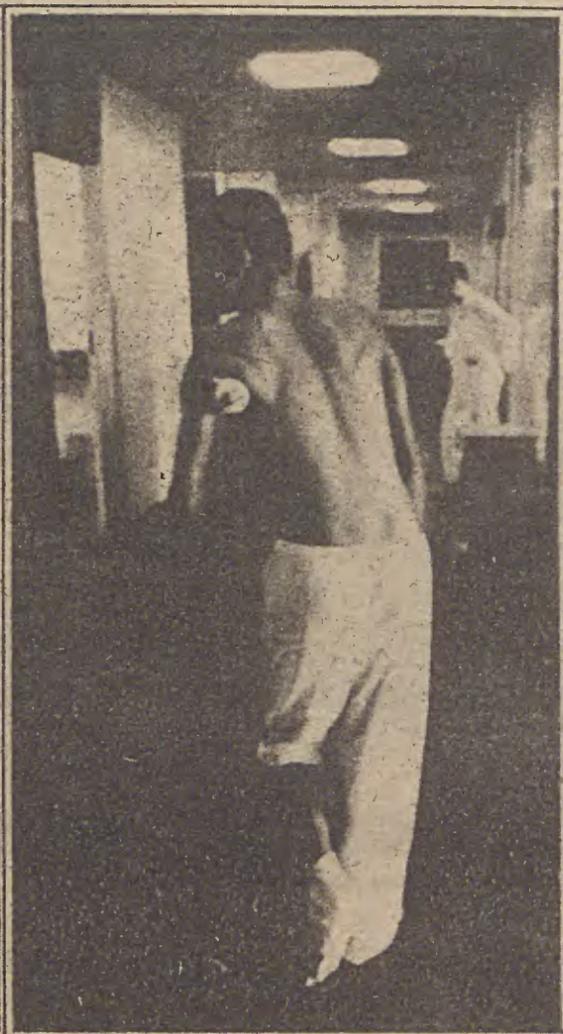
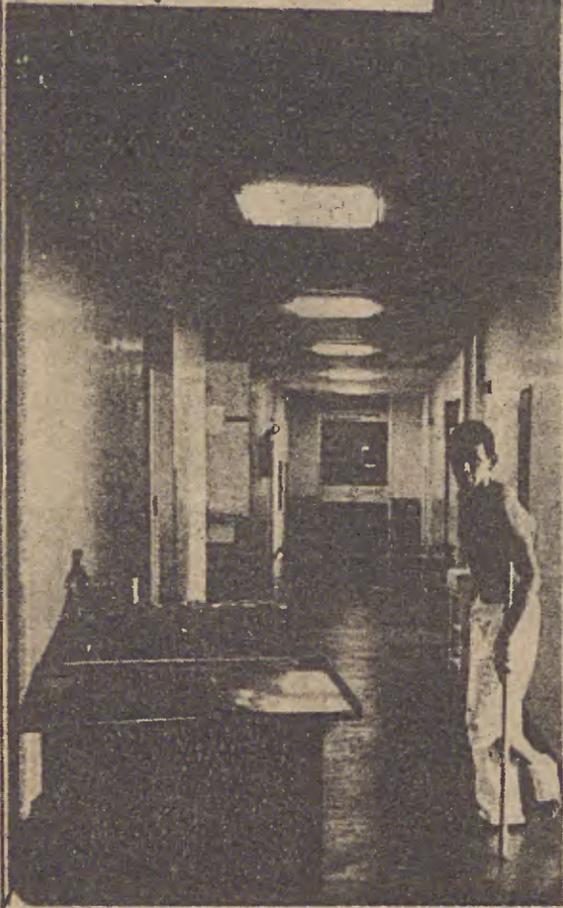
Diz uma servente que já cansaram de reclamar e que na questão da comida não adianta pedir na cozinha porque são postas de lá pra fora.

— Aqui é isso: barata, rato e percevejo. Uma sujeira só. Mas como é aqui em baixo ninguém vê. O pior é que a gente tem que comer aqui. Antigamente ainda dava pra filar alguma coisa na cozinha, mas depois que o dr. Frederico (ex-diretor do hospital) pegou uma servente fazendo marmita na cozinha e fez ela voltar e devolver a comida as coisas ficaram duras. Agora eles preferem jogar fora, estragar, do que dar pra gente.



No vestiário das serventes, a única pia não tem torneira

Cirurgia Plástica e Reparadora



No Souza Aguiar o doente tem que se virar

Auxiliares ganham pouco e são pau pra toda obra

Para os auxiliares de enfermagem e enfermeiros do Souza Aguiar um dos grandes problemas do hospital é a falta de pessoal especializado. Isso se reflete na quantidade de pessoas disponíveis para as funções de enfermagem, ao todo 530, com uma média de 22 faltas diárias, e na qualidade dos serviços prestados. Muitos auxiliares são formados em "cursinhos", que na realidade são fábricas de diplomas. É claro que isso faz com que os profissionais existentes sejam sobrecarregados de trabalho, e que muitos sejam deslocados de seu trabalho específico para "quebrar o galho" em outro setor.

Conta uma auxiliar, que, como todos os profissionais que apontam as deficiências do hospital, pede para não se identificar, que a carência de pessoal chega a tal ponto que uma enfermeira fica encarregada de prestar serviços a dois andares de enfermarias.

— O mais absurdo é que a determinação dos andares é completamente aleatória. Muitas vezes a enfermeira fica responsável pelas enfermarias do quarto e do sexto andar. Como é que ela vai poder estar em dois lugares ao mesmo tempo? Enquanto a gente aprende nos livros que cada auxiliar de enfermagem só pode prestar um bom atendimento a oito doentes, quer dizer, ficar responsável por duas enfermarias, a gente aqui pega uma ala inteira, que dá um total de sete enfermarias. Se um auxiliar pára pra dar comida a um paciente, outro doente fica sem medicação porque não tem gente bastante para fazer as duas coisas. Muitas vezes é o paciente do lado que dá a comida ao que não pode comer sozinho e quando não encontra ninguém para ajudá-lo o doente fica mesmo sem alimentação. Quantas vezes o copeiro vai recolher as bandejas e a comida tá lá, intacta. O pior é que se a gente reclama, taxam a gente disso e daquilo e não resolvem nada.

Como se já não bastasse essa precariedade de pessoal, ainda há no hospital uma legislação que proíbe qualquer auxiliar ou enfermeiro de assumir o seu posto se chegar no trabalho com mais de uma hora de atraso. Além de

contrariar a CLT, que só pune o trabalhador que se atrasa em três dias consecutivos (e mesmo assim com a perda de um terço do dia), essa lei interna faz com que ocorra uma média de 20 faltas diárias, o que torna o serviço de enfermagem ainda mais deficiente. Outro problema constante do hospital é que as poucas enfermeiras de nível superior, normalmente não desempenham função de enfermagem, restringindo-se a serviços burocráticos e ao controle do pessoal, que significa "dedar aqueles que chegaram atrasados".

Além dos baixos salários que recebem, o pessoal auxiliar não tem direito ao pagamento do adicional por contato com doenças contagiosas, e nem a roupas especiais para lidarem com esses pacientes. Afirmam um deles que pegou cachumba dentro do Souza Aguiar — que são coisas que já ganharam na Justiça o pagamento da taxa de insalubridade, mas que até hoje não viram um tostão

— O que dizem aqui, quando a gente reclama, é que há uma triagem antes do doente ser encaminhado à emergência e que nós não temos contato com doenças infecto-contagiosas. A verdade é que tuberculoso também é atropelado e que antes de tratarem da tuberculose dele, ele vai é pra emergência cuidar das escoriações. O negócio aqui é não bobear, senão a gente acaba sendo pau pra toda obra. Sábado passado mesmo (14 de abril) queriam que eu fosse sozinho na ambulância com o motorista, levar uma criança para o hospital São Sebastião. Quem sempre faz isso junto com a gente são os acadêmicos. Como eles estão em greve, nego começa a apelar. Agora, imagina! a criança tava com difteria, tinha que fazer traqueotomia, não tinha oxigênio na ambulância, você acha que eu ia me arriscar? E se acontece alguma coisa com a doente? Além de eu não saber socorrer, a bomba ia estourar em cima de mim na hora das responsabilidades. Como eu disse que não ia levar e não encontraram nenhum residente para acompanhar, uma hora depois chegaram à conclusão de que a criança não estava em condições de ser transferida.

Falta de médicos causa mortes

As condições de trabalho dos médicos do hospital estão muito longe das condições mínimas para se prestar um bom atendimento. O número insuficiente de profissionais, 580, contando médicos formados, residentes (recém-formados) e acadêmicos (último ano das faculdades), não consegue dar conta do fluxo de doentes que buscam o hospital. Em cada plantão há uma média de 48 profissionais, entre as três categorias. Fazendo uma média com os dois mil pacientes que procuram o Pronto-Socorro, fica bem claro que é praticamente impossível prestar uma boa assistência.

O número de pessoas que procuram a emergência é tão grande que as salas de repouso estão sempre lotadas. Isso faz com que muitos pacientes fiquem em repouso (estágio anterior à internação) no mesmo local onde são atendidas as pessoas que chegam ao Pronto-Socorro e em contato direto com as pessoas que chegam esfaqueadas, baleadas e atropeladas. No caso do paciente ter que ficar em observação, para saber se precisará ou não de um repouso, a coisa complica. Como não há lugar para colocar o doente, este fica na mesma sala que recebe as emergências, deitado em macas de metal, sem lençóis. Foi numa situação dessas que uma

moça, que havia sido atropelada, morreu de fome e sede. Ficou três dias em observação na sala de emergência, onde é proibido servir comida. Resultado: morreu de inanição. Essa proibição de servir comida se deu pelo fato de mendigos simularem crises para dar entrada no Souza Aguiar e, dessa maneira, terem direito à alimentação.

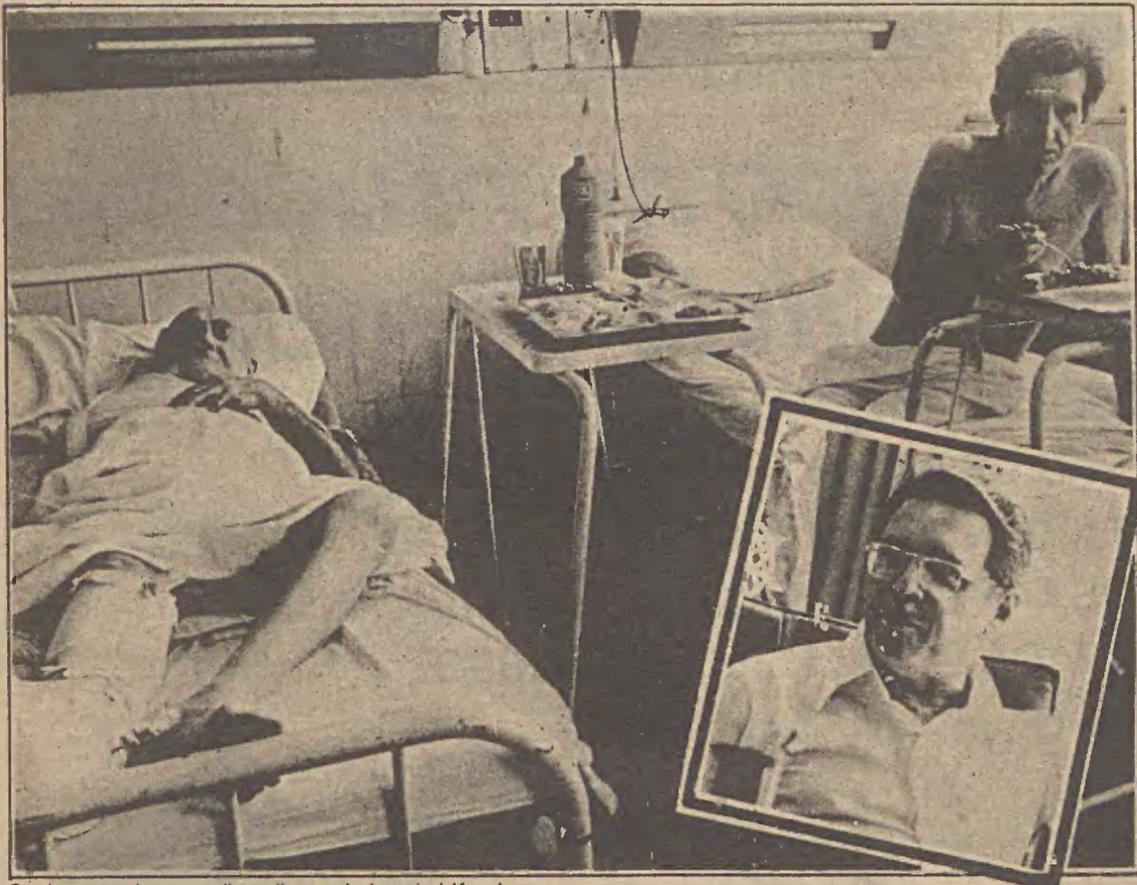
O fato do centro cirúrgico estar sempre ocupado com cirurgia de rotina (aquelas que são marcadas previamente) faz com que, normalmente, os casos de cirurgia de emergência tenham que esperar vagar a sala para serem operados. É muito comum ver pessoas baleadas ou esfaqueadas aguardando três, quatro horas para subirem para a sala de cirurgia, correndo o risco de entrar em choque, devido à grande perda de sangue.

Casos como o de um bêbado, que deu entrada no hospital em estado de quase coma alcoólica e que fugiu sem que ninguém visse; o de um homem que esperou três horas para ser atendido, foi mandado para casa e estava com hemorragia digestiva; e de uma médica que, visitando o hospital, foi chamada aos berros por uma auxiliar porque um doente havia "parado" (parou o coração) na unidade coronária, estão na ordem do dia do Souza Aguiar.

No Centro de Tratamento Intensivo — CTI — só há um médico para cuidar de oito leitos. Isso quando a Organização Internacional de Saúde determina que, para uma unidade dessas, é necessário um médico para cada dois leitos. Com a greve dos bolsistas e residentes, os dois acadêmicos do setor não estavam trabalhando, o que significa que se dois doentes tivessem uma parada cardíaca caberia ao médico decidir qual deles viveria, uma vez que não pode atender os dois simultaneamente. Na unidade coronária, onde um residente, ajudado por dois acadêmicos, é responsável por seis leitos, o cardiologista (médico formado), estava se dividindo entre a emergência (2º andar) e a unidade (3º andar). Se um doente "parar" quando o médico estiver no posto de emergência, pode morrer, porque não há ninguém na unidade para socorrê-lo

A verdade é que o grosso do atendimento da emergência é todo prestado pelos acadêmicos e residentes, embora as autoridades neguem esse fato terminantemente.

Fora as deficiências causadas pela falta de pessoal há ainda o fato do descanso obrigatório dos plantonistas raramente ser cumprido, existindo também o problema de quando se consegue descansar não haver camas em quantidade suficiente.



Os doentes abusam, diz o diretor do hospital (foto)

Diretor mente ou está por fora

Depois de 18 anos no Hospital Salgado Filho, onde chegou a vice-diretor, o dr. Edison Farias assumiu há menos de um mês a direção do Souza Aguiar, onde foi acadêmico de 52 a 54. Num gabinete elegantemente mobiliado, que tem como fundo um jardim de inverno, ele falou sobre sua visão do hospital e suas metas de administração.

— O maior problema a ser enfrentado aqui é a conscientização do povo. Nós precisamos integrá-lo ao hospital e fazê-lo ver que só deve buscar o atendimento de emergência em caso de real necessidade. O que ocorre é que há um abuso muito grande da população no chamado de ambulâncias, às vezes até por brincadeira, e isso faz com que as cinco ambulâncias que temos, que dão perfeitamente conta dos chamados, fiquem sobrecarregadas e muitas vezes um chamado de maior urgência tem que esperar. Isso é muito importante porque o paciente está em primeiro lugar, e a minha filosofia de trabalho é toda caucada na integração do paciente-hospital e servidores, que só se consegue através do respeito e de um alto padrão técnico-administrativo.

Como o senhor pretende resolver o problema das filas do Souza Aguiar?

— As filas não são do Souza Aguiar, você está muito específica nesse hospital. As filas são de todos os hospitais do Município, do Estado e do INAMPS. Aonde você for tem filas, até no cinema tem filas. A fila é uma caracterís-

tica do brasileiro. Depois, tem uma coisa que a gente tem que levar em conta: dentro das filas há pacientes que estão ali por hábito, hipocondria (mania de doença), por saber que ali recebem vitaminas de graça, e até para se tornarem conhecidos no hospital.

Como o senhor explica as queixas que a população faz contra o atendimento do hospital?

— Esse hospital atende por dia a 2.500 casos de emergência, a maior média do Rio. Desses casos, se 2.499 são bem atendidos e um, muitas vezes pelo desconhecimento do leigo, acha que não foi bem atendido, é esse um que pesa e que é divulgado. No entanto, temos milhões de cartas de agradecimentos que, por ética, não publicamos. Temos até uma placa na portaria da emergência que foi colocada por um ex-paciente do hospital, em agradecimento. Isso ninguém vê.

Há muitas queixas contra a higiene do hospital.

— Nós temos um contrato com uma firma de limpeza que presta esse serviço ao hospital 24 horas por dia. São 120 pessoas trabalhando diariamente na limpeza, e que fazem toda a dedetização da casa. O contrato com essa firma é super-rigoroso e se uma de suas cláusulas não for cumprida há rescisão.

Mas dizem que há baratas na comida.

— Baratas aparecem até na nossa casa, tem em todo lugar. Na comida é impossível. Como a mesma refeição dos funcionários da casa e, sinceramente, não tenho queixas.

Dizem, ainda, que falta material básico no hospital, como por exemplo, fio de sutura.

— Absurdo. Você acha que vai entrar um paciente na sala de operação sem ter fio de sutura? Como é que ele vai sair, todo aberto? A crítica que você está nos trazendo não é a crítica construtiva, é a crítica detalhista do profissional da crítica.

Há quem diga que falta medicamentos no hospital.

— Não, o que existe aqui é padronização medicamentosa que obedece à prioridade das necessidades. Temos os medicamentos básicos e essa padronização atende em cheio às necessidades terapêuticas preconizadas pelas unidades de serviço.

Todos os funcionários têm direito à comida do Hospital?

— Todos desde que estejam trabalhando em período que englobe refeições. Nós temos dois refeitórios, um para o pessoal de nível superior e outro para o pessoal de nível médio. Isso não é discriminação, porque a comida servida em ambos os refeitórios é a mesma. A separação visa somente manter a hierarquia e a disciplina para o bom andamento do trabalho. Nesses refeitórios o sistema usado é o auto-serviço, a pessoa se serve de quanto quiser, e o cardápio é todo balanceado por nosso corpo de nutricionistas. Consta de: feijão, arroz, ovos, carne ou frango, massas, refresco e café.

Mesmo os serventes contratados pela firma de limpeza têm direito às refeições?

— Claro.

150.000

LEITORES EM TODO O BRASIL



anuncie no
REPORTER

RIO - TELS.: 253-5038 E 253-5077
SÃO PAULO - TEL.: 222-3103

ASSINE O JORNAL QUE NÃO TEM MEDO DE ASSINAR EMBAIXO.

BASTA LIGAR PARA 253-5038
OU MANDAR PELO CORREIO
O CUPOM ABAIXO

Assine REPORTER

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 200,00

— Envie cheque nominal ou vale postal para:

MARGEM EDITORIA E PROGRAMAÇÃO GRÁFICA LTDA.

Rio de Janeiro: rua Miguel Couto, 134 conj. 1101/1104 20000 RJ

Você pode assinar o REPORTER, a partir do nº 0

Indique a partir de que número você quer sua assinatura.

Nome:

Profissão:

Endereço:

CEP:..... Cidade:..... Estado:



REPORTER
Nº 12 DEZEMBRO/79

Fomos atrás de um processo contra
Silvio Santos e achamos outro. O original sumiu

REPORTER mostra prova de corrupção

Deram sumiço no processo contra Silvio Santos

AGENTE FISCAL DESCOBRIU OS TRAMBIQUES DO BAÚ —
EMPRESAS DE SILVIO SANTOS

PODERIAM FECHAR — MUITA GENTE ENVOLVIDA — DINHEIRO CORREU
SOLTO — QUATRO ANOS DEPOIS, COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
NÃO CONCLUIU NADA — E CADÊ O PROCESSO?



GUIDO ACCI

No segundo semestre de 1974 correu um certo zumbum nos meios fazendários de Nova Iguaçu sobre o desaparecimento de um "Processo Tributário Administrativo contra a firma B.F. Utilidades Domésticas (Baú da Felicidade), de propriedade de Senor Abravanel, mais conhecido como Silvio Santos. Hoje, conversando aqui e ali com alguns funcionários da 3ª Região Administrativa da Diretoria Regional da Fazenda Estadual, em Nova Iguaçu, sabe-se que "a coisa foi alta, correu muita grana, deu inquérito e sindicância". Mas a verdade é que, apesar de inquéritos e sindicâncias, o processo desapareceu.

Mas quem foi procurar o

processo número 5.987/74 vai encontrar um simples auto de crime de sonegação fiscal de ICM, devidamente arquivado em 25 de julho de 1974. É que, com o desaparecimento do original, um outro teria que ser colocado no lugar, com o mesmo número. E assim foi feito.

A história começou no dia 20 de maio do mesmo ano, quando os agentes fiscais Yran Luis da Silva Soares e Fernando Bravo Ururahy abriram oficialmente um Processo Tributário Administrativo, onde promoviam uma verdadeira devassa na BF Utilidades Domésticas e Lojas Tamacavy (nome fantasia da BF), ambas de Nova Iguaçu. Se as investigações prosseguissem e fossem até o fim, tudo que restaria ao Ministério

da Fazenda seria a cassação da concessão que permite Silvio Santos operar no ramo da venda de carnes, tantas eram as acusações provadas, principalmente, pelo agente Yran. Isso, no mínimo. O máximo poderia ser a prisão pura e simples do cidadão Senor Abravanel por agiotagem, enriquecimento ilícito e apropriação indébita, de acordo as conclusões a que chegou o agente Yran, mas que, por não poder assinar sozinho o processo, contou com o aval de Fernando Ururahy.

No processo original, que ficou sendo conhecido como "Processo da Dualidade de Preços", Yran conta que foi procurado por um cliente, portador de 10 carnes do Baú da Felicidade, que solicitava

informações sobre divergências de preços das mercadorias vendidas nas duas lojas da empresa, ambas localizadas no município de Nova Iguaçu.

Embora a Tamacavy fosse um nome fantasia da BF e, portanto, sob a mesma razão social, ela não negociava com carnes. Foi criada para concorrer no mercado com as outras grandes lojas de aparelhos eletro-domésticos, enquanto a BF ficava como posto de trocas de carnes, onde os clientes trocavam as mercadorias por preços muito mais elevados dos que os da Tamacavy.

"Fiquei estarelecido ao comprovar a diferença de preços entre a outra loja", diz Yran no processo, para, logo em seguida, apresentar o caso

de uma garrafa térmica (código 143.627) que tinha preço de troca por carne em Cr\$77,50 enquanto a mesma mercadoria custava Cr\$14,50 na Tamacavy.

Yran dizia, ainda, que o carne é controlado por Lei Federal nº. 5.768/71, aprovada e regulamentada pelo presidente da República, que determina, entre outras coisas, que as mercadorias devem ser trocadas a preço corrente e vigente na praça e com base no preço de venda. Fazendo o que estava fazendo, a conclusão do agente era de que Silvio Santos estava simplesmente lesando a lei.

Depois de acusar Silvio Santos de agiotagem, enriquecimento ilícito e apropriação indébita, Yran citava o Art. 159, Título II, do Código



Civil, que diz o seguinte: "Aquele que, por ação ou omissão involuntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano".

Citava, também, o artigo 174 do Código Penal: Induzimento à especulação ("Abusar, em proveito próprio ou alheio, de inexperiência ou da simplicidade ou inferioridade mental de outrem, induzindo-o à prática de jogo ou aposta ou à especulação com título ou especulação, sabendo ou devendo saber que a operação é ruínoza").

Os fatos apurados por Yran e discriminados no processo foram os seguintes:

1. Diferença exorbitante no preço da mercadoria vendida pelas lojas Tamacavy, com relação ao sistema de vendas à vista e a crédito.

2. Não aplicação da correção monetária (ORTN) — como manda a lei — na troca dos carnês.

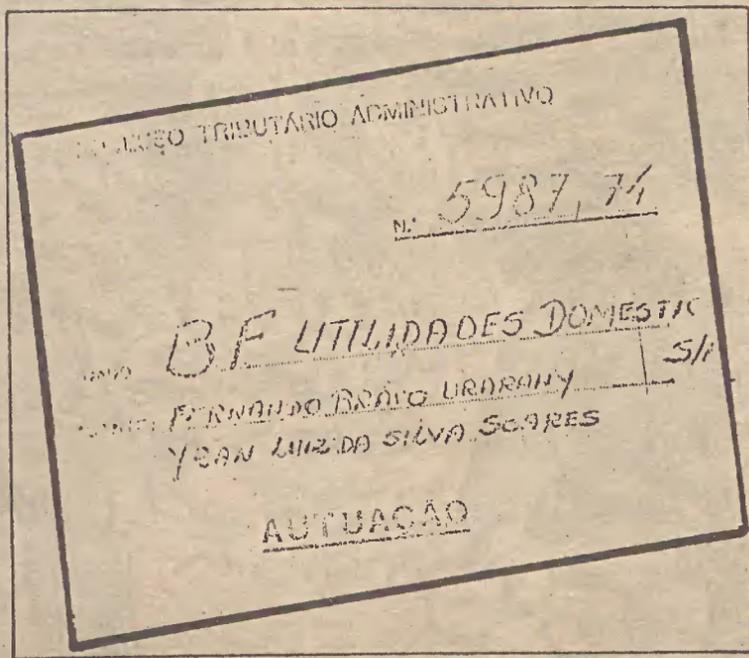
3. Vigência de três modalidades de preços em duas tabelas quanto aos mesmos produtos (mesmos códigos), na empresa cuja razão social é B.F. Utilidades Domésticas S.A.

4. Comprovação junto à financeira pertencente ao mesmo grupo (Baú Financeira) quanto à diferença de preços de mercadorias cujos preços bases são majorados nas vendas a crédito. Segundo Yran, a BF tinha três preços para as mercadorias: preço para venda à vista, preço para venda a prazo e preço para a troca de carnês.

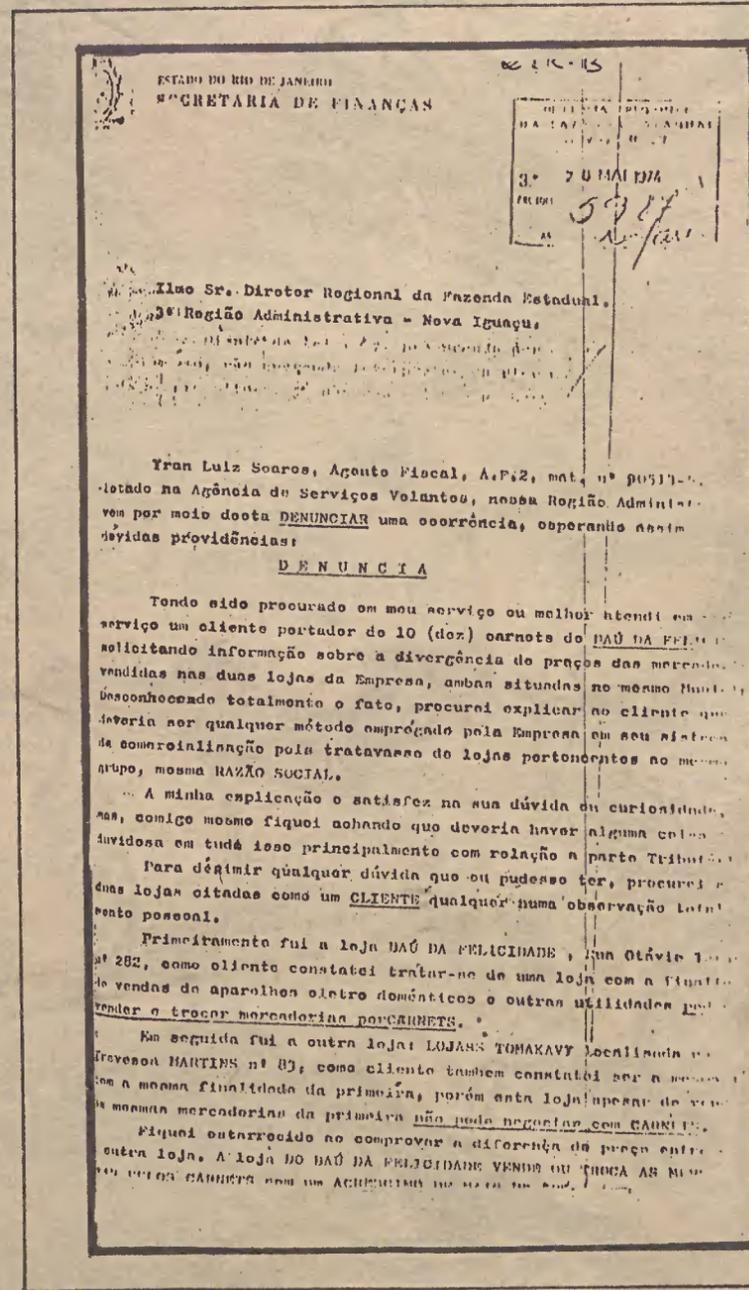
Para fazer tais acusações, Yran trabalhou algum tempo e apreendeu várias notas fiscais, nas quais constatava a dualidades de preços para um mesmo produto. Do quadro demonstrativo anexo ao processo tiramos alguns exemplos.

Segundo a nota fiscal nº 14917 a mercadoria de código 324054 foi vendida no dia 5 de dezembro por Cr\$ 114,00. Mas no dia 21/12, outro aparelho idêntico, com o mesmo código, foi vendido por Cr\$ 79,00, de acordo com a nota fiscal apreendida nº 10133. A mesma coisa aconteceu com o produto sob o código 324115, vendida num dia por Cr\$322,50 e dois dias depois por Cr\$196,00. Outra que custava Cr\$76,00 (nota fiscal 10117 de 20/12) também custava Cr\$114,50 (nota fiscal 15522 de 18/12).

Mas acontece que o processo que denunciava essas e outras coisas e que, fatalmente, deixaria Silvio Santos em péssima situação junto ao Ministério da



O original é esse aí, um Processo Tributário Administrativo. Hoje, o que existe em Nova Iguaçu é de ICM.



O início da denúncia de Yran, protocolada na Diretoria Regional da Fazenda Federal em 20 de maio de 1974.

Fazenda, simplesmente sumiu de Nova Iguaçu.

E como é que esse processo desapareceu da Diretoria Regional da Fazenda Estadual de Nova Iguaçu? Seria uma ótima pergunta a ser feita a vários fiscais e ao Diretor Regional na época, senhor Manoel Lucas de Souza Júnior. Pena que um dos envolvidos, e talvez o principal deles, já tenha morrido:

Antônio Rezende Martins. Era o sub-diretor.

Se bem que alguma tentativa de apurar irregularidades naquela repartição já foi feita, a pedido do Inspetor Regional, José Bernardes, que através da Portaria 117/75 mandou instaurar um inquérito administrativo. Só que até hoje ainda não se sabe, pelo menos oficialmente, quem sumiu com o

processo. E muito menos a que conclusões chegou a Comissão de Sindicância sobre os trambiques que aconteciam em Nova Iguaçu. O fato é que o inquérito ainda está correndo, há quatro anos, e os envolvidos ainda estão por aí.

Mas se soube de muita coisa, como as acusações feitas pela denúncia do agente fiscal Fernando Augusto Pereira Nunes, um dos depoentes na Comissão de Sindicância. Em seu depoimento, feito de forma sigilosa no dia 13 de novembro de 1975, em sua casa, no bairro carioca de Copacabana, Fernando Augusto, envolvido numa transa de guias de recolhimentos frias, disse que resolveu abrir a boca a partir do momento em que recebeu "diversas ameaças anônimas contra a sua pessoa e de seus familiares, caso fosse depor na Comissão de Inquérito". Por esse motivo, "temendo ser morto para não falar o que sabe", resolveu prestar a denúncia sigilosa.

Fernando Augusto começa denunciando a existência de uma "caixinha" no Serviço Volante da Inspeção de Nova Iguaçu e que, várias vezes, "já conversara com o inspetor (N.R. o mesmo que mandou iniciar as sindicâncias) e relatara diversas irregularidades que ocorriam em Nova Iguaçu, sem que o Inspetor tivesse tomado qualquer iniciativa, dizendo ao denunciante que o passado era passado".

Segundo a denúncia, a "caixinha" era dirigida pelo agente fiscal Renato Marcelo Elias Jorge, que dividia o dinheiro "arrecadado" entre os seguintes servidores: o próprio Fernando Augusto; Jesus Mariano dos Passos; Manoel Lucas de Souza Júnior, antigo Diretor Regional; Jadir Martins; Almir Fernandes; Washington Leonardo Shering; Henrique Borges Neto; Roberto Carlos; Jorge Chambarelli e Alberto Jardim.

Fernando dizia, ainda, que uma das finalidades dessa caixinha era para pagamentos das despesas da campanha eleitoral dos deputados Jorge David e Jorge Lima.

Mas o mais interessante dessa denúncia, e o que nos interessa no momento, é a parte referente ao Baú da Felicidade e que vale a pena ser transcrita.

Fernando Augusto disse que "os fiscais de ronda Fernando Bravo Ururahy, Décio Pereira Machado e o agente fiscal Yran Luis Soares, atendendo uma denúncia de um funcionário da empresa Silvio Santos, compareceram à loja daquela empresa, sito em Nova Iguaçu para, com o suposto intuito de fiscalizar, se apossarem de carnês frios do

Baú da Felicidade, tanto é que a transferência do local da loja da empresa estava irregular e nada foi feito; que para esta diligência o agente fiscal Yran recebeu uma autorização especial do senhor Lucas; poder fiscalizar, pois ele quem recebera a denúncia vindo posteriormente a ser o principal beneficiado da gratificação que o senhor Silvio Santos deu para ser dividida por Manoel Lucas de Souza Júnior, Jadir Martins, Fernando Bravo Ururahy, Décio Pereira Machado, Antônio Rezende Martins e o próprio Iran".

Bem, segundo Fernando Augusto, a quantia dada por Silvio Santos para reaver os carnês frios foi de Cr\$ 1 milhão 500 mil, de acordo com o que teria dito Yran para o denunciante e para Renato. Mas no depoimento, Fernando diz ainda que Jadir Martins declarou ser de Cr\$ 600 mil.

Na denúncia consta que o "senhor Sílvio Santos esteve pessoalmente em Nova Iguaçu três vezes e uma vez em casa de Yran, onde foi fechada a transação". E que em uma das vezes "o senhor Sílvio Santos almoçou com o falecido fiscal de rendas Antônio Rezende Martins e Yran Luiz Soares num restaurante da Rio-São Paulo".

Fernando Augusto passou perto, mas andou cometendo alguns deslizes. Primeiro: o dinheiro saído dos cofres do Baú não foram para a recuperação de carnês frios. Lembrem-se que sumiu um processo da Inspeção Regional e que o mais certo seria a utilização da grana para fazer desaparecer este processo. Segundo: a importância, segundo corre à boca pequena, foi de Cr\$ 750 mil. Terceiro: Yran, de quem partiu a denúncia inicial contra Silvio Santos, teria sido o grande bode expiatório dessa grana toda, e, ao que tudo indica, jamais viu a cor do dinheiro.

O fato é que até hoje não foi feito nada de concreto. No momento, o que a Comissão Sindicância pode fazer é tentar descobrir como e por que sumiu o processo 5.987/74 e como que o outro de ICM foi parar em seu lugar. E é bom andar rápido, antes que esse suma também.

Outra providência seria saber que fim levou a investigação feita a partir da Ordem de Serviço 574/75, da Polícia Federal, que apurava denúncias contra o Grupo Silvio Santos. Na época, vários elementos ligados a Silvio Santos foram ouvidos, todos "para prestar declarações no interesse da Justiça".

Chico Júnior



REPORTER
 Nº 12 DEZEMBRO - 78
 Uma sátira política aos métodos de ação
 do grupo do Planalto. Com humor e verdade.

A GANG DO BARALHO



**Nós somos vivos
 Vivos
 Para lutar
 E nos livrar
 Do Rei
 E dos Duques
 Nós somos os
 Coringas
 Somos o Ás.
 Mas do jeito
 que está
 Não passamos
 De uma
 mesa
 Onde eles
 Jogam e ganham.**

Edgar Roberto Vieira Borel — Rio — RJ

Golbery do Couto e Silva, ao centro, com fones no ouvido, chefia o serviço de espionagem por telefone, instalado no Palácio do Planalto. Ex-presidente da multinacional Dow Química, é acusado de corrupção, tráfico de influência e favorecimento ilícito. É chefe da Casa Civil

de Geisel e pode ser o próximo ministro do Planejamento. **Delfim Netto**, à direita de Golbery, de óculos, foi ministro da Fazenda no governo Médici e embaixador na França no governo Geisel. É acusado de receber comissões de empresários internacionais para facilitar negócios no

Brasil. **Shigeaki Ueki**, no canto, atrás de Delfim, com o saco de dólares dos gringos quase na mão. Ministro das Minas e Energia, quis vender a Light para o governo brasileiro a um preço astronômico. **Angelo Calmon de Sá**, à direita de Delfim, meio careca. Como presidente do Banco do

Brasil manobrou para evitar que um cheque de Cr\$ 200 milhões do seu banco, o Econômico, fosse pro pau. **Humberto Barreto**, à direita de Calmon, é afilhado de Geisel e foi nomeado presidente da Caixa Econômica Federal, onde emprestou tanto dinheiro pros amigos que a caixa tá no

brejo. **Ernesto Geisel**, de perfil, passando carta por debaixo do pano para o herdeiro. Deram pra dizer agora que ele não sabe de nada do que se passa na mesa. **João Batista Figueiredo**, nomeado futuro presidente do Brasil. Um dia a mesa toda será dele. **Francelino Pereira**, presidente

da Câmara Federal, atrás de Figueiredo, de garçom, com cara de amigo da onça. Segurava as notícias da Agência Nacional que vinham de Minas, para Geisel não saber do que se passava de errado por lá. É o próximo governador de proveta de Minas Gerais. **Mário Henrique**

Simonsen, à direita de Figueiredo, cheio de fichas e de uisque, é acusado de favorecer seus amigos nas obras do Programa Nuclear brasileiro. **Petrônio Portela**, o garçom careca e de óculos, é presidente do Congresso Nacional. Na vida real, ajuda a gang a não sair da mesa e por isso seu

irmão recebeu de presente o governo do Piauí. **Heitor de Aquino**, à esquerda de Golbery, de terno listrado, é secretário particular do presidente Geisel. É acusado de usar o seu cargo para fazer os grandes negócios do bilionário norte-americano Daniel Ludwig no Brasil

REPORTER
Nº NOVEMBRO/77

A entrevista que abriu espaço para a
discussão ampla sobre anistia no Brasil

**FOI O
PRIMEIRO
GRITO**

REPORTER nasceu com a chegada oficial da Anistia ao Brasil, a vinda de Thomas Hammarberg, presidente do Comitê Executivo da Anistia Internacional e repórter da Rádio Sueca. Ele veio para, juntamente com Eny Raimundo e Iramaya Benjamim, hoje presidente e vice-presidente do Comitê Brasileiro da Anistia, criar a seção brasileira da Anistia Internacional do Brasil. Como na época desta entrevista (final de 1977), anistia era uma palavra proibida no país e raramente aparecia na imprensa, Hammarberg veio como repórter fazer os contatos, ao mesmo tempo

1977: ANISTIA ABRIU A BOCA NO PAÍS

Que tipo de trabalho você está fazendo aqui para a Anistia Internacional?

— Não estou elaborando nenhum relatório para a Anistia Internacional, mas na medida em que eu trabalho ativamente para ela, o conhecimento que eu recolher aqui terá muita importância para o trabalho da Anistia no Brasil, no futuro.

O que a Anistia pensa sobre o Brasil, no momento?

— Nós temos trabalhado no Brasil há muitos anos, desde o golpe militar de 64. Trabalhamos intensamente em 68, 69, 70, quando a tortura se tornou mais séria. Publicamos relatórios e há alguns anos um estudo baseado principalmente em testemunhos de refugiados. Desde então temos tentado acompanhar a situação e temos concentrado nossos esforços em ações rápidas em relação a cada prisão, pois o quadro que tínhamos do Brasil era de que cada indivíduo preso por razões políticas corre o risco de ser seriamente torturado. E dessa forma não era suficiente estudar e encaminhar relatórios: o problema era agir rapidamente, para tentar, pelo menos, deter a tortura. Então nós criamos uma espécie de sistema de alarme que envolvia nossos próprios membros, mas trabalhávamos também com parlamentares e outras pessoas, para agir rápido junto às autoridades. Pelo menos para notificá-las de que nós tínhamos tomado conhecimento das prisões e do risco de tortura. Também trabalhamos para presos políticos que são condenados. Nesse sentido, grupos individuais da Anistia, em diferentes países (incluindo

nosso próprio país), estão, como nós chamamos, adotando prisioneiros. Isto significa que eles assumem o caso e tentam de todos os modos possíveis libertar aqueles prisioneiros. O trabalho inclui também alguma assistência, caso necessário. Agora, a nossa maior preocupação é que a tortura continua. Talvez as técnicas sejam mais sofisticadas, mas o problema de maior gravidade é que os cidadãos da tortura continuam lá. Nós também sentimos que as investigações têm sido bastante insatisfatórias, no que diz respeito à morte de algumas pessoas. Certamente a Anistia trabalhou muito no caso de Herzog. No geral, a principal preocupação da Anistia desde o começo dos anos 70 se mantém.

Como funciona a Anistia Internacional?

— Em primeiro lugar nós precisamos de muita informação — esta é a base do nosso trabalho. Por isso, fundamos em Londres um departamento de pesquisa. No momento nós temos entre 40 e 50 funcionários trabalhando só neste departamento. Em relação à América Latina, temos quatro ou cinco pessoas colhendo informações: lêem todos os jornais e têm contato direto com padres, bispos, correspondentes estrangeiros, líderes sindicais, advogados, movimentos políticos, etc. Eles colhem as informações e tentam juntar os pedaços para ter uma noção da situação do país. Em seguida começam a cristalizar os casos em cima dos quais vão trabalhar. Em cima de torturas, execuções, pena de morte, em geral, e em casos individuais (oficiais ou

em que fazia um levantamento jornalístico para uma reportagem política. Também por essa razão não pudemos dizer que a entrevista com Hammarberg — reeditada — tinha sido feita na casa de Iramaya e na presença de Eny, pelos repórteres Chico Júnior e João Sant'anna.

A entrevista, concedida exclusivamente ao **REPORTER** — só pôde ser publicada no dia em que Hammarberg viajou para a Suécia, pois ele não deveria correr o risco de “se queimar” junto às autoridades brasileiras, que sabiam de sua presença no país. Tão logo o governo soube que Hammarberg estava aqui, censurou a palavra *anistia* nos rádios. E as primeiras declarações suas que apareceram na Grande Imprensa foram tiradas da entrevista publicada no **REPORTER**. Foi o primeiro grito da Anistia no Brasil. Só a partir daí, então, a anistia começou a ser enfocada com mais frequência.

não), e trabalham também para a libertação dessas pessoas. Atualmente nós temos seções nacionais da Anistia em 35 países e estas seções apóiam a rede internacional com ações, campanhas e coisas do tipo. Dentro de cada país onde a Anistia se estabelece, há uma série de pequenos grupos locais (mais ou menos 275 só na Suécia, por exemplo) e eles adotam presos, participam de campanhas, trabalham. Além da adoção, nós temos, também, em relação à tortura, o que nós chamamos de ação urgente: no mínimo de tempo possível procuramos mobilizar o máximo de pessoas no mundo todo para protestar contra as prisões e torturas. Em seguida, enviamos advogados para observar os julgamentos — algumas vezes



Thomas Hammarberg

Fotos de Chico Júnior



a mera presença de um advogado pode levar a corte a respeitar as regras do Direito, mais do que usualmente. Estas observações são colocadas num relatório, que é publicado. Quando enviamos uma missão a um país ela é, geralmente, formada por um advogado de alto nível e um pesquisador — para fazer um trabalho abrangente que inclui conversações com o governo. Eles, por sua vez, publicam depois seus relatórios. Nós fazemos também um trabalho de assistência: arrecadamos dinheiro para as famílias dos presos e para os próprios presos, caso eles possam receber.

E como vocês arrecadam esse dinheiro?

— Nas ruas, simplesmente, pedindo às pessoas. Mas grande parte do dinheiro é conseguida dentro do próprio movimento, através dos membros da Anistia.

Você conhece um relatório sobre o Brasil que advogados franceses elaboraram para a organização católica Pax Romana?

— Conheço. Dois advogados católicos vieram aqui há um ano, por conta própria, e foram financiados pela seção-holandesa e alemã da Anistia Internacional. Foi uma operação conjunta. Acho que o relatório deles mostra uma coisa bastante peculiar: o quadro não mudou muito desde o período 68-71.

Quais os países onde os direitos humanos são mais desrespeitados?

— Nós não fazemos uma lista dos 10 melhores ou piores. Isto porque, se você estudar o problema a fundo, é impossível comparar. Em alguns países as condições das pessoas são muito ruins, mas eles não torturam prisioneiros. Em outros a tortura é muito sistemática e enraizada — como em muitos países latino-americanos. Como comparar isso? Em alguns países se mata, em vez de prender. Dessa forma, nós nos recusamos a fazer comparações, porque seria alguma coisa simplesmente teórica. A Anistia Internacional trabalha em quase todos os países do mundo, já que há problemas em todos os lugares.

Como a Anistia Internacional encara o problema dos Direitos Humanos na União Soviética?

— Na União Soviética há pessoas na prisão por causa de suas opiniões políticas, e nós achamos isso errado. Isto é uma violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada em 1948 pela União Soviética e por todos os governos representados nas Nações Unidas. E nós trabalhamos em cima disso.

Tem informações de pessoas internadas em

hospitais psiquiátricos na União Soviética por discordarem politicamente. Como a Anistia vê esse problema?

— Acho que há algum engano aqui. A maioria dos detidos e presos na União Soviética não é internada em hospitais psiquiátricos — só uma minoria muito pequena. A maioria é posta em campos de trabalho. Mas há, realmente pessoas que são postas em hospitais psiquiátricos e nossas pesquisas têm nos levado a pensar que eles na realidade, estão detidos por suas opiniões políticas ou religiosas — e isso foi, de certa forma, admitido pelas autoridades soviéticas. Elas declararam que opiniões políticas estranhas ou polêmicas podem ser vistas como comportamento anormal. É essa, se você quiser, a explicação ideológica. Quando nós nos certificamos de que alguém é detido em hospitais psiquiátricos por razões políticas, trabalhamos por ele. Nós o definimos como um prisioneiro político.

Quais são as relações das autoridades brasileiras com a Anistia Internacional? Como o governo vê a atuação da Anistia aqui?

— Nós não tivemos uma boa receptividade por parte do Brasil. As autoridades brasileiras foram muito pouco positivas. As respostas foram muito negativas, quase insultosas. Por um longo período nós não tivemos nenhuma resposta, nenhuma carta. O governo brasileiro recusou por muitos anos que mandássemos missões oficiais. Acho que eles não podem mais recusar.

E nos últimos anos, também não houve resposta?

— Tem havido alguma resposta, especialmente por parte de algumas embaixadas, nos últimos anos.

Você acha a nova política norte-americana de Jimmy Carter pode mudar alguma coisa no Brasil, no Chile ou na América Latina?

— Isto se verá... Mas, certamente, já mudou a situação. Os efeitos nós não podemos ver ainda. Evidentemente, eles dependem da resposta em Brasília, por exemplo. O que eu estou certo é de que o interesse do público sueco pelo Brasil hoje reside no futuro do país: democracia ou continuidade do regime atual? Esta é a principal questão no momento.

Nos meios europeus — entre analistas políticos, estrategistas, jornalistas, políticos — vê-se alguma possibilidade de o Brasil conceder anistia aos presos políticos?

— Sim, por que não? Em muitos países houve anistia, algumas bastante



“Somos acusados de andar interferindo nas questões políticas internas dos países. Se os Direitos Humanos básicos são encarados como simples interferência, OK, então admitimos: nós somos políticos, nós interferimos.”

“Se os governos reavaliarem vão ver que não ganham nada em prender pessoas. Pelo contrário, perdem muito em reputação internacional. E cada vez mais a reputação internacional tem consequências econômicas.”



surpreendentes. É simplesmente uma questão de os governos reavaliarem e verem que não ganham nada em prender pessoas. Pelo contrário, perdem muito em reputação internacional. E cada vez mais a reputação internacional tem consequências econômicas. Do ponto de vista desta reputação, isto significa que os governos perdem a confiança de seus próprios cidadãos. E é básico para o sucesso ou fracasso de um governo que ele tenha ou não a confiança do povo. E cada vez mais os Direitos Humanos, nacional e internacionalmente, estão sendo o foco de atenção. As pessoas estão cada vez mais julgando seus próprios governos, de acordo com o respeito a esses direitos. Cada vez mais, os governos (incluindo este) sabem que já não se podem permitir torturas às pessoas, nas prisões.

A Anistia Internacional é um movimento político?

— Não, eu gostaria de esclarecer isso. A Anistia Internacional não é um movimento político, porque nós não tomamos partido em relação a ideologias políticas. Nós não apoiamos partidos políticos. A finalidade geral da Anistia é trabalhar por algumas

regras básicas que todos os partidos, todas as ideologias e todas as religiões respeitem. E isso quer dizer: que ninguém corra o risco de ser posto numa prisão porque tem opinião política; que ninguém corra o risco de ser torturado; que ninguém corra o risco de ser executado. Todas essas coisas são aceitas em outro nível pelas Nações Unidas, onde todos os governos do mundo estão representados. Mas a tortura ainda continua pelo mundo. Hoje em dia, em cerca de 50 ou 60 países ainda se tortura. Em mais de 100 países existem presos políticos e execuções são feitas. Em 130 países existe a pena de morte. Aqui na América Latina aboliram a pena de morte, mas fazem execuções por meios ilegais. Isso mostra a necessidade de algum tipo de movimento que seria, para mim, um “cão de guarda”, um vigia dos governos em relação a estas regras básicas. Estas regras estão no centro da luta política em quase todos os países. A questão da anistia, a questão da tortura são as mais importantes, politicamente. Por causa disso — e não é só no Brasil, é no Paquistão e em muitos outros países — a Anistia Internacional é vista como um movimento político. Em muitos países, nós somos vistos como alguém que interfere nas questões políticas internas. E nós não vamos fazer nosso trabalho só porque somos acusados de interferir? Paramos? Se os Direitos Humanos básicos são vistos como interferência, OK, então nós somos políticos, nós interferimos. Mas nós interferimos com apoio na Declaração Universal dos Direitos Humanos, há algum tempo reconhecida por todos os governos do mundo.

A União é responsável pela morte de Vlado



Foto de Jesus Carlos

Pedro Antonio Mira Grancieri, 39 anos, casado, natural de Marília (SP), residente à rua Thomaz Carvalhal 1030, SP, investigador de polícia, exercendo a profissão à rua Tutóia (endereço do DOI-CODI). Branco, magro mas musculoso, cerca de 1,70 de altura, uns 60 quilos, cabelos castanhos e curtos, olhos estreitos, uma âncora tatuada na parte interna do braço esquerdo. Foi visto por uns 20 presos políticos na manhã de 25 de outubro de 1975, quando passou por eles no primeiro andar do DOI-CODI em direção à sala em que iria interrogar Vladimir Herzog. Foi visto também, durante o interrogatório, por dois jornalistas, George Benigno Duque Estrada e Rodolfo Konder, que foram acareados com Vlado.

Depois, não se sabe ao certo o que aconteceu. Clarice, mulher de Herzog, ouviu dizer que o marido reagiu com palavrões quando Grancieri lhe apresentou uma

confissão para assinar, e em resposta o policial teria investido violentamente sobre ele. No inquérito secreto feito pelo II Exército em 1975, Grancieri reconheceu ter interrogado Vlado. Logo, se ele se matou após esse interrogatório (hipótese que sua mulher acha impossível), Grancieri foi, no mínimo, quem o induziu ao suicídio. Mas até hoje (novembro de 79), quando reeditamos a matéria, a grande imprensa em geral não mencionou seu nome.

A família Herzog moveu um processo contra a União pela morte de Vladimir e em maio de 1978 o policial foi convocado a depor pelos advogados, mas o DOI-CODI alegou que ele estava em missão sigilosa em Mato Grosso. Poucos dias depois do REPORTER ir para as bancas com a reportagem, o juiz Márcio José de Moraes, da 7ª. Vara Federal, proferiu sentença em que responsabilizava a União pela morte do jornalista Vladimir Herzog.

POLICIAL DO CODI É O ACUSADO**Sabemos quem suicidou Vlado Herzog**

Reportagem de Rivaldo Chinem

FALTA DIZER: "MATARAM VLADO"

Para Clarice Herzog, publicitária, viúva de Vladimir Herzog, falta uma manchete na imprensa brasileira: "Mataram Vlado".

— Meu papel é provar realmente que Vladimir foi assassinado. Provas, nós temos. Agora, quero ver isso impresso em manchete de jornal. Por isso eu vou brigar até onde der. Não vamos parar. É uma obrigação minha para com Vlado, pelos meus filhos (Ivo e André), para com todos vocês. Na medida em que houve esse reconhecimento, teremos de brigar pelos outros desaparecimentos, pelas outras mortes. É uma obrigação de todos nós. Porque não é o Vlado; ele é o símbolo de uma série de coisas. Outros processos virão.

— Não tivemos acesso ao inquérito aberto na ocasião da morte de Vlado. O advogado José Carlos. Dias



Foto de Amâncio Chioffi

Clarice vive para provar que o marido foi assassinado

não pôde nem acompanhar. Foi um inquérito aberto pelo presidente Geisel para esclarecer as causas do "suicídio". Já abriram o processo partindo desse pressuposto. Na época eu disse, e continuei afirmando, que isso foi uma farsa.

— Vimos nesses três anos que os resultados do inquérito foram os mais contraditórios possíveis. Mas havia um clima de muita intimidação, de medo, mas só que não justificava o medo de algumas pessoas, de ex-companheiros de Vlado, como o Lobatinho (N.R. —

trabalhava na redação de A Carta, órgão de direita dirigido pelo jornalista que entregou Vlado, Cláudio Marques, recentemente expulso do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo) e que freqüentava nossa casa quando ainda morávamos em Londres. Ele foi, espontaneamente, dizer que Vlado foi expulso do Estadão por ser comunista. Só que o próprio jornal desmentiu ter perseguido alguém por motivos ideológicos e que Vlado trabalhou em 1965 e que se demitiu.

— Outras pessoas adotaram o mesmo comportamento. O rabino Pinkus, por exemplo, declarou que Vlado está enterrado no local destinado aos suicidas, o que é uma mentira muito grande. Teve o caso do Harry Shibata (N.R. — diretor do Instituto Médico de São Paulo e membro do Conselho de Ética do Conselho Regional de Medicina de SP), que disse em entrevista que nem examinou o corpo de Vlado, que assinou o laudo endossando o que o outro fez.

— Estou ressentida com os grandes jornais. Eles nunca fizeram uma pauta para uma reportagem policial. Limitaram-se a reproduzir comunicados oficiais. Vlado era jornalista e os grandes jornais já estavam sem censura prévia.

Você procurou médicos legistas para examinarem o corpo de Vladimir?

Procuramos vários médicos e todos se recusaram, alegavam as mais variadas desculpas. Ninguém viu o corpo de Vlado, só os judeus que participaram da lavagem, mas eles não abrem a boca.



Foto de João Bittar

D. Paulo:

● D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, o que mudou no País a partir da morte de Vlado?

— A partir da morte de Vlado os jornalistas não foram mais rivais entre si, mas começaram a escutar o povo, souberam interessar-se pelos motivos que levavam a oprimir esse povo — que era transporte, salário de fome, alta do custo de vida... Houve para mim uma nova fase no jornalismo brasileiro: o jornalista dentro do povo.

Até então o governo tinha resistido a todas as pressões. Aquele momento foi como uma explosão, e o governo não agüentou mais a explosão. Foram mais de 1000 assinaturas. Então o governo não resistiu e não tolerou essa repressão.

VLADO FOI TORTURADO. COMO EU.

Jornalista e escritor Rodolfo Konder, você, aceita a versão de que Vlado se suicidou?

— Jamais. Tenho dois argumentos que desmentem essa versão: o primeiro é a de que ali, preso nenhum usava cinto no macacão; portanto ele nunca poderia se suicidar com seu cinto. Segundo: eu ouvi seus gritos numa sala e reconheci que Vlado estava sendo torturado. Eram os mesmos gritos que eu dava na véspera, gritos de quem está levando choque elétrico com a pimentinha. Pimentinha é uma caixinha de madeira, de onde saem alguns fios descapados que são amarrados nos polegares e indicadores das duas mãos e nos tornozelos. Chegaram a me obrigar a tirar o sapato, para que os choques fossem mais fortes ainda.

— Quanto mais giram a manivela mais rápido sai o grito e ainda mais estridente. Se ela era girada devagar o grito saía mais lento. Eles ficavam modulando manualmente essa caixinha.



Rodolfo Konder se recusa a acreditar em suicídio

— Durante todo o tempo ficam dando choques no nariz, na espinha, ameaçam furar olho e nos cegar. Riem muito, simulam muita diversão. Tudo armado num terrível jogo de cena. De vez em quando mostram-se irritados e berram.

— Fizeram comigo o que fizeram com Vlado naquele dia que ele morreu.

A morte de Vlado foi acidental?

— Provavelmente. Acho

que foi o que poderemos chamar de acidente de trabalho. Porque os torturadores se arrependeram depois. O coronel que comandava aquilo nos chamou e disse que o Brasil estava cheio de agentes da KGB. Disse que Vlado era braço direito do Paulo Egydio Martins. Que estava para vir um tronco forte aí que nem o presidente agüentaria. Se ele caísse ali também entraria no pau.

Morte desmascara regime

— Vladimir Herzog morreu no momento em que também era morto o direito de pensar, de criar e de crer do brasileiro. A sua morte significou um levante com sabor de "basta". A partir da morte de Herzog, que não foi a primeira e não foi a última, foi desmascarado o regime de tirania em que vivemos até hoje. Teve assim o trágico episódio um significado histórico da maior importância. É triste dizer, mas o seu desaparecimento despertou pessoas conscientizadas e conscientizou alienados. A sociedade civil tomou consciência de que estivera numa câmara de tortura, de que todos seus membros estavam seriamente ameaçados.

O que aconteceu depois da morte de Vlado?

— A morte de Vlado e a morte do operário Manuel Fiel Filho, um mês depois, redundaram na mudança do comando do II Exército. Creio que depois do que aconteceu com Vlado e Fiel nenhum homem honrado e decente deste país poderá dizer que tortura é invenção de comunista. O que é profundamente estranho é que o comandante do II Exército foi removido em razão dos acontecimentos, mas o inquérito foi arqui-



José Carlos Dias, da Justiça e Paz

vado. Ora, de duas uma: ou as mortes foram espontâneas e sem culpa de ninguém ou houve crime que justificou a remoção.

Os órgãos de repressão foram desmantelados após essas mortes?

— Não. Os órgãos de repressão permanecem. Mas em São Paulo paulatinamente foram diminuindo sua atividade. Ostensiva, pelo menos. (José Carlos Dias, advogado de presos políticos, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo)

“Podíamos ouvir os gritos de Vladimir e dos torturadores. Eram sinais de quem estava sendo torturado com violência, sinais estes que se evidenciaram nos gritos de dor, pancadas, ofensas, etc. Quando fui acareado com Vlado, vi na sala instrumentos de tortura, como a cadeira do dragão (cadeira eletrificada). O único momento em que me ausentei daquele local foi por volta das 17 horas, momentos esses em que Vladimir já estava morto. Nessa ocasião haviam cessado todos os ruídos, assim como fora desligado um rádio que procurava abafar os gritos de Vlado.”

(George Duque Estrada, jornalista)

Terror do Estado é brutal

“A morte de Vladimir Herzog foi uma apenas das diversas que ocorreram em virtude diretamente da atuação dos órgãos repressores no Estado. Considero brutal o fato de diversos organismos militares, cuja função precípua não seria outra senão a defesa da própria sociedade, contra essa mesma sociedade, tenha atuado na base do mais puro terror. Considero ainda mais chocante o fato de o Ministério Público, cuja função primeira também é a defesa da sociedade, tenha se voltado incondicionalmente contra os bens e valores que devia defender, pela permanente disposição de ser servil ao governo. Comportamento esse que não raras vezes foi seguido e imitado pelo próprio Poder Judiciário. Nós nos dirigimos, como todos sabem, ao Poder Judiciário. Alguns acontecimentos do processo, como a liberdade como vinha sendo conduzido com o juiz da 1ª Instância, são bastante positivos. Outros, porém, não são. Como o fato de o Tribunal Federal de Recursos ter impedido a aprovação da sentença em junho, e a atuação do Ministério Público em todo o processo, o que revela que essa instituição está totalmente divorciada dos fins para os quais foi criada.

Nada nos leva a crer, portanto, que triunfamos, que contamos com a proteção do Poder Público. O Poder Público continua distante da população. A falta de proteção continua a



Samuel: a Justiça é servil

mesma, ressalvados alguns progressos que somos levados a reconhecer, mas que muito pouco representam no contexto geral. Por essas razões é indispensável que iniciativas como a da família Herzog sejam levadas até às últimas consequências, por maiores que sejam os sacrifícios necessários. É preciso que as pessoas sintam que dispõem de meios para se defender. É indispensável que o governo sabia que o caso Herzog simboliza hoje o poder da sociedade contra o arbúro, contra o terror militar, contra a repressão incontida.”

(Samuel McDowell de Figueiredo, um dos advogados da família Herzog)

SENTENÇA DIZ QUE CULPA É DA UNIÃO

Um mandado de segurança, impetrado às pressas pela União, impediu que no dia 26 de junho de 1978 o juiz João Gomes Martins, da 7ª Vara de Justiça Federal de São Paulo, desse sua sentença na ação movida pela família Herzog. A 2 de agosto, com 70 anos de idade, o juiz se aposentou compulsoriamente. Em setembro, o mandado de segurança da família Herzog contra a União foi julgado pelo TFR e a liminar foi cassada. A sentença cabia então ao juiz substituto da 7ª Vara Federal, dr. Márcio José de Moraes, “apolítico por formação”, 32 anos de idade, que explicou:

— O dr. João Gomes Martins tinha a sentença pronta. Não sei qual foi a



Juiz Márcio Moraes condenou a União

sentença dele, mas já estou estudando o processo. Assumi no dia 27 de fevereiro de 1976. São dois juizes normalmente na 7ª Vara, mas com a aposentadoria dele estou sozinho. Isso quer dizer que tenho 13.500 processos uns 11 mil em andamento. Estou despachando o dia inteiro, não tenho prazo para dar uma previsão.

(Dias depois do REPÓRTER circular, ele deu enfim sua sentença, responsabilizando a União pela morte de Herzog.)

REPORTER
 Nº 16 ABRIL/79
 Na apuração de uma outra matéria
 surgiu a violência da PM. Aí foi só fotografar



PM PRENDE E ARREBENTA

Fotos de Américo Vermelho
 Texto de Tim Lopes

A bofetada estalou no rosto de Nilo. Ficou aquele vergão de sangue pisado. Não soltou nenhum ai, agüentou firme, fazendo uma cara de dor. Estava com as mãos atadas às costas e estirado de bruços no asfalto. Completamente imobilizado. O policial, covardemente, continuava a bater, chutar, esbravejando. Estava até exultante. Nilo, 20 anos; Roberto, 21; e Eliane, que disse ter 16, amarrados com cordas, deitados de barriga pra baixo no asfalto da estrada do Pontal, em Jacarepaguá, imploram para não apanhar. Eliane choramingava com o rosto colado no chão. O trânsito naquela estrada, no final da manhã, era quase nenhum e de uma obra próxima os "paraíbas" de olhos arregalados, amedrontados, eram testemunhas da violência da polícia.

No dia 27 do mês passado eles roubaram na "mão grande" o relógio de um carreiro no Recreio dos Bandeirantes. Não tinham armas. Foram dominados sem oferecer a mínima resistência, andando

pela estrada, depois que o táxi que usavam, com a placa TM O137 bateu num barranco na Estrada do Pontal. Um dos soldados, o que batia, disse que a barra anda pesada:

— Com esse salário de 3 mil e quebrados tu acha que dá pra caçar bandidos. Tô doido pra sair disso. Pedi baixa em março do ano passado e até hoje tô esperando. São eles ou é a gente.

O cabo do 18º BPM e comandante da patrulhinha 540589 fica de revólver apontado, enquanto o soldado xingando e dando safanões, vai fazendo nó com a corda pelos braços e pernas dos três.

"São uns pobres diabos" diz o cabo, enquanto os três vão tentando se levantar com dificuldade, para entrar na "joaninha". Nilo, aprendiz de jóquei, argumenta, diz que o pai é da Marinha. Inútil. Por isso, o soldado não perdoa: suspende pelos cabelos a cabeça de Nilo, um palmo do asfalto. A mão abrutalhada do policial estala novamente no rosto. Nilo, todo lanhado, desta vez geme, Eliane chora e Roberto treme.



EDIÇÃO

REPORTER
Nº 12 DEZEMBRO/78

A verdade sobre a bomba colocada no jornal "Estado de São Paulo" em 1968. Foi a direita



Jornal da tarde

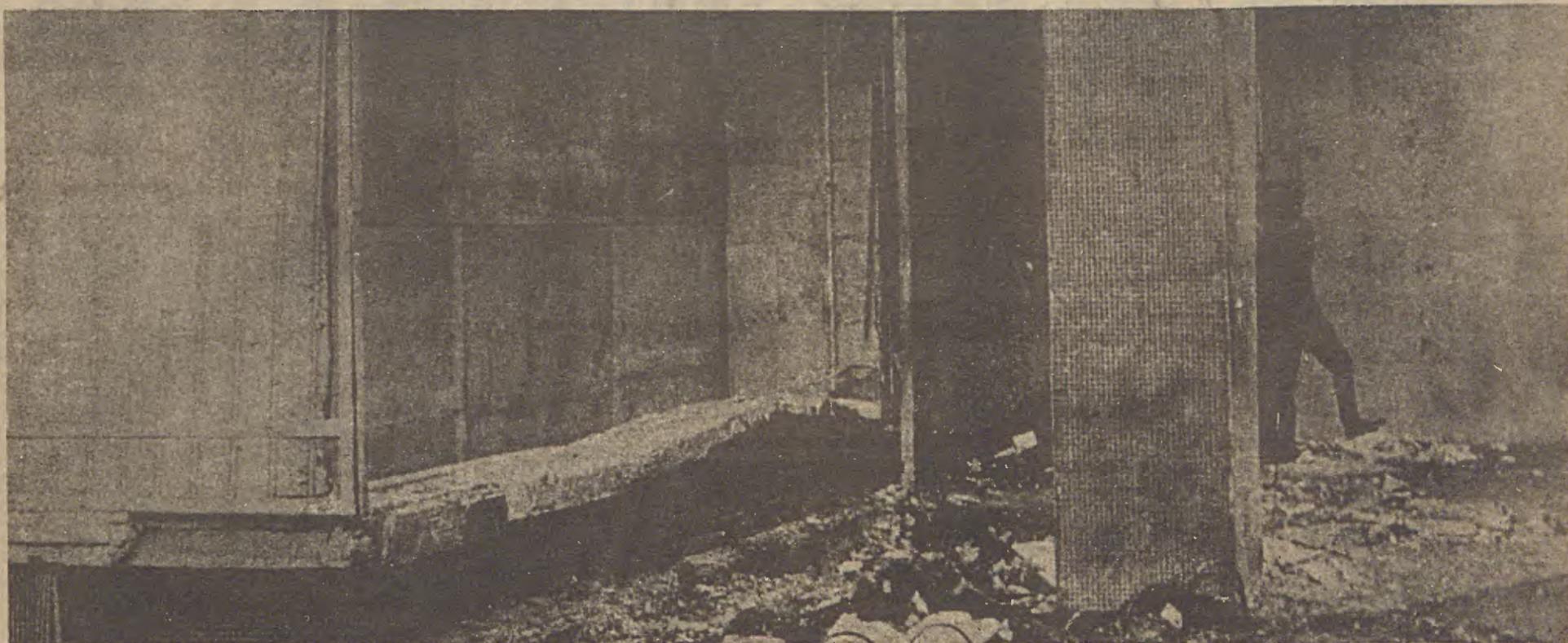
O ESTADO DE S. PAULO

NCr\$ 0,25

Sábado, 20 de abril de 1968 Número 707 Ano 3

UMA BOMBA NESTE JORNAL

Na redação do "Jornal da Tarde", que funciona no quinto andar, dezoito jornalistas trabalhavam no fechamento da edição. Se tivessem terminado um minutó antes, muitos deles estariam provavelmente mortos. A bomba explodiu às três e seis da madrugada. No andar térreo, onde foi deixada a bomba, só havia um homem: o porteiro, que agora está no hospital.



O Jornal da Tarde, edição vespertina do Estado de São Paulo de sábado, dia 20 de abril, mostrava os efeitos da explosão.

GRUPO MILITAR FABRICA

AÇÃO PRA PROVOCAR AI-5

Oficial do Exército Brasileiro que participou do atentado a bomba contra o jornal O Estado de São Paulo na madrugada do dia 20 de abril de 1968 corrige a História e revela, em depoimento exclusivo ao REPORTER, os verdadeiros autores da operação: a bomba — a mais forte das 31 que explodiram naquele ano — foi colocada por ordem do Estado Maior do II Exército e por um comando civil que o oficial não chegou a conhecer.

Em abril de 1968 o chefe do Estado Maior era o general de 2 estrelas Carlos de Assunção Cardoso e o comandante do II Exército era o general Sizeno Sarmiento sendo que, no dia da explosão, já tinham sido indicados como seus substitutos respectivamente os generais Aluisio Guedes Pereira e Manoel Carvalho Lisboa.

Segundo o oficial explicou, "o objetivo da ação era criar um clima de instabilidade

política no país, atribuindo operações de guerrilha urbana aos comunistas pra justificar depois o endurecimento do regime político e o Ato Institucional número 5 — que acabou saindo mesmo em dezembro de 68. O grupo militar que montou a operação — conta o oficial — achava Costa e Silva, presidente da República na época "muito frouxo" para enfrentar os comunistas e queria, de qualquer maneira, medidas

mais duras. Por isso fabricou o atentado.

O esquema da ação contra O Estado incluía, além de militares, policiais e civis, à semelhança do que acontece com os grupos da Operação Bandeirantes e do Comando de Defesa Interna (CODI), órgãos policiais de repressão política.

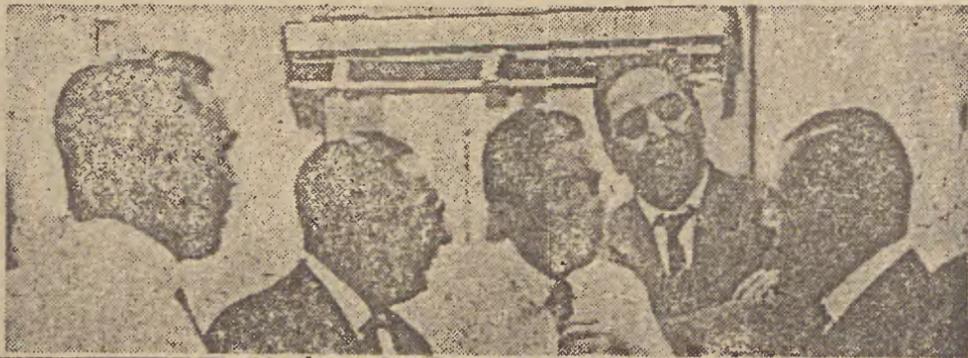
A bomba feriu uma pessoa com gravidade, arrebentou o andar térreo do prédio do

jornal e quebrou vidros de edifícios a 500 metros do local. O barulho da explosão foi ouvido num raio de 2 quilômetros. Quatro dias antes havia explodido outra bomba no consulado americano em São Paulo e alguns dias depois uma outra atingiu o próprio quartel do II Exército. A polícia não descobriu nada sobre o que aconteceu. Leia agora, nas páginas seguintes, toda a verdade sobre a operação.

ga

ir, o jornal sovie-
a seguinte cita-
"O problema so-
esenta a burguesia
socialista. Nada
do. E' por isso
transformação na
alista, ou o me-

Aleixo acusa trama



"A repetição dos atentados terroristas demonstra que existe planejada uma atuação subversiva, cujos objetivos podem ser facilmente identificados: a derrubada do governo e a possível substituição do regime político, social e econômico existentes" — declarou, ontem, em Brasília, o vice-presidente da República, Pedro Aleixo, ao comentar o atentado de que foi vítima "O Estado de S. Paulo"

Para o vice-presidente da República, para que o movimento acima assinalado possa "alcançar os objetivos visados, naturalmente concorrem quantos estejam,

23-4-68: vice-presidente Pedro Aleixo diz ao "Estado de São Paulo" que atentados fazem parte de um plano pra derrubar o governo.

HOUVE MESMO TRAMA CONTRA COSTA E SILVA

Plano do grupo era criar clima de insegurança, derrubar Costa e Silva e endurecer regime. Leia abaixo o impressionante relato do militar da Artilharia que jogou a bomba no "Estado":

1 "Erasmão Dias, meu chefe, foi quem me conduziu a entrar na operação"

— Em 68, sempre naquela vontade de participar ativamente e não me omitir, eu estava contra o Costa e Silva, achava que o governo era tremendamente corrupto, que a subversão estava aumentando e a evolução do meu pensamento até aquela época não me deixava analisar este problema mais profundamente: eu era contra a corrupção, contra a subversão e pronto.

No início daquele ano, eu estava servindo em Santos, no 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, o 6º GeACOSM, chefiado pelo hoje coronel Antonio Erasmo Dias. Lá pelas tantas, Erasmo me chamou, falando a respeito de uma ação repressiva, que requeria a experiência de homens como eu. Ele então, como meu superior hierárquico, me conduziu a participar da operação: deu a ordem de deslocamento para São Paulo (capital), indicando que aguardasse lá o contato para iniciar o trabalho.

Já na capital, tomei conhecimento do plano através do articulador militar da operação.

Depois eu percebi que ela tinha também uma chefia civil, que eu, porém, nunca cheguei a conhecer. O plano era o seguinte: na época se pensava que o país precisava de um Ato Institucional — que viria a ser o Ato Institucional nº 5 —, o Costa e Silva era fraco, estava levando o país à desgraça, à subversão; era preciso encontrar um pretexto que justificasse medidas mais fortes. Àquela época O Estado de São Paulo era o jornal que mais atacava a subversão, era profundamente anti-comunista, então a idéia era fazer um ataque de bomba ao Estado de São Paulo e atribuir a culpa aos comunistas. Todo mundo acreditaria nisso porque seria verossímil que os comunistas procurassem se vingar do jornal.

Fizemos a operação de madrugada e, no dia seguinte, abrimos os jornais e tava lá em manchetes: **Comunistas jogam bomba no Estado de São Paulo.** Na verdade, a operação toda tinha sido montada pelo Estado Maior do II Exército em São Paulo com o objetivo de, exagerando a ameaça dos comunistas, justificar um novo surto revolucionário, endurecendo o regime político. A idéia final era afastar o Costa e Silva e, através de um Ato Institucional, criar condições pra que esse tipo de pensamento fosse concretizado. Ou seja, pra que, com o Costa e Silva derrubado, se abrisse caminho a um tipo de governo mais duro do que ele vinha fazendo.



Foto Heli Campos Malta

- Chefe da Seção do Serviço Militar da 23 Região Militar - São Paulo - 1962

6.2.2 - COMO TENENTE CORONEL

- Oficial de Informações (Chefe da 23 Seção), do Quartel General da Guarnição de Santos - 1965/68

- Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado - Praia Grande-SP - 1968/71

CCFO CORONEL

Currículo oficial confirma: Erasmo comandou o 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado em 1968

Coronel odeia comunistas

— Comunista eu mato!

O coronel Erasmo Dias cansou de dizer isso, apesar de ser proibido, pela Constituição, matar alguém, nem que seja comunista. Ele é "revolucionário de primeira hora", como se diz. Quando o golpe estourou em 64, ele era comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, em Guarujá, ao lado de Santos, onde viveu muitos anos (nasceu em Paraguassu, interior de São Paulo).

Deve ter feito muita coisa em 1964: em 25 de dezembro desse ano foi promovido, por merecimento, a tenente-coronel. No ano seguinte passou a Oficial de Informações do Quartel General da Guarnição de Santos. De 68 a 71 comandou o 6º

Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, da Praia Grande, ao lado de Santos.

Foi reprimir guerrilha no Vale da Ribeira, contra Carlos Lamarca. Reprimiu o congresso estudantil de Ibiúna. Sob suas ordens ficou preso, no Forte Itaipu, em Santos, um dos líderes estudantis, Luis Travassos. Já em 25 de dezembro de 1969, novamente por merecimento, Erasmo Dias subiu a coronel. Foi chefe do Estado Maior do Comando de Artilharia, Chefe da 4ª Seção (Logística) e Chefe do Estado Maior da 2ª Região Militar. E em 1974 tornou-se Secretário da Segurança Pública de São Paulo.

2 "Eram 6 grupos de 5 pessoas comandadas por um coronel reformado"

Sobre a operação militar para jogar a bomba no **Estadão**, o relato do oficial ao REPORTER foi o seguinte:

— A operação foi planejada pelo Estado Maior do II Exército — certamente em conjunto com um comando civil embora isso eu não possa garantir — que designou um oficial para articular todos os contatos necessários. Esse articulador foi um coronel da Intendência, que aliás, era dono da fábrica que fornecia os cantis do II Exército. O coronel escolheu os nomes dos participantes da operação e os submeteu ao comando militar da ação que deu luz verde para que os quartéis nos quais serviam os escolhidos fossem consultados.

Quando todo mundo que ia fazer o trabalho já estava em São Paulo, o coronel reuniu todo mundo. Eram cerca de 30 pessoas, divididas depois em cerca de 6 grupos, com tarefas específicas. Quando nos reunimos, pude perceber que a operação seria realizada por um esquema semelhante ao DOI-CODI (Departamento de Operações Internas — Comando de Defesa Interna): ela incluía, além de oficiais do Exército, civis e policiais. Teve-se o cuidado de levar apenas pessoas que não se conhecessem; eu, por exemplo, não conhecia nenhuma das 30 pessoas que estavam lá.

Nesse primeiro e único encontro geral, o coronel falou bastante, explicando quem

estava por trás da operação e quais as suas razões. Ele nos disse que o "nosso amparo" era o Estado Maior do II Exército, pintou um quadro da situação do país, destacando a corrupção generalizada, as dívidas do Costa e Silva com o Ademar de Barros e o crescimento da subversão. E concluiu dizendo que era preciso fazer algo que aparentasse que a esquerda tinha muita força, que era uma ameaça ao país. Isso serviria para justificar o que nós queríamos: um novo surto revolucionário, uma revolução dentro da Revolução pra endurecer o regime. Ele foi muito claro, disse tudo abertamente, sem rodeios. Disse quem nos apoiava e nos explicou os motivos da ação. Aquilo nos deu o arcabouço moral de que precisávamos.

As 5 pessoas do meu grupo se reuniram no dia da ação, mais ou menos às 8 horas da noite. A operação toda acabaria lá pelas 2 da manhã. Quando nos reunimos, recebemos o material que ia ser usado: cordel detonante, com todo o mecanismo elétrico de detonação e uma pequena carga de dinamite. A idéia não era destruir as instalações do jornal mas criar um impacto político e psicológico que provasse o perigo que os comunistas representavam.

Depois de conversarmos, saímos todos num Chevrolet antigo e passamos várias vezes em frente ao jornal para fazermos um reconhecimento da área. Para fazer isso, alguns de nós saíam do carro, verificavam a situação, viam o movimento de pessoas etc. Quando escolhemos o lugar e a hora, fomos montar o material num outro local, que eu não sei onde foi porque não conhecia bem a capital.

Com tudo pronto, voltamos no carro e ainda passamos outras vezes pela frente do jornal. No momento certo, saímos do carro com a seguinte combinação: apenas o motorista ficaria com o carro na saída, os outros seguiriam seus caminhos, cada um pro seu lado. Foi o que aconteceu. Fomos lá, colocamos o dispositivo e nos separamos. Eu saí andando a pé normalmente e parei pra beber um café num botequim próximo. Eu queria ver o resultado do negócio. Quando a bomba explodiu, meia hora depois, deixei o botequim, peguei um táxi, fui pra Rodoviária e peguei outro táxi, daqueles que fazem a ligação de São Paulo com Santos.

Alguns dias depois, eu vi o tal coronel, que articulou a parte militar da operação, lá no 6º GeACOSM. O que se dizia é que ele estava preso mas, na verdade, a sua falsa prisão tinha apenas o objetivo de retirá-lo um pouco de circulação para sua própria proteção.

É isso. Os homens que participam desse tipo de operação, que estão lá na linha de frente, normalmente nem perguntam quem está chefiando, pra que que serve, eles são envolvidos com a ação. Só depois é que vão parar pra pensar um pouco, avaliar alguma coisa, considerar as conseqüências.

Depois, tempos depois, eu fiz outras considerações. Eu vi que uma operação como esta requer alta dose de irresponsabilidade funcional, é preciso montá-la de tal forma que nada seja escrito, nenhum registro seja feito — quando cheguei ao quartel, eu tentei fazer uma espécie de relatório mas o próprio Erasmo disse pra não escrever nada — e que as pessoas que dela participam não se conheçam.

Polícia vigiava jornal mas saiu bem na hora da bomba explodir

No prédio de 6 andares do jornal O Estado de São Paulo (hoje ocupado pelo Diário Popular), foram contadas 106 vidraças quebradas. A bomba foi colocada junto à coluna da entrada da rua Martins Fontes. O funcionário que estava na portaria ficou bastante ferido, foi para o hospital. Mais de cem pessoas trabalhavam no prédio às 3 e 5, hora do estrondo.

No andar térreo, a bomba arremessou a porta de aço até à porta oposta, quinze metros distante. As colunas de mármore ficaram trincadas, os tubos de lâmpadas fluorescentes caíram no chão, uma parte do forro rompeu-se. O saguão ficou em escombros. No local em que a bomba foi colocada formou-se uma cratera. Lojas das ruas próximas como Martins Fontes, Consolação, Braúlio Gomes, São Luís e Dom José Gaspar foram atingidas. Vitrines quebradas, telhas arrebentadas, portas arrancadas, até os tacos de um assoalho a bomba arrancou. Quebraram-se vidros da Biblioteca Municipal, quase em frente ao Estado.

"Trata-se do petardo de maior potência utilizado em atentados dessa natureza até o momento" disse, no dia seguinte, Antônio Carlos Villanova, diretor do Departamento Nacional de Criminalística. O presidente Costa e Silva reuniu-se imediatamente com o governador de São Paulo, Abreu Sodré, no Palácio das Laranjeiras, mais o chefe da Casa Militar, general Jaime Portela e da Casa Civil, Rondon Pacheco.

O Jornal da Tarde do dia seguinte conta que durante todo o dia da explosão ficou parada perto do Estado uma radiopatrulha. Justo na hora da explosão, deslocou-se para a avenida Nove de Julho, "a chamado" disseram os guardas.

— Parece que o Dops previa alguma coisa. Mandaram que ficassemos atentos, disse ao Jornal da Tarde o policial Jacir Schiavetti.

Em 68, todo dia tinha atentado; foram 31 só em S. Paulo

1968 foi o ano das bombas. Só em São Paulo explodiram 31, de todos os tamanhos, além das que foram colocadas e não detonaram. Bombas em consulados, escolas, igrejas, quartéis, lojas. Ninguém estranhava mais quando dava no jornal: ontem mais duas bombas. Apareciam vítimas: Orlando Lovecchio Filho perdeu um pedaço da perna dia 19 de março, explosão no Consulado Americano.

A onda de explosões começou antes da posse de Costa e Silva. Ainda em Julho de 1966, ele, já presidente nomeado mais ainda não empossado, se descesse no aeroporto de Recife ia "explodir". Desconfiado, foi de carro. Essa bomba matou quatro pessoas. Nesse mesmo dia, também no Recife, outras duas

• bombas: na União dos Estudantes de Pernambuco e no prédio do USIS, órgão norte-americano de "ajuda" internacional.

Um mês depois, nova bomba, na cidade de Santos, dentro de um cinema: às dez da noite, durante exibição de Branca de Neve e os Sete Anões. Sem vítimas. Um estudante foi preso com livro de Mao debaixo do braço: chamava-se Marcos Duffles.

Ainda em agosto de 66, dia 26, Curitiba: durante a peça Ratos e Homens no Teatro Guaira, outra bomba. Daí em diante, os fatos foram os seguintes:

Setembro de 66: cinco pequenas bombas explodem no salão nobre e no pátio da Faculdade de Direito de São Paulo: atos desse tipo eram de

responsabilidade dos grupos de direita, também chamados CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

O palácio do governo de São Paulo levou uma bomba dia 13 de setembro: foi no portão dos fundos, mas explodiu.

Janeiro de 1967: explode o gásômetro de Santos. Feridos são 245, nenhum morto. O serviço Secreto do Exército suspeita de sabotagem.

Dia 2 de agosto outro órgão norte-americano de "ajuda" leva bomba: o prédio do Peace Corps, no Rio de Janeiro. Um contínuo sai ferido.

1968: a primeira bomba, em março, no consulado americano de São Paulo; dia 15 de abril, bomba na sede do II Exército da rua Conselheiro Crispiniano; dia 16,

bomba num colégio do interior de São Paulo, Piraçununga; dia 20 a bomba no Estado de São Paulo; dia 24 no consulado francês, tudo em São Paulo. Dia 25 de junho, nova bomba no II Exército, agora na sede nova, rua Manoel da Nóbrega.

Dia 31 de junho, pequena bomba explodiu na Lapa; dia 8 de julho explodiram quatro em São Paulo; dia 12 mais duas; 18 de agosto mais três bombas em São Paulo. Em setembro, dia 27, três bombas no Rio. Outubro, 14: outra no Rio, uma em Fortaleza. Outubro, 18, duas em Belo Horizonte; dia 26, uma em São Paulo.

Mais seis bombas ainda em 1968, todas no Rio: duas dia 7 de novembro, duas dia 2 e duas dia 7 de dezembro.

GOVERNADOR: FORAM OS COMUNISTAS

"A repetição dos atentados terroristas demonstra que existe planejada uma atuação subversiva, cujos objetivos podem ser facilmente identificados: a derrubada do governo e a possível substituição do regime político, social e econômico existentes" foi o que disse Pedro Aleixo, vice-presidente da República, ao Estado de São Paulo dois dias depois da bomba no jornal. Também na edição de 23 de abril, o jornal diz que o presidente da República mandou investigar pessoalmente os atentados terroristas:

"Por determinação direta do presidente Costa e Silva, todos os órgãos de segurança estão mobilizados no sentido de descobrir quem são os terroristas de São Paulo, particularmente os da madrugada de sábado contra o Estado. Embora acreditem de início que os atentados fazem parte de um plano global de terrorismo e que seus mentores pertençam a facções de extrema esquerda, as autoridades admitem também que haja grupos de extrema direita interessados na implantação de um clima de insegurança no país."

Não adiantou essa vontade toda. Nunca se descobriu, nem na época, nem depois, quem jogou essas bombas. De vez em quando a polícia prendia alguém, depois soltava. Havia muitos suspeitos. O maior deles foi Sábado Dinotos, um homem muito estranho cujo nome aparecia escrito em bancos de ônibus; ele era conhecido por falar em discos voadores e interpretar profecias de Nostradamus.

De repente, Sábado Dinotos é preso e confessa a autoria, com seu bando, da explosão de 13 das 31 bombas de São Paulo. Seus depoimentos às vezes são levados a sério, outras não. Ele chega a declarar (e isso sai em todos os jornais) que fez os atentados por ordem do general Jaime Portela, chefe do gabinete militar de Costa e Silva. Mas isso não abala ninguém.

"Não tenho dúvidas de que esse atentado faz parte do plano nacional de terrorismo e foi o maior de todos" disse em 1968, o general Silvío Corrêa de Andrade, chefe da Polícia Federal,

em São Paulo, sobre a bomba no "Estado". O governador da época, Abreu Sodré, já no dia seguinte à explosão garantiu: "o governo fará dura repressão àqueles que não sabem ou não querem viver numa sociedade livre". Dias depois Sodré disse quem eram os principais suspeitos do atentado: na sua opinião, grupos de esquerda, pois a direita "não está

organizada para isso". O comandante do II Exército, empossado dia 7 de maio, general Carvalho Lisboa também garantiu aos jornais que a bomba foi jogada por "grupos extremistas de esquerda", admitindo a hipótese, em segundo plano, de ter sido uma "minoridade de direita, interessada na perturbação da ordem pública."

Dia 30 de abril de 1968, o "Estado"

disse que havia um radical de direita preso, mas ninguém sabia seu nome nem se falou nele mais depois disso:

"O delegado regional do DPF, general Silvío Correa de Andrade, anunciou ontem que há duas pessoas detidas como suspeitas de estarem implicadas nas explosões de bombas ocorridas ultimamente em São Paulo. A autoridade negou-se a revelar a identidade dos indivíduos. Soube-se apenas que um deles é elemento ativo da direita radical."

Dentro da própria polícia se discutia se foi a esquerda ou a direita. O general Silvío era dos que tinha mais certeza e sua opinião era muito parecida com a do governador Sodré:

— Não creio na existência de grupos de direita organizados, neste país.

Havia policiais, porém, dando aos jornais outras opiniões, sem se identificar, como essa publicada no "Jornal da Tarde" em abril de 1968:

— A agitação no meio estudantil é os atentados com bombas são uma maneira de colocar o governo em situação difícil, obrigando-o a endurecer o regime. Isso fatalmente prejudicaria sua imagem perante o povo, que passaria a ver com simpatia qualquer atitude que um governo direitista venha a tomar. As circunstâncias em que se verificaram os atentados parecem ser uma evidência de que o terrorismo é de direita.

O recém-empossado comandante do II Exército, general Carvalho Lisboa, disse aos jornalistas, em junho de 1968, quem eram os responsáveis pelas bombas e o que achava disso tudo. Perguntaram os jornalistas a respeito da bomba que havia explodido no próprio quartel do II Exército:

— General, isso é um ato isolado?

— Eu tenho a impressão que não. Eu tinha a impressão que isso viria de qualquer jeito, é parte de um tumor que está para estourar. Isso já estava preparado e, olhe bem, nós já sabíamos disso. São os elementos teleguiados, os decaídos da Revolução, que têm tido instruções nos campos de Cuba e China.



Agência "Estado"



Foto Hélio Campos Melo

Abreu Sodré: "a direita não tem organização pra fazer isso"



Foto Luiz Pinto

Costa e Silva mandou investigar bombas

SUCESSO TOTAL: GAMA ANUNCIA ATO



Dia 13, Gama e Silva na tv

"Ninguém pode contestar que a Revolução de março de 1964 trouxe indiscutíveis benefícios morais e materiais ao Brasil. Todavia, muitos não a quiseram compreender e, pouco a pouco, as forças adversas, através dos mais variados processos e dos mais diversos comportamentos, iniciaram movimentos de agitação, de subversão, comprometendo a ordem política e social, gerando intranquilidade. Nesses últimos meses as agitações se ampliaram, a guerra revolucionária se iniciou."

Este é um trecho do documento que o ministro da Justiça, Gama e Silva, leu para todo o Brasil, pela Agência

Nacional, às 11 horas da noite de 13 de dezembro de 1968 anunciando que o governo tinha decretado o AI-5. Ele podia, agora, fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, interferir na administração dos Estados, decretar estado de sítio no país; demitir ou reformar oficiais etc. O último pretexto para o Ato foi a recusa da Câmara dos Deputados em dar licença para processar o deputado Marcio Moreira Alves cujos discursos irritaram os militares.

Segundo comentários publicados nos jornais da época, o presidente Costa e Silva assinou o Ato a contragosto e só o fez quando viu que ele viria "com

ou sem ele". Ele verificou então — é o que se comentou — que a única maneira de unir as Forças Armadas era assiná-lo mesmo.

Já no dia seguinte vieram os primeiros resultados da vitoriosa operação de arrocho: eram presos no Rio o marechal Cordeiro de Farias, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Darcy Ribeiro, Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar, Enio Silveira, Helio Fernandes, Joel Silveira, Renato Archer e muitos, muitos mais em todo o país.

Reportagem de
Luiz Alberto Bettencourt
Pesquisa de Alex Solnik

GRUPO DO PLANALTO JÁ TEM PLANO PRA GARANTIR PODER

Texto de Luiz Alberto Bettencourt

Dois oficiais do Exército Brasileiro, desiludidos com a situação política do país, revelam: a equipe do Palácio do Planalto tem um plano para continuar no poder depois de 1984, quando se encerram os mandatos dos atuais governantes. Com este objetivo, duas etapas estratégicas foram cumpridas: (1) o grupo "anestesiou" o Exército, eliminou seus opositores e envolveu as lideranças profissionais no seu esquema, evitando a interferência do Alto Comando nas decisões de governo; e (2) conquistou a direção dos órgãos de informação e segurança, ocupados de 1969 a 74 por grupos rivais.

Agora, procura-se garantir maioria no Colégio Eleitoral que vai eleger indiretamente o sucessor de Figueiredo, com apoio de banqueiros e empresários. Tudo isso temperado com a popularização da imagem do presidente.

Assessoria planejou até operação-táxi em Campinas

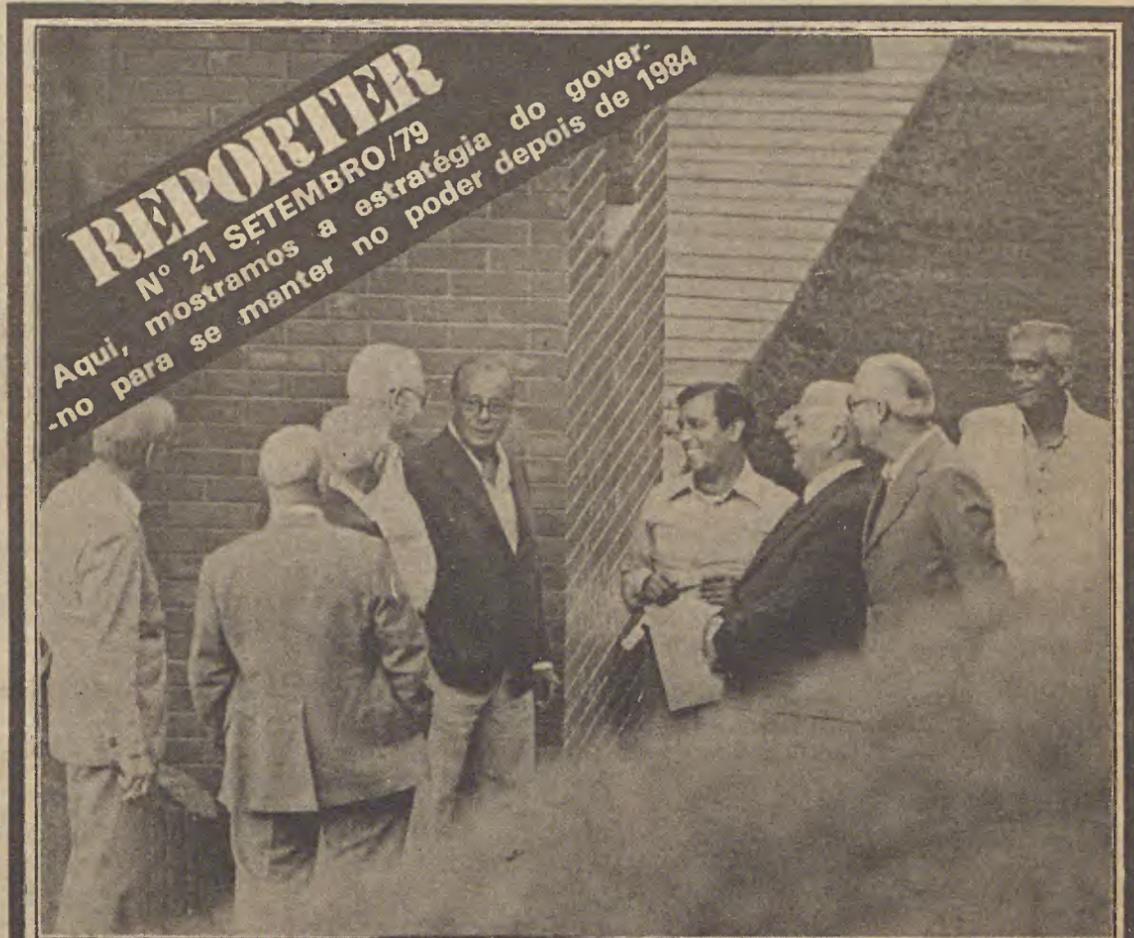
No dia 21 de junho, quando voava de Brasília a São Paulo para assistir jogo entre a seleção brasileira de futebol e o time holandês do Ajax, o presidente Figueiredo foi surpreendido pelo fechamento do aeroporto de Congonhas, na capital paulista, e seu avião foi obrigado a pousar inesperadamente no aeroporto internacional de Viracopos, em Campinas.

Lá, como não havia nada preparado para recebê-lo, Figueiredo, com naturalidade de um cidadão qualquer, fez sinal para um carro de praça que por Cr\$ 1 mil o levou até o estádio do Morumbi, local da partida.

No dia seguinte, os jornais não pouparam espaço para destacar a singeleza da atitude, o ministro da Comunicação Social, Said Farhat, teorizou sobre a personalidade informal e próxima do povo do presidente e o motorista do táxi, desfrutando de súbita notoriedade, teve que contar a todos tudo o que aconteceu durante o percurso inesquecível. "O que ele disse? Ele perguntou como estava a vida. Ele parece uma pessoa muito simples. Conversamos muito e ele me deu uma boa gofjeta". A história foi repetida umas cem vezes e a moral era uma só: presidente

que anda de táxi, é presidente popular. O país, estimulado pelas manchetes e por comentários generosos de altas personalidades desta República, era convidado a se comover diante de João, o Brasileiro.

A operação-táxi, entretanto, foi cuidadosamente preparada pela assessoria de comunicação da Presidência da República. Nada do que aconteceu foi casual, acidental, inesperado. Nem a descida em Campinas, nem a corrida até o estádio. Pode-se dizer até que a ação foi cronometrada. Quando saiu de Brasília, a segurança do presidente já estava informada sobre a impossibilidade de aterrissar em Congonhas. E nem poderia ser de outra forma já que, de jato, a distância entre as duas capitais é de pouco mais de meia hora e, antes de qualquer decolagem, são feitos normalmente contatos com o aeroporto de destino. Tratando-se do avião presidencial, os oficiais da Casa Militar fazem checagem ainda mais rigorosa, sendo, portanto, impossível que, num vôo de curta duração, as condições de pouso não estejam detalhadamente previstas. Imaginar o contrário seria desmerecer a competente assessoria do presidente. O que aconteceu foi que, estando



O GRUPO

No dia 4 de agosto, o grupo do Planalto se reuniu na casa do ex-presidente Geisel, em Teresópolis, para comemorar o aniversário dele. Da esquerda para a direita, estão na foto: Delio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica (de paletó claro e cigarro na mão), coronel Morais Rego (de costas), general

Golbery, chefe da Casa Civil, Geisel, Figueiredo, Heitor de Aquino, secretário particular da Presidência (com papel na mão), Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia (mãos na barriga), general Venturini, chefe da Casa Militar (mãos para trás) e coronel Paiva Chaves, assessor do Presidente. Todos muito bem humorados.

Congonhas fechado, surgiu entre os acompanhantes de viagem do presidente a idéia do lance espetacular, com o objetivo de popularizar a imagem de Figueiredo. O resto foi encenado.

A popularização do presidente é, porém, apenas um aspecto da estratégia do grupo do Planalto para se manter no poder.

O plano, segundo contaram ao REPORTER dois oficiais do Exército brasileiro — um deles íntimo do cotidiano do Planalto —, baseia-se em três propostas, que já vêm sendo executadas desde a posse do presidente Geisel em 1974:

1 — Anestesiou o Exército como corporação atuante no poder. Desde 64, o Alto Comando do Exército é a

instância onde se discutem e resolvem as questões supremas do país. Estando o Estado praticamente identificado com o Exército, que o domina, pode-se dizer que o Alto Comando é a principal fonte de poder na política brasileira. Ou melhor, era. Já no fim da administração Geisel, completava-se um ciclo da estratégia: Geisel nomeou Figueiredo sucessor sem ouvir os generais do Alto Comando, fortalecendo o projeto de autonomia do grupo do Planalto em relação ao Exército;

2 — Desmontar o esquema político que dominava os órgãos de repressão das Forças Armadas, substituindo-o por oficiais de confiança e ocupar os principais postos de comando

militar com pessoas simpáticas ao grupo por interesse, rabe preso, compromisso ou carreirismo;

3 — Conseguir apoio de setores empresariais para o projeto de abertura controlada, confundindo e inibindo, ao mesmo tempo, os setores de centro-esquerda e de esquerda. O grupo se coloca como uma espécie de guardião de um regime político estável, aberto à influência e participação dos empresários, banqueiros e tecnocratas. Além de sensível a movimentos reivindicatórios, destituídos de motivação política. Algo como a única opção política capaz de compatibilizar as necessidades de crescimento e acumulação de capitais no país com as pressões sociais.

General Fragomeni admite: a revolução acabou mesmo

A tentativa de neutralizar a ação do Exército na política deu certo. Segundo relato de um dos oficiais a este jornal, ele "está desmoralizado por dentro, sem lideranças de prestígio. Nos quartéis não há o clima de discussão do ano passado e os oficiais que tendiam à oposição, foram arrebatados pela disposição democratizante de Figueiredo. Aqueles que têm uma consciência mais crítica não encontram brechas para acender os debates: para o oficial médio, cuja preocupação principal é a carreira, mas que guarda um confuso sentimento liberal, Figueiredo é a medida certa da abertura. Não há ambiente político para contestá-lo".

Além do mais, ainda de acordo com o oficial, os generais "profissionais do Exército, aqueles que não estiveram diretamente envolvidos no esquema do Planalto, estão cansados. Desgastados. Querem que o Exército se retire da cena e entreguem a outros o ônus de conduzir o país".

Exemplo desse tipo de posição, deu o general Fragomeni que, em junho último, deixou o comando do II Exército, sediado em São Paulo, sendo depois substituído pelo general Milton Tavares. Numa reunião em que se despedia de alguns oficiais, Fragomeni disse textualmente: "— a revolução acabou. Temos que reconhecer isso. É hora de deixar o poder aos civis".

A declaração de Fragomeni completa outra etapa: o Exército sai da política, mas continuam a usar seu santo nome em vão. O grupo no poder o manobra. Isso, entretanto, é o resultado de um processo pelo qual o governo desbastou, à esquerda e à direita, as resistências ao seu domínio.

Diz o oficial que três fatos foram marcantes nessa escalada. O primeiro foi a demissão do general Ednardo d'Ávila Mello, do comando do II Exército em 1975. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Ferreira nas dependências da Operação Bandeirantes foi o motivo alegado. Geisel, logo depois da morte de Herzog, havia advertido Ednardo quanto à necessidade de se evitar fatos como aquele quando aconteceu o segundo desaparecimento. Aí um fato curioso, observa o oficial: Geisel exonerou Ednardo mas não mexeu

imediatamente em nenhum dos comandos de unidade responsáveis pelos crimes. A Polícia do Exército, por exemplo.

— Ele quis dar tempo — continua o oficial — para que o esquema deles pusesse a cabeça de fora. Mas nenhum oficial ligado a Ednardo ou à repressão em São Paulo ousou algo. E se não o sou naquele momento, não podia ousar nunca mais. Começaram as transferências do pessoal de segurança, desmantelando o poder da II Seção (encarregada da segurança) na área do II Exército. Veja bem: hoje eu estou convencido que o Ednardo não era o cabeça do esquema repressivo em São Paulo; o esquema é que era muito poderoso e o envolveu. E ele foi usado pelo grupo do Planalto como alavanca para desmontar as bases da direita militar, sem extinguir ou desativar os órgãos de repressão. Eles apenas mudaram de métodos e de donos; e os que foram afastados estavam irremediavelmente dispersos. Um a zero.

O segundo fato, na opinião do oficial, foi a demissão do ministro Silvio Frota em outubro de 1977, convidando-se para substituí-lo o general Fernando Bethlem, então comandante do III Exército, em Porto Alegre. Bethlem era ligadíssimo a Frota, dias antes havia escrito um manifesto radical de direita e constantemente pressionava Frota para uma tomada de posição. Aceitando substituir o amigo de idéias e ocupar um cargo de confiança pessoal da presidência num governo que tão violentamente criticara, Bethlem se desmoralizou, além de inibir qualquer ação do seu grupo. Outro golpe à direita, dois a zero, placar construído com o eficiente apoio do general Hugo Abreu que, naquela época, ainda como chefe da Casa Militar de Geisel, "colou" em Bethlem após a demissão de Frota, acompanhou-o durante 24 horas de Porto Alegre a Brasília e dormiu no mesmo apartamento que ele, impedindo-o de manter contatos com Frota, que acabara de ser afastado.

O oficial, nosso informante, faz aqui um parêntesis:

— É preciso entender que todo general de Exército é o vértice de uma pirâmide de oficiais que o acompanham e que estarão certamente no poder se ele chegar a ministro. Esses esquemas são



COMANDOS FIÉIS

O general Milton Tavares (de óculos), agora chefiando o II Exército, passa o comando da Vila Militar, no Rio, ao irmão de Figueiredo, general Euclides (de luvas). Fragomeni, numa reunião com oficiais, disse que "hora é dos civis".



decorrências da carreira e podem ou não ter motivação política. Quando um chefe do Exército é liquidado, como foram Ednardo e Frota, esses oficiais sabem também que suas carreiras estão ameaçadas. Se eles não reagem no momento, ficam a vida toda de rabo preso, sem força para agir depois. E o governo, usando o poder e contando com a inércia da surpresa, acabava com outro esquema militar — ou, pelo menos, o desarticulava.

Oficiais de Abreu até hoje são punidos

O terceiro fato, que contribuiu para o amortecimento do Exército, foi a prisão do general Abreu, que se incompatibilizou com Geisel pela indicação do general Figueiredo à sua sucessão. Aplica-se aqui, ainda segundo o oficial, o mesmo raciocínio válido para Ednardo e Frota: os militares ligados a Abreu —

que eram numerosos — foram surpreendidos pela violência da ofensiva do governo e preferiram calar-se, supondo que, nos bastidores, poderiam continuar seu trabalho. O único oficial que protestou publicamente contra a prisão, o major Barreiros, foi punido com prisão e logo depois transferido de unidade. Ninguém mais disse nada, enquanto nos bastidores, ao contrário do que se supunha, a luta era impossível: os oficiais de oposição eram quase todos acompanhados de perto pelos serviços de informação e segurança, sua correspondência era — e continua a ser — bloqueada e as transferências de unidades foram manipuladas pra dispersá-los rapidamente. Ainda recentemente, quando o general Hugo Abreu foi preso pela segunda vez, e preso dentro de um dependência militar o que, para sua patente, é caso raro no Exército, a retaliação continuou. Um oficial que visitou o general foi transferido para Santa Maria, no Rio Grande do Sul, por interferência direta do ministro

do Exército, Valter Pires. É que o oficial em questão era instrutor de um centro de educação e só poderia ser tocado por ato do gabinete do ministro, o único com poderes para removê-lo, cancelando a indicação anterior. O ministro usou seus poderes com naturalidade — embora sem nenhuma justificativa profissional.

Três a zero e outro esquema derrotado: hoje a chamada "oposição militar" está desconjuntada, dispersa e quase perplexa. A democracia de Figueiredo convence a tropa, a discussão é difícil e já há mesmo quem pense em, até o final do ano, dependendo do rumo dos acontecimentos, aderir ao bonde da abertura sob o pretexto de que ignorá-la ou se opor a ela é isolar-se.

O que sobrou, entre os generais e oficiais de alta patente depois disso tudo foi a declaração de Fragomeni — "a revolução acabou". A tática do "ping-pong" — um golpe na direita e outro, logo em seguida, na esquerda, como diz o nosso informante — "anestesiou o Exército".

SNI filmava torturas pra enfraquecer CIE, de Frota

A segunda proposta da estratégia palaciana também foi cumprida. Os órgãos de repressão — é o oficial quem relata — não estão absolutamente desativados. Mudou apenas o grupo que os controla. Não é correto também dizer que eles estão agindo novamente. Eles estão prontos para a ação quando for preciso mas não começaram suas atividades. Foram "remobiliados" e, com móveis novos, podem ser usados pelo Planalto que agora efetivamente os domina.

E a sua importância para qualquer estratégia de poder é enorme. De 1969 a 1972, época em que estavam inteiramente devotados a combater as organizações clandestinas de esquerda, eles tiveram grande influência na tomada de decisões. Constituíram-se, desde o início, em organizações para-militares com uma hierarquia definida e quase concorrente com a do Exército. Este repórter mesmo presenciou em 1970, no ministério do Exército, no Rio, uma cena estranha: um general fardado sendo repreendido por um major com funções no

aparelho de segurança porque havia pedido informações sobre um preso político, que estava sendo procurado pela família — era comum os presos sumirem para serem torturados, aparecendo, quando não eram mortos, tempos depois. O general ouviu a repreensão constrangido pela presença de uma terceira pessoa e saiu do ministério apavorado.

Os órgãos de segurança, tomando uma dimensão nacional e à margem do Exército, eram também fontes de poder. Quem tem informação e força policial e militar, tem poder. Assim é que o Centro de Informações do Exército (CIE), controlado pelo ministro Sílvio Frota desde 1964 (Frota quando assumiu o ministério afastou o general Milton Tavares que até então chefiava o CIE e hoje é comandante do II Exército, nomeado por Figueiredo), disputou a sucessão de Geisel, brigando contra o Serviço Nacional de Informações (SNI).

A competição, por si só alarmante, teve episódios incríveis. O SNI espionava o CIE e vice-versa. Eram rivais

políticos. Um comandante de uma unidade em Brasília contou certa vez ao oficial que agentes do SNI passaram-se por subversivos procurados pelo Exército, foram presos e filmaram a tortura uns dos outros. O SNI usou os filmes para mostrar à presidência da República como a tortura continuava, a mando do CIE, apesar das recomendações em contrário. Não que eles estivessem preocupados com a integridade dos presos; apenas o fato se prestava a uma armadilha contra Frota, revelando sua infidelidade à diretriz presidencial e enfraquecendo sua candidatura à sucessão de Geisel.

O chefe da unidade em Brasília relatou o fato revoltado, "enojado", segundo suas próprias palavras, mostrando-se disposto a abreviar tanto quanto fosse possível sua carreira militar.

Hoje as coisas são diferentes. Não há mais disputas. O CIE está nas mãos do Planalto, o ministro do Exército, Valter Pires, está no esquema e, ainda de acordo com o oficial, o SNI tende a centralizar o comando dos órgãos de informação e repressão. O SNI, aliás, como departamento mais nobre da inteligência, vem sendo extremamente fortalecido pelo governo Figueiredo. Se na administração de Geisel, mais ou menos 100 oficiais eram destacados para instrução no

Serviço, hoje a média é de 150. Ele está crescendo para se tornar o grande banco de dados do governo, com capacidade de controle dos movimentos de um número cada vez maior de cidadãos e de alimentar com informações as entidades que executam a repressão.

Por outro lado, os comandos militares estão agora também sob controle. Sobre isso, o oficial se sobressalta:

— Quem quisesse realmente redemocratizar o país não poria na chefia dos exércitos homens da linha dura, como Antônio Bandeira, que comanda o III Exército, e Milton Tavares, agora no II Exército. Bandeira é um oficial conhecido por suas posições radicais. Na época em que a Justiça Militar quase se diariamente julgava subversivos, ele diversas vezes usou o poder de chefia da unidade que exercia para pressionar os oficiais que integram os conselhos de justiça das auditorias do Exército. Bandeira queria sempre punições exemplares e teve diversos atritos com oficiais que queriam votar no Conselho exclusivamente de acordo com suas consciências e com os autos do processo que julgavam. É um sujeito vingativo e conhecido no Exército por seu despotismo.

Tavares, chefiou em 1970 o gabinete do então ministro do Exército do presidente Médici, general Orlando Geisel, ao mesmo tempo em que ajudava a implantar o Centro de Informações do Exército, do qual foi o primeiro chefe. Por formação, é um oficial ligado aos serviços de informação.

— É bom não esquecer ainda — observa o oficial — que no comando da Vila Militar no Rio está o general Euclides Figueiredo, irmão do presidente, e no IV Exército, sediado em Recife, está o general Florimar Campelo, chefe da Polícia Federal em 1968 e que já então apoiava o endurecimento do regime, que considerava frouxo pela vacilação do presidente Costa e Silva.

A tática, portanto, é a mesma usada no episódio da demissão de Frota: o Planalto recolhe, como colaboradores, oficiais que por posições ou conveniências poderiam ser presa fácil da propaganda do ex-ministro do Exército, integrando-os ao poder. Frota, por sinal, segundo nosso informante, continua ativo. Ele acredita piamente que o general Golbery é marxista-leninista e quer implantar no Brasil um regime socializante, liderado por seu grupo. Uma espécie de comunismo monárquico.

Esta pretensão de ajustar os comandos militares à tática do Planalto foi confirmada por um alto funcionário civil do governo Geisel, que deu uma informação interessante: em janeiro, decidida a nomeação de Figueiredo, ele reuniu na casa do general Golbery, em Jacarepaguá, no Rio, aqueles oficiais que estavam destinados aos principais postos militares no seu governo. Pediu-lhes, então, apoio irrestrito ao projeto de abertura e à anistia, garantindo-lhes, porém, que, se o processo saísse fora de seu controle, ele teria meios de voltar atrás e fechar o regime.

Com Geisel, eles dizem que ganharam a "II Guerra"

A terceira proposta da estratégia do Palácio do Planalto é certamente a mais complexa: controlar a abertura democrática de modo a atrair o empresário, oferecendo-lhe meios de participar das decisões econômicas. O grupo está convencido que no Brasil um governo para ser estável, precisa ser legitimado pelo apoio das classes produtoras e por camadas da alta classe média, suportando ainda os movimentos reivindicatórios de outros setores, desde que tais movimentos estejam controlados por uma legislação que dê ao executivo instrumentos de intervenção. A abertura é programada e quem ultrapassar o limite, será taxado de provocador, punido exemplarmente e o

"excesso" pode até provocar um novo endurecimento político.

Segundo o outro oficial, que teve acesso aos mistérios do Planalto, toda essa estratégia serve a um objetivo: manter o grupo no poder por mais tempo.

— E eles são organizados e têm uma visão organizada da sua atuação. Eles falam, por exemplo, em Primeira Guerra, para se referir ao período imediatamente posterior à doença de Costa e Silva, quando pretendiam chegar ao governo, e em Segunda Guerra, para designar o período a partir de 74 quando efetivamente chegaram. A primeira eles perderam e a segunda, eles garantem que não perdem mais.



"DUROS" NO ESQUEMA

Antonio Bandeira (de óculos) recebeu o comando do III Exército de Fernando Bethlem (de frente), ex-amigo de Frota, que se compôs com o Planalto. No Recife, Florimar Campelo assumiu o IV Exército. São todos generais "duros".

Leitores julgam e absolvem edição do REPORTER

JORNAL FOI EM CANA POR DIZER A VERDADE

Pra saber se nossos leitores concordavam com a apreensão da última edição do jornal por considerá-lo imoral, como afirmou o Ministro da Justiça, resolvemos abrir um debate. Ouvimos populares nas zonas sul, centro e norte do Rio de Janeiro, em São Paulo e artistas, jornalistas e personalidades nos dois Estados. Procuramos também a palavra da Igreja (Comissão de Justiça e Paz em São Paulo), o jogador Cantareli do Flamengo (que quer nos processar por termos publicado sua foto na última capa) e a diretoria do Flamengo, que pediu ao Ministro da Justiça a apreensão do REPORTER. A opinião da maioria: o governo não devia poder apreender jornais porque devia haver liberdade de imprensa; a última edição não foi imoral porque apenas mostrou a realidade. Com isso, julgamos ter ampliado um pouco a discussão sobre moral do brasileiro, censura e liberdade de imprensa, interessando nelas outras pessoas e não apenas os jornalistas.

Zona Norte absolve jornal de enfiada

Em Madureira, o pessoal tava ligado no caso da apreensão do Jornal. Repórter e fotógrafo, postados na esquina das ruas Edgar Romero e Conselheiro Galvão, abordaram 93 pessoas, das quais 45 não conheciam o jornal nem sabiam da punição do governo; 13 não quiseram falar e 35 deram sua opinião. O resultado: 28 pessoas disseram que a edição anterior não foi imoral e não concordavam com o fato de o governo ter o poder de se antecipar à Justiça, ordenando a apreensão. Das 7 pessoas (20%) que consideraram imorais as reportagens do último número, 3 afirmaram que tirar um jornal das bancas devia ser atribuição da Justiça — e não do governo.

A maioria que "absolveu" o jornal tinha uma linha básica de raciocínio: quase todos, com variações, é

claro, diziam que as matérias não eram imorais porque mostravam a realidade, "todo mundo tem direito de conhecer as coisas da vida, o sexo", "que moral é concepção de cada um", e que o jornal tinha sido apreendido porque "fala a verdade".

Mesmo os que "votaram" pela imoralidade das reportagens não eram unânimes em apoiar a apreensão pelo governo, considerando que a questão moral deve ser decidida pela Justiça.

Nun. bar da rua Conselheiro Galvão, a telefonista Sílvia Regina, que já conhecia o jornal, fez um verdadeiro discurso a seu favor, pedindo ao governo pra não tirá-lo de circulação. Ela foi contestada por um amigo que a acompanhava, o comerciante português Oscar Araujo, pra quem a reportagem tinha sido imoral, cabendo ao governo a obrigação de tirá-lo das bancas.

Na mesma rua, um investigador da Polícia Federal, que o repórter já conhecia, apresentou-se como comerciante, aprovou a capacidade que o governo tem de censurar as imoralidades dos veículos de comunicação, mas não considerou imoral a manchete Casamento acaba com Tesão.



● — Achei muito moral. É um jornal instrutivo. A Justiça quem faz somos nós (os leitores). Se você chega numa banca pra comprar o que acha que deve, você compra o REPORTER. Marcos, 35 anos, autônomo.



● — Não chegou a ponto de justificar uma atitude dessas (a apreensão). Pra fazer isso, só uma coisa muito forte. Não vi nada demais nas reportagens. Geraldo Automari, 55 anos, comerciante.



● — Tenho conhecimento que o jornal foi apreendido por falar a verdade. Um jornal que fala a verdade devia ser lido por todos. Essa concepção de moral ou imoral não se encaixa mais nos padrões modernos em que as pessoas têm liberdade de falar aquilo que pensam, como é a intenção do jornal. Não conheço a Lei de Imprensa, mas acho que a Justiça deveria ter meios legais para apreender um jornal. Nós deveríamos ter liberdade de expressão pra falar em rádio, TV ou jornal. Matusalém, 31 anos, funcionário público.



● — Achei um pouco imoral. Saiu uma porção de troços mas acho que a Justiça é que tem que apreender. Lei é com a Justiça. Joel, 47 anos, funcionário público.



● — Cada um interpreta as coisas segundo achar melhor. A pessoa vê aquilo que quer e que gosta. O jornal REPORTER mostra a verdade, diz o que o povo quer ouvir. E quem diz a verdade não merece castigo. Ele publica o que os outros não têm coragem de publicar. Você não tem coragem de ir à redação de um Globo pra dizer o que você quer. O pobre se prevalece de um jornal como o REPORTER pra dizer o que quer e não diz há muito tempo. Quando ele botar pra fora, não vai ser fácil. Muita gente precisa ouvir. Enganar com palavras bonitas, não interessa. O que interessa ao povo é a verdade. Doa a quem doer. Eu fui uma das que recorri ao REPORTER e me dei bem. Tem que consultar o povo antes de apreender, não a Justiça. Muita coisa que a Justiça não vê, o povo tá enxergando aí nas ruas. Não tem nada que tirar o REPORTER de circulação. Ele tem que continuar mostrando a verdade, seja ela suja, porca, o que for. No meu entender. Silvia Regina, 30 anos, telefonista.

● — Eu li tudo realmente. O jornal não foi imoral. Foi natural. Imoralidade está na mente de cada um. Pode ser imoral pra você e não ser pra mim. Eu acho que o jornal não convém (aos grandes). Só isso. Jussara Cláudia, 23 anos, professora.



● — Ele foi apreendido por causa da foto do Cantareli, não foi? Pegou mal pra caramba, deviam ter consultado o rapaz antes. Se foi imoral, não sei, depende da concepção de moral. Mas nosso público não está preparado pra esse tipo de jornal. Concordo com a apreensão. Gilberto, 23 anos, estudante de direito.



● — Achar imoral, eu não acho, mas se todos acham, o que é que eu vou fazer? A mentalidade do povo brasileiro não tá preparada pra esse tipo de reportagem. A Justiça é que devia decidir a apreensão. Luiz Antônio, 17 anos, jornalista.

● — Todo mundo tem o direito de saber o que é a vida, o sexo. Não é imoral, não. A Justiça devia ser consultada antes da apreensão. Hugo dos Santos, 37 anos, estivador.

● — Imoral, o jornal não foi. Ele fala a verdade demais, por isso foi apreendido. Jorge, 19 anos, estudante.

● — Eu considero a reportagem imoral. Nem todos estão esclarecidos pra ler uma manchete desse tipo num jornal. O governo tem obrigação de coibir esses abusos. Oscar Araujo, 43 anos, comerciante.

● — Foi aquele jornal que o Flávio (Cavalcanti) rasgou, não foi? Ele não foi imoral, não. Não devia apreender. Ninguém é palmatória do mundo." Esmeraldo Martins, 49 anos, aposentado.

● — O jornal tá um pouquinho exagerado, acho que tá imoral mesmo, as palavras são um pouco violentas. Não é nem por mim, acho uma boa, mas eu não compraria pra levar pra casa. Sabe, até concordo com a apreensão. A capa ainda passava, mas a última página.. Sabe como é que é, tem a família... Eduardo Maiorano, jornalista na Praça Saenz Peña, Tijuca.

● — Francamente, achei imoral, devido ao palavrão e as fotos meio indecorosas. Achei justa a apreensão. Domingos Vanzillotta, jornalista na praça Saenz Peña, Tijuca

● — Hoje em dia, acho muito difícil definir o que é moral ou imoral. Aquela matéria de vocês, por exemplo, eu não achei imoral. Acho normal que se publique palavrão. Tesão é coisa corriqueira. Palavrão é corriqueiro. Tudo é uma questão de abertura, questão de sentir. E tem mais, sou contra a apreensão. Antonio Brito, artesão.

Em Copa, medo e apoio à luta contra a censura

O porteiro da boate New Munich, na Rua Duvivier, em Copacabana disse que o movimento na casa, depois da publicação da matéria, caiu em 90% e que até a polícia andou por lá. Falou que as fotos não foram tiradas ali, mas meio sem jeito afirmou que existe aquele tipo de programação no roteiro da casa noturna. A boate fica no pedaço mais famoso do bairro, em frente ao Beco das Garrafas, onde nasceu a Bossa Nova e está localizado o Don Juan, onde se pode assistir mulher com mulher transando no palco como o jornal denunciou. O Frank's Bar está na Avenida Princesa Isabel, perto da Rua Rodolfo Dantas, da Rua Belfort Roxo, da Rua Ministro Viveiros de Castro conhecidas por abrigar uma infinidade de infaninhos. Ouvimos várias pessoas e muitas não quiseram ser fotografadas, outras simplesmente viravam as costas

quando abordadas em nome do jornal mas pelo menos um foi corajoso e disse que quem fosse contra a sua opinião era só procurá-lo.



● — Não devia ser apreendido se estamos num regime democrático, garantido pelas leis. A imprensa tem o direito de publicar o que bem entende, respondendo pelos excessos nos termos da lei e não na base da violência. É o que determina claramente o artigo 153 da Constituição Federal. E quem não estiver satisfeito que me procure. Joaquim Francisco Filho, professor e advogado, residente na Avenida Atlântica 2806, apartamento 701.



● — Eu sou contra apreensão do jornal. Prá mim ele mostra a realidade, a palavra tesão que todo o mundo fala e sente. Ou você não sente? Acho que tem muito mais coisa para o governo se preocupar, como dar melhores salários para o povo e parar de perseguir jornal. Tinoco, motorista de táxi morador em Santa Teresa



● — Sobre apreensão do jornal não sou contra nem a favor, quer dizer eu acho que não poderia ser apreendido. Tem tantas revistas de mulheres nuas estampadas nas bancas como Fiestas, Playboy. O sexo está tão aberto na televisão. Pra mim, a moral não é imposta pela sociedade, a moral é de cada um. Maria Perpétua, estudante



● — Não tem nada a ver recolher o jornal. E a liberdade de imprensa, onde vai? Acho que o jornal está certo em abordar esses assuntos até porque leva ao povão outras coisas interessantes como a política. Gerson Silva, estudante



● — O que apresenta esse jornal são termos indecorosos. Bem que poderia fazer o mesmo tipo de reportagem com outro título menos imoral. O que vi me chocou, apesar que a verdade não é imoral. Agora, tudo pode ser dito sem termos grosseiros. Eu não sei se apreenderia esse jornal. Moses, 35 anos, joalheiro



● — Não sou a favor da apreensão do jornal. Como todo jornal da imprensa nanica, existe a pressão do sistema. O sexo, é tabú; a prova disso é que é tido com imoral e tudo, uma realidade muito nossa. A moral capitalista é imoral. Valtenir, farmacêutico

● — Li o último exemplar. Achei a reportagem da última página interessante, mas com termos desnecessários. O assunto abordado é cru demais, mas não é por isso que vou ser a favor da apreensão do jornal. Ana, secretária, 23 anos

● — Olha, cara não tem nada. Esse jornal é legal. Estamos numa abertura ou não estamos? Isso que o jornal mostrou é a pura realidade. Alexandre, economista

No Centro, imoral é a cerveja a 15 pratas

No centro do Rio de Janeiro, 50 pessoas — entre jornalheiros, auxiliares de escritório, músicos, agentes de segurança e universitários — foram abordadas para que dessem sua opinião sobre a apreensão do n.º 23 do jornal. Algumas apresadas para o trabalho ou para as compras e outras curtindo o final da tarde de sexta-feira na porta dos bares. No entanto, todas — fossem a favor ou contra a apreensão do jornal — se dispuseram a falar a respeito.

Num bar da rua 13 de Maio, um grupo de amigos, que resolveu terminar o expediente tomando um goles de cerveja, se propôs, entusiasticamente, a falar sobre a apreensão. Eles diziam ser o REPÓRTER um jornal que mostra o que o povo vê, pensa e tem vontade de dizer e que sua linguagem não é imoral porque é a linguagem do povo. Um dos elementos do grupo, Alberto, de 26 anos, auxiliar de escritório, toma a dianteira da discussão e afirma:

— Eu sou contra a apreensão porque, prá mim, este é o único jornal que escreve o que os pobres gostariam de dizer. Onde tá a abertura do Figueiredo. O jornal foi apreendido porque é imoral? Pô...isso não é imoral. Imoral é a cerveja a Cr\$15. Assim não dá, eu vou parar de beber prá comprar o REPÓRTER.

Assim como Alberto, várias das pessoas entrevistadas enumeravam uma lista de imoralidades que não a



linguagem utilizada na matéria. Aí vai o listão:

"Imoral é esse porcalhão do Edgar Carvalho Júnior que só sabe sujar a cidade, dizendo que é o povo, e não recebe nenhuma punição das autoridades." — Jorge Luis Mello, 26 anos, universitário.

"Imoral são essas mulheres nuas na capa das revistas, esses livros de piadas e posições amorosas." — Jorge, 22 anos, funcionário da Telerj.

"Imoral são os dez cruzeiros que o guarda leva prá deixar o carro subir na calçada." — Darlan Pedro da Costa, 37 anos, jornalista.

"Imoral é o preço do leite sem gordura." — Samuka, 33 anos, desenhista.

"Imoral é eu ter que estudar e trabalhar ao mesmo tempo e ser demitido do IBGE porque sou fillado ao MDB." — José Augusto, 21 anos, atualmente é só universitário.

Dos vinte e três entrevistados, que souberam da apreensão, três se colocaram a favor dela afirmando que a linguagem da matéria "Suruba ao Vivo em Copacabana" é avançada, picante e abusou da moral do povo. Oscar Dalsenter, diretor do colégio Planck-Einstein, diz que gostou da apreensão e acrescenta:

— Sou radicalmente contra qualquer tipo de censura, mas avacalhado não dá. Os professores do meu colégio recomendaram a leitura do jornal para os alunos e eles vieram reclamar comigo.

Vinte e oito dos cinquenta entrevistados não tomaram conhecimento da apreensão. Especialmente, oito figuras que olhavam espantadas para os repórteres como se tivessem um grande ponto de interrogação na cabeça — eram estrangeiros que não entendiam nem falavam o português.





Paulista diz que governo reprime a boca do povo

Em São Paulo, **REPORTER** também foi ouvir os seus leitores para saber o que eles acham da apreensão do último número. Primeiramente nos dirigimos a Pinheiros, bairro classe média, composto de estudantes, peões de obras, bancários, intelectuais. Passamos pela redação do semanário **Movimento**, e escolhemos o arquivista Samuel Rodrigues, de 24 anos, casado, para falar: "Essa apreensão mostra que, de fato, a censura ainda existe. Que o regime continua sendo de força, autoritário, ditatorial, que tem força para apreender um jornal como **REPORTER**. Se a desculpa for esta, a do uso do palavrão, não é com uma apreensão que o problema se acabará, porque ele existe, está na boca do povo, é usado amplamente, quer dizer, tem legitimidade. E porque o jornal não pode refletir isso?"

● Banco de jornal da rua Cardeal Arcoverde, o dono, Rolando Dagostinho, 50 anos, casado, um filho, tomou um susto numa sexta-feira, primeiro dia de vendagem daquela edição. Rolando tinha ficado com 30 exemplares, 25 já vendidos aquela hora. Pediu um comprovante, e o único papel que lhe deram foi um recadinho com o endereço da PF, na rua Piaui, 527. Sobre o conteúdo do jornal, Rolando disse: "Foi um bocado forte, aquela capa com a palavra tesão, mas disse abertamente, não é mesmo? Eu penso que a matéria sobre a suruba em Copacabana só reflete a verdade, porque se não o fosse vocês não contariam, não é?". Terminou perguntando: "E a propalada abertura do Figueiredo?"

● Wladimir Magalhães tem 17 anos, é secundarista, leitor

da Folha de S. Paulo e fã incondicional do **REPORTER**: "Acho uma importante opção de leitura, é um jornal muito variado, tem sexo, política, tudo muito dosado. Claro que tem certo sensacionalismo na capa, mas esse apelo é válido se é para vender jornal, é uma concessão que, acredito, vocês têm que fazer. Achei legal a matéria de capa do casamento. Eu tinha muitas dúvidas, serviu para debater lá em casa. Minha mãe, por exemplo, lê o jornal e gosta, acha tudo muito natural. Sabe de uma coisa? Agressivo mesmo é ver gente morrer de fome na rua, isso sim que é agressão".

● Gildonete Pereira de Lima, 22 anos, solteiro, balconista do supermercado 13: "Dô uma linha no jornal, meu irmão compra todo mês, chega a ser fanático. Lá em casa é assim, todo mundo dá uma linha, tenho 5 irmãos, lemos tudo que é importante, e no **REPORTER** para mim tudo é importante. Não tô de acordo em recolher o jornal, não podia. Acho que não podia".

● Muito desconfiada de tudo, olhando para os lados com o rabo do olho, Aldina Machado, solteira, 25 anos, balconista, diz que é leitora do jornal desde o número zero. "Achei legal o último número, tudo ali ma pareceu real, embora não conheça Copacabana, mas acredito na informação do **REPORTER**. Já vi coisas piores aqui em São Paulo". Ela reluta em contar o que é "pior", mas acaba explicando: "Em ambiente fechado tem transação homem com homem, mulher com mulher, todo mundo junto, um sozinho se masturbando". Aldina mora numa república com outras 9 colegas, todas

meninhas vindas do interior paulista.

● Estação Rodoviária de São Paulo. O ambiente é todo empastilhado, com chapas de acrílico coloridas. Miguel Plínio, 18 anos, balconista, morador de Santo André: "Gosto do **REPORTER**, eu e meu irmão colecionamos o jornal. Meu pai e minha mãe lêem sempre e gostam. O que achei da apreensão? O governo não podia fazer isso, é uma injustiça".

● Mário Barbosa, 34 anos, casado, comerciante: "Leio o **REPORTER** como leio **O Estado, Folha** como leio tudo o que cai na minhas mãos. Acho um jornal corajoso. Pornográfico? Isso é relativo, depende muito de quem vê o jornal sob determinado prisma. Quanto a apreensão, acho que quem não gosta não lê, é o próprio leitor quem faz a censura".

● Sérgio Luís de Oliveira, 28 anos, casado, 1 filho: "Acho o jornal 100%. Não deviam apreender. O governo tá mal, tem que ter alguém para combater esse governo. Só dá eles. Usam e abusam do direito de zoar da gente. Veja bem, sou marreteiro, vendo jacarés de papel, não sou trombadinha e me encham o saco."

● Quando cai um número do **REPORTER** nas mãos dos carregadores da rodoviária a curiosidade é geral. Todo mundo quer ler. No final o jornal acaba velho, amassado, e some. Pedro Viana, 45 anos, casado, 5 filhos, morador de Guarulhos, é um deles: "Nós aqui achamos muita coisa interessante no jornal. A gente sabe que tem, mas não conhece ao certo. Como? Recolheram o jornal? Mas ninguém tem o direito de recolher um jornal. A realidade tem que ser dita, doa a quem doer".

● "Numa época que se diz de abertura não é concebível um atentado dessa natureza, porque ele importa numa restrição à livre manifestação de um órgão jornalístico. A rigor, o órgão deve auto-disciplinar-se, mas evidentemente eu não posso compactuar com a licenciosidade. Há um conceito geral de moral e isso, normalmente, dentro de uma sociedade, é muito difícil dizer onde se inicia a licenciosidade. Inclusive, o conceito de atentado ao pudor está ligado a uma definição do que seja licencioso ou não. Isso varia em função de um conceito geral de moral". Mário Sérgio Garcia, presidente da OAB em São Paulo.

Gente fina também chia contra a apreensão

Da redação, pelo telefone, ouvimos jornalistas, músicos e intelectuais a respeito da apreensão do **REPORTER**. As respostas são unânimes em condenar a apreensão, embora houvesse quem achou a matéria sobre a suruba ao vivo em Copacabana, "muito forte" e até mesmo quem, veladamente, mostrou-se francamente contrário a esse tipo de reportagem. Ninguém, no entanto, teve coragem de apoiar o arbítrio da medida do governo e toda a vez que um entrevistado atendia o telefone e ficava sabendo que estava falando com o jornal, lá vinha um riso, ou, às vezes, uma reprimenda carinhosa e cheia de admiração: "D o **REPORTER**, aquele jornal? Vocês são fogo, hein...!"

A todos, as três perguntas de praxe: soube, que acha, achou o jornal imoral?

Alberto Dines, Cristina Miguez, Victor Schneider, Fuad Atala e Carlos Eduardo Novaes foram os jornalistas ouvidos. Fuad disse que não queria responder e pediu "me tira dessa...". Novaes foi lacônico e incisivo: tomou conhecimento da apreensão, não ficou surpreendido, não achou o jornal imoral e é só. No mesmo estilo telegráfico, Schneider respondeu às perguntas em um minuto, sem pensar: "estou sabendo, é absurdo, não acho nada imoral...". Dines disse que "nada justifica a apreensão de um jornal", mas achou a matéria "forte". E Cristina, para quem a profissão é eminentemente política, pensa bastante, antes de responder e prefere endossar as notas do sindicato e da ABI, que condenaram a apreensão. Ela diz que a história toda merece uma longa conversa e cai de pau no jornal: "O que eu acho, basicamente, é que o jornal já foi melhor, principalmente no plano político".

Dois músicos — dos melhores — afinam com o jornal e são contrários à medida do Ministro da Justiça, Petrônio Portela. João Bosco diz que o jornal não é "absolutamente imoral" e afirma que não está entendendo essa abertura, porque "o **REPORTER** fez o que tinha mesmo que fazer, que é botar a boca no trombone...". Dory Caymmi confessa que não chegou a ler o jornal, mas tem uma opinião a respeito: "Eu não sou favorável a nenhum tipo de apreensão,

sob a alegação de nada. Em princípio, usar a força é uma medida errada. E acho também que acusar de imoral é muito relativo, porque a palavra imoral tem sido usada para acusar pessoas e coisas que, na verdade, incomodam, mas é por outros motivos".

Teresa Aragão, produtora de espetáculos, tem um argumento que lhe parece mais que suficiente para justificar a matéria da suruba e a permanência do jornal nas bancas: "Ué, não foi ficção, a buate está lá para quem quiser ver; o que o jornal fez foi retratar a realidade...". Seu marido, o poeta Ferreira Gullar, também acha que a apreensão vai contra "o princípio da liberdade de expressão, que deve vigorar acima de tudo". Mais ou menos a opinião de outro escritor, Antônio Callado, para quem "a opção de comprar, ou não, pertence — e só deve pertencer — ao leitor". E o médico-sanitarista Carlos Gentile de Mello acha até que **REPORTER** tem, na verdade, um procedimento bastante moral em relação a seus leitores: "Quando me mostraram a capa, eu percebi logo qual é o tipo de reportagem que o jornal estava publicando. Então eu acho que isso é um procedimento leal com os leitores e até mesmo um caso raro na imprensa brasileira, porque, depois de ver as manchetes, só compra mesmo quem quiser e ninguém pode dizer que foi enganado. De um modo geral, o que eu vejo por aí é justamente o contrário: o leitor é induzido a comprar a publicação por causa de uma chamada e os objetivos são bem outros".

● "Se ele contou uma coisa que existe, ela tem que ser contada como é. O jornal tem que ser um espelho: se o sujeito tem espinhas, ele não pode esperar que, olhando no espelho, as espinhas não apareçam. Ou a verdade é livre, ou a liberdade não é verdadeira. O aprensor do jornal tem que ser melhor que o jornal apreendido para apreendê-lo. Eu sou contra a apreensão de qualquer jornal. O **REPORTER** começou a vender muito e eles ficaram com medo. O jornal **REPORTER** não faz ficção". Carlito Maia, publicitário

● — Confesso que não vi a edição mas me informaram que o jornal publicou fotos cruas e contundente de uma boate em Copacabana. Os fatos existem e eles não são capazes de eliminar e querem apagar a notícia do fato usando a força. Esse tipo de ataque é o célebre fascismo. Heloneida Studart, deputada estadual



IGREJA REPUDIA APREENSÃO

Fla nega ter pedido ação contra jornal

No vestiário alegre do Flamengo, depois da vitória sobre o Grêmio no Maracanã, um dos jogadores mais contentes era o goleiro Cantareli que acabara de cumprir uma grande atuação.

Cantareli o que você acha da apreensão do jornal REPORTER pelo Ministro da Justiça?

— Não sei de nada, isso é com o nosso advogado. Está tudo na mão dele, não fale mais nada e não tenho nada a declarar. É tudo com o doutor Michel.

Naquela confusão do vestiário entre cartolas, bicões, fotógrafos e repórteres o goleiro apresentou o advogado Michel Assef.

O senhor tomou conhecimento da apreensão do jornal?

— Sim.

Achou justa?

— Não, nunca acharia, sou a favor da liberdade de imprensa.

Então o que aconteceu com o Flamengo e o jornal?

— O Flamengo apenas entrou com uma ação na Justiça por perdas e danos.

Em nome do Flamengo?

— Não. Em nome do nosso goleiro Cantareli que nos procurou e pediu que encaminhasse a questão.

O senhor achou o jornal imoral?

— Questão de moral é subjetiva. Não tivemos nada com apreensão. A questão do jogador é apenas econômica, não é moral: Publicaram a foto, têm que pagar. O que queremos é isso.

Partiu do Flamengo o pedido de apreensão ao Ministro?

— De jeito nenhum. O Flamengo tem uma direção progressista. Eu, pessoalmente, não me sujeito a esse



O goleiro Cantareli

papel. E me negaria se a direção o pedisse. Somos a favor da liberdade de imprensa, do direito das pessoas falarem o que quiserem, mas vocês botam a foto do jogador nu, dizendo que ele é bicha. Ele tem o direito de indenização, não é mesmo?

Segundo o noticiário dos jornais diários, o vice-presidente jurídico do Flamengo, Michel Assef, pediu ao Ministro da Justiça, através de ofício, a apreensão do REPORTER. Portanto Assef mentiu a nós ou aos jornais. Quanto à indenização pela publicação da foto do goleiro Cantareli, é descabida. Não a usamos para fins publicitários, mas com objetivo jornalístico. Se tomasse tal iniciativa, o Flamengo teria que solicitar reparação idêntica a todos os jornais do mundo que fotografam seus jogadores.

Sobre as preferências sexuais do jogador Cantareli, a reportagem também não faz referência. Não o chamamos de homo ou homossexual. Dissemos apenas que ele defendia a presença da torcida Fla-Gay no Maracanã.

“A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo vem a público apresentar um formal protesto contra a arbitrária apreensão da última edição do jornal REPORTER por parte de agentes do Ministro da Justiça e lamenta mais este ultraje ao direito de informação e de comunicação, neste momento em que se propagam intenções de abertura política”.

● Esta nota oficial da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo foi distribuída a todos os jornais da capital. Apenas O São Paulo, órgão oficial da arquidiocese, a publicou.



Foto Chiquito Chaves

Doutor Sócrates

Sócrates acha normal palavrão

“Depende de quem lê. Acho normal aparecer palavrão em jornal. É até uma evolução social porque é a terminologia do povo. E é a que tem que ser usada. Eu acho que no atual momento é um pouco contraditório apreender um jornal.” Sócrates, jogador do Coríntias e da seleção brasileira.

Pudor do deputado da Arena ofendido

Edson Lobão é jornalista e deputado federal pela Arena do Maranhão. É o seguinte o seu depoimento sobre a apreensão do jornal, escrito pelo próprio.

— Basicamente o que sou é jornalista. Como jornalista, não entendo imprensa censurada. Durante o governo Geisel fui recebido algumas vezes em audiências pelo Presidente da República, que recebeu do governo anterior um serviço de censura bastante ativo. Em todas estas oportunidades tomei a liberdade de pedir ao presidente a suspensão da censura à imprensa. Algum tempo depois, Geisel, não porque eu pedi, mas porque também entendia do mesmo modo, levantou esta fiscalização à imprensa.

Repito: sou inteiramente contrário à censura.

Sucede que o que vi e o que li no jornal REPORTER não deve ser entendido como trabalho profissional, isento de censura. Não sei em que podem aquelas reportagens edificar alguma coisa. A meu ver atentam contra o pudor (e não sou moralista) e estimulam a desagração. Compreendo, por conseguinte, a ação do Ministro da Justiça no sentido de obstruir a distribuição desta edição.

Deputado do MDB é contra o arbítrio

Audálio Dantas é deputado federal pelo MDB paulista e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

O que você acha da apreensão do REPORTER?

— Não cabe fazer qualquer julgamento sobre o REPORTER ou qualquer outra publicação. A defesa da liberdade de imprensa implica a defesa de um princípio: o de que as limitações a essa liberdade, se necessárias, não fiquem ao arbítrio dessa ou daquela pessoa, dessa ou daquela autoridade.

Mas você acha imoral o número apreendido?

— Muitos querem se circunscrever à questão moral, principalmente em pleno vigor de uma lei de segurança que permite ao arbítrio do ministro da Justiça a apreensão de qualquer publicação. Eu não gostaria de entrar em moral, até porque isso é uma coisa particular.

Como jornalista, eu não usaria a linguagem usada pelo REPORTER. Acho que a exposição dos fatos pode

ser feita sem necessidade de apelos como este.

O que você acha dessa idéia de levar à discussão pública a apreensão e os motivos alegados?

— Acho muito interessante, porque você vão se expor à crítica. A imprensa como instituição que defende para si o direito de crítica não pode e não deve ficar acima da crítica. Isto principalmente em momentos como este em que subsiste a legislação restritiva a sua liberdade.

A luta pela liberdade de expressão precisa ser preservada principalmente pelos jornalistas e uma contribuição importante nessa luta é não fornecer a regimes de força como este os pretextos para suas investidas.

Como assegurar, de forma não arbitrária, o direito de protestar das pessoas que se julgam atingidas por um órgão de imprensa?

— No pleno funcionamento das instituições democráticas não há necessidade de medidas de caráter irreversível, tomadas contra um réu sem direito de defesa.

O exercício da democracia leva os cidadãos a conhecerem os seus direitos. E um deles é achar que tal publicação é lesiva aos interesses de um grupo social.

Nos Estados Unidos não há sequer lei de imprensa. A Emenda número 1 da constituição americana garante total liberdade de informar. Não há censura. No entanto, tenho certeza de que os cidadãos ou grupos sociais que queiram processar uma publicação encontram no Código Penal o devido enquadramento.

REPORTER

IMORAL É LEITE SEM GORDURA